

VOLUME 7-NÚMERO 5 | MAIO 2025



O PLANETA URGE
POR MUDANÇAS

DATA DE PUBLICAÇÃO: 30/05/2025

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Faculdade Unificada do Estado de São
Paulo - v.7 n.5 – maio 2025 – Mensal

Modo de acesso: <http://revista.unificada.com.br/>

e-ISSN: 2675-1186

Data de publicação: 30/05/2025

1. Educação 2. Formação de Professores

CDD 370
CDU 37

Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário – CRB/8 8090

Responsável Intelectual pela Publicação
Faculdade Unificada do Estado de São Paulo - FAUESP





UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

v.7 n.5 – maio de 2025 – Mensal

Bibliotecário Renato Moreira de

Oliveira – CRB/8 8090

e-ISSN: 2675-1186

Editoração: SL Editora

Supervisão: Neusa Sanches Limonge

Publicada em: 30/05/2025

DIREÇÃO

DIREÇÃO ACADÊMICA

Prof: MSc Claudineia Lopes

DIREÇÃO FINANCEIRA

Prof: Esp: Sylvia Storniollo

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Prof: Msc. Sônia Q. dos Santos e Santos

CONSELHO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Prof: Msc. Sônia Q. dos Santos e Santos

Prof: MSc Claudineia Lopes (FAUESP)

Prof: Esp: Sylvia Storniollo (FAUESP)

Prof. Dr. Marcos Rogério Costa (FAUESP)

Prof. Dr. Gladson Cunha (Fabra/PUC-Rio)

Prof. MSc. José Ivanildo (FAUESP)

Prof. MSc. Marcos Roberto dos Santos
(FAUESP)

EDITORIAL

A divulgação científica é o meio de popularizar o conhecimento produzido nas faculdades e universidades mundo a fora. É também uma forma de interação entre os espaços acadêmicos, muitas vezes, percebidos como espaços elitizados e distantes da realidade pública.

Pensando nessas duas situações é que nós, da FAUESP, estamos apresentando a sociedade brasileira a Revista UNIFICADA, um periódico acadêmico de circulação mensal voltado para a divulgação ensaios, relatórios de pesquisas e artigos científicos num viés multidisciplinar.

Sendo o nosso objetivo divulgar, tornando público o conhecimento produzido por diversos meios e em diferentes perspectivas científicas, apresentamos artigos que englobam as áreas da Educação, Literatura e Direito.

Nós da FAUESP entendemos que a educação não é apenas um meio de desenvolvimento pessoal, porém, que educar vai além da formação do aluno. Educar significa agir na transformação da realidade em que nos encontramos, de modo que possamos cumprir a nossa Missão:

“Educar, produzir e disseminar o saber universal, contribuir para o desenvolvimento humano, se comprometendo com a justiça social, a democracia e a cidadania[além de promover a educação[visando o desenvolvimento sustentável do país”.

Boa leitura!

Dr. Gladson Cunha - Membro do Conselho



SUMÁRIO

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA EDUCAÇÃO	
ANA LUCIA GONÇALVES RAMOS	05
INCLUSÃO E O PROCESSO DE ACOLHIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
ANA LUCIA GONÇALVES RAMOS	17
RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA ESCOLA COGNITIVO E EMOCIONAL	
INDISSOCIÁVEL	
EDNALVA MARIA DA SILVA SANTOS	29
VISÃO DA TRANSFORMAÇÃO DO COTIDIANO ESCOLAR PELO OLHAR DE	
PAULO FREIRE	
EDNALVA MARIA DA SILVA SANTOS	37
O MOVIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA	
EDNALVA MARIA DA SILVA SANTOS	43
TRANSTORNOS NEUROPSICOPEDAGÓGICOS	
GIORGIA DANIELA BONSANTI	51
A NEUROPSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
GIORGIA DANIELA BONSANTI	62
O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	
GIORGIA DANIELA BONSANTI	73
MUSICALIZAÇÃO PARA ADULTOS: UMA ANÁLISE DE SEUS BENEFÍCIOS E	
IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL NA	
VIDA ADULTA	
GISELLY LISBOA BARROS	86
TECNOLOGIAS DIGITAIS NA MUSICALIZAÇÃO: POTENCIAIS E LIMITES	
GISELLY LISBOA BARROS	97
A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
GISELLY LISBOA BARROS	105
O ENSINO DA MÚSICA NO AMBIENTE ESCOLAR	
MICHELLE OLIVEIRA SABINO DOS SANTOS	116
O LÚDICO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
SANDRA APARECIDA CORREIA	130



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA EDUCAÇÃO

ANA LUCIA GONÇALVES RAMOS

RESUMO: O artigo científico aborda a importância da inclusão da cultura afro-brasileira e indígena na educação, destacando a necessidade de valorizar e respeitar a diversidade étnico-racial existente no Brasil. O texto discute a necessidade de superar estereótipos e preconceitos, e promover uma educação que valorize as contribuições culturais e históricas desses grupos para a formação da identidade nacional. Além disso, o artigo também enfatiza a importância da implementação da Lei 11.645/08, que determina a inclusão obrigatória da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, como forma de combater o racismo e promover a igualdade racial. Em suma, o artigo ressalta que a educação inclusiva e respeitosa da diversidade é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Cultura Afro-brasileira; Povos Originários; Inclusão; Respeito.

INTRODUÇÃO

A cultura afro-brasileira e indígena desempenha um papel fundamental na formação da identidade brasileira e no enriquecimento da diversidade cultural do país. Ao longo da história, essas duas culturas têm sido constantemente marginalizadas e subestimadas, mas nos últimos anos têm ganhado mais visibilidade e reconhecimento, em especial no contexto da educação.

Originalmente as abordagens a respeito do preconceito localizaram sua origem em processos psíquicos individuais. A falta de contato com membros dos grupos alvo do preconceito, o deslocamento de características reprimidas e projetadas e a rigidez psíquica foram algumas das teorias elaboradas no passado (MARTINEZ, 1996).

A presença e contribuição dos africanos e indígenas na formação da sociedade brasileira são fundamentais para compreender a riqueza cultural que caracteriza o país. Suas tradições, costumes, línguas, crenças e expressões artísticas se entrelaçam e influenciam diretamente a identidade nacional, mostrando a importância de incluí-las de forma mais significativa no contexto educacional.

Nesse sentido, a valorização da cultura afro-brasileira e indígena na educação é um passo essencial para promover a equidade, a diversidade e o respeito pela história e contribuição desses povos. Ao reconhecer e celebrar essa diversidade, a escola tem o potencial de promover a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual cada indivíduo se sinta representado e respeitado em sua identidade cultural.

Este trabalho busca, portanto, explorar a importância da cultura afro-brasileira e indígena na educação, destacando a necessidade de promover a inclusão e valorização dessas culturas no ambiente escolar. A partir de uma análise aprofundada, serão apresentadas reflexões, experiências e propostas que visam contribuir para a ampliação do conhecimento sobre esses povos e para a construção de práticas educacionais mais inclusivas e representativas.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA TRABALHAR A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA EDUCAÇÃO

A formação docente para trabalhar a cultura afro-brasileira e indígena na educação é um dos desafios mais importantes e urgentes que a sociedade brasileira enfrenta. Com uma história marcada pela colonização e escravidão, o Brasil possui uma diversidade cultural rica e única, que deve ser valorizada e respeitada nas salas de aula.

No entanto, a formação dos professores para lidar com essa diversidade nem sempre é eficaz. Muitos docentes não têm acesso a conteúdo e metodologias adequadas para abordar questões relacionadas à cultura afro-brasileira e indígena, o que acaba reproduzindo estereótipos e preconceitos dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido, é fundamental que a formação docente inclua disciplinas específicas sobre a história, a arte, a religiosidade e as tradições dos povos afrodescendentes e indígenas. Além disso, os futuros professores precisam ser capacitados para lidar com as demandas e necessidades específicas desses grupos, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

Porém, com o avanço da Psicologia, as relações sociais e a categoria social à qual o indivíduo pertence passaram a ser mais estudadas e, conseqüentemente, a explicação para o preconceito passou a colocar em relevo as relações de poder intergrupais no qual a coesão e estima de um grupo estariam relacionadas à manutenção de uma imagem desfavorável de outro grupo. Além disso, as explicações ideológicas para as diferenças sociais existentes se beneficiam dos conflitos culturais favorecendo o desenvolvimento de atitudes discriminatórias (CAMINO, 1996; LACERDA et al, 2002).

Para isso, é necessário repensar a maneira como a formação docente é organizada, incluindo itinerários formativos que contemplem a diversidade cultural do Brasil. Isso envolve a criação de parcerias com comunidades locais, organizações não governamentais e instituições de ensino superior, a fim de

promover a troca de experiências e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

A cultura e descendência africana representam um resgate de tradições religiosas e culturais, bem como as crenças, mitologias, dialetos, oralidade, músicas, entre outras possibilidades. A culinária, os jogos e as danças, como a capoeira, retratam a propagação da cultura dos negros, estimulando a participação positiva na sociedade, sem reduzir a história dessa população à escravidão (HORTA, 2010).

Além disso, é fundamental que as políticas públicas em educação incluam a formação docente para trabalhar a cultura afro-brasileira e indígena como uma prioridade. Isso inclui a criação de programas de capacitação continuada, a oferta de materiais didáticos e recursos pedagógicos específicos, e a promoção de debates e reflexões sobre as práticas educativas nos diferentes contextos escolares.

Por fim, a formação docente para trabalhar a cultura afro-brasileira e indígena na educação deve promover uma mudança de paradigma dentro das instituições de ensino, que reconheça a importância da diversidade cultural e combata o racismo e a discriminação. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham o direito de acesso a uma educação de qualidade, que respeite e valorize as diferentes culturas que compõem o mosaico brasileiro.

COMO INCLUIR OS POVOS ORIGINÁRIOS EM AULAS NO ENSINO INTEGRAL

O ensino integral é um modelo educacional que busca garantir uma formação mais completa para os estudantes, ampliando o tempo de permanência na escola e proporcionando uma ação pedagógica mais integrada. No entanto, incluir os povos originários em aulas no ensino integral é um desafio

que requer uma abordagem cuidadosa e sensível, considerando a diversidade cultural e a história desses povos.

A partir da abolição, os escritores assumiram a necessidade de não reduzir os negros à mercadoria, defendendo a ideia de que o negro deveria ser tratado como cidadão nas histórias, mas em grande parte, especialmente na literatura adulta, os negros acabavam caracterizados como emergentes, animalizados, pela sexualidade, entre outros. Na literatura infantil, porém, a caracterização de princesas e heróis brancos ainda permanecia (ANDRUETTO, 2012).

De acordo com Jovino:

As resistências diante de discriminações, de modo que objetive estímulos positivos e uma autoestima favorável ao leitor negro, além de possibilitar a representação que permite ao leitor não negro compreender a cultura afro-brasileira, ainda pouco explorada na escola e na sociedade em geral. A literatura não se prende ao passado histórico da escravização (JOVINO, 2009, p.216).

Uma das formas de incluir os povos originários em aulas no ensino integral é por meio da valorização e respeito às suas tradições, culturas, línguas e cosmovisões. É importante que os conteúdos curriculares abordem a história e a cultura dos povos originários de forma precisa e livre de estereótipos, promovendo a valorização da diversidade e a desconstrução de preconceitos.

Além disso, a inclusão dos povos originários em aulas no ensino integral também passa pela formação de professores, que devem estar preparados para abordar de forma adequada e inclusiva as temáticas relacionadas aos povos originários. Isso inclui o desenvolvimento de materiais didáticos e recursos pedagógicos que valorizem a cultura e a história desses povos, além de promover a reflexão sobre as relações de poder e as desigualdades que afetam as comunidades indígenas e quilombolas.

A parceria com lideranças e representantes das comunidades indígenas e quilombolas é outro aspecto fundamental para a inclusão dos povos originários em aulas no ensino integral. Essa colaboração pode contribuir para a construção de um diálogo intercultural e a contextualização dos conteúdos curriculares, promovendo uma visão mais plural e abrangente da realidade desses povos.

Ademais, a promoção de atividades extracurriculares e interdisciplinares que tragam a cultura e a história dos povos originários para o contexto escolar também é uma estratégia importante para a inclusão desses povos no ensino integral. Isso pode envolver a realização de eventos, festivais, oficinas, exposições e outras atividades que fortaleçam o conhecimento e o respeito pela diversidade cultural.

Por fim, a inclusão dos povos originários em aulas no ensino integral deve ser pautada pela promoção da igualdade, da justiça social e do respeito aos direitos humanos. É fundamental que as escolas e os currículos educacionais estejam alinhados com as diretrizes legais e as políticas de inclusão e diversidade, garantindo que os povos originários sejam representados e valorizados em todas as esferas da educação.

Em síntese, incluir os povos originários em aulas no ensino integral requer um esforço coletivo e um compromisso com a promoção da igualdade, o respeito à diversidade e a valorização das culturas e tradições dos povos indígenas e quilombolas. Por meio de uma abordagem inclusiva e sensível, é possível construir um ensino integral que reconheça e celebre a riqueza cultural e a contribuição histórica desses povos para a formação da identidade brasileira.

COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL

Incluir a cultura afro-brasileira na educação e combater o racismo estrutural é um desafio que se coloca diante de educadores, gestores escolares

e toda a sociedade brasileira. A importância dessa inclusão está diretamente ligada à valorização da diversidade étnico-racial, ao respeito à história e à cultura afrodescendente, e à construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

O Brasil é um país marcado por uma profunda herança africana, que se reflete em sua música, dança, culinária, religiosidade, tradições e costumes. No entanto, apesar de toda essa riqueza cultural, a população negra ainda sofre com altos índices de exclusão social, discriminação e racismo estrutural. A inserção da cultura afro-brasileira na educação é, portanto, um passo fundamental para romper com essas desigualdades e promover a equidade racial.

Portanto, a maneira como a discriminação deve ser trabalhada desde a Educação Infantil, precisa intencionar a percepção das pessoas de como os negros enfrentaram situações de sofrimento, sendo necessário a erradicação de situações de preconceito, que podem ser evidenciadas a partir da contação das histórias, inserida na literatura (SILVA, 2010).

Uma das formas de incluir a cultura afro-brasileira na educação é por meio da implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, em todos os níveis de ensino. Essa lei prevê a inclusão de conteúdos que abordem a contribuição dos povos africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, a luta contra a escravidão, a resistência negra, a cultura afro-brasileira e a promoção da igualdade racial.

Além disso, é fundamental que as escolas adotem práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial e promovam o respeito à cultura afro-brasileira. Isso inclui a realização de projetos e atividades que abordem a história, a arte, a literatura, a música e as tradições afrodescendentes, e que

estimulem a reflexão sobre a contribuição dos povos negros para a construção da identidade brasileira. A inserção de obras de autores afrodescendentes nas bibliotecas escolares e a promoção de eventos culturais que valorizem a cultura negra também são medidas importantes.

Outro ponto fundamental é a formação de educadores para o enfrentamento do racismo estrutural e a promoção da equidade racial. Os profissionais da educação devem ser capacitados para reconhecer e combater o preconceito e a discriminação racial, e para desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial e promovam a inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar.

Além disso, é importante destacar que a inclusão da cultura afro-brasileira na educação vai muito além do cumprimento de uma lei. Trata-se, na verdade, de uma questão de justiça e de respeito à diversidade e à dignidade humana. Promover a equidade racial na educação é uma responsabilidade de toda a sociedade, e requer o engajamento de todos os setores, desde o governo, passando pelas escolas e instituições de ensino, até chegar às famílias e à comunidade.

A literatura sempre mencionou os negros como escravos ou inferiores, mas as mudanças históricas que refletia na sucessão de escritores, não encontrava perfis diferentes, pois acabavam tratando essas pessoas de maneira inferiorizada e/ou estereotipada, além disso, parte dos autores retratavam os negros como preguiçosos, violentos, ignorantes, feios, entre outras características negativas (MARIOSIA, 2009).

Portanto, incluir a cultura afro-brasileira na educação e combater o racismo estrutural é um desafio que exige um compromisso coletivo com a promoção da igualdade racial. É preciso que as políticas educacionais e as

práticas pedagógicas estejam alinhadas com essa valorização da diversidade étnico-racial, e que sejam adotadas medidas concretas para superar as desigualdades raciais que ainda persistem em nossa sociedade. Só assim será possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva e uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA COMBATER A EXCLUSÃO ESCOLAR

A formação docente voltada para combater o racismo e a exclusão no âmbito educacional é essencial para promover uma educação mais inclusiva e igualitária. Nesse sentido, a formação de professores deve incluir uma reflexão profunda sobre as desigualdades sociais, raciais e de gênero presentes na sociedade e suas repercussões na educação.

O termo negro para o IBGE é a soma de pretos e pardos que gira em torno de mais de 50 % (cinquenta por cento) da população é negra, ou seja, preta e parda (BRASIL, 2010). Historicamente o termo preto foi trazido de forma pejorativa e que foi introduzido em nosso vocabulário com os chavões “lista preta”, “hoje é dia de preto”, “isso é coisa de preto” esse vocabulário é de uma sociedade que tem o racismo estrutural e que é estruturada, também, por meio do racismo.

Para combater o racismo e a exclusão, os professores devem ser preparados para promover a valorização da diversidade étnico-racial e para reconhecer e desconstruir estereótipos e preconceitos presentes no ambiente escolar. Isso inclui a promoção de uma educação antirracista, que valorize a história, a cultura e as contribuições de povos negros e indígenas para a formação da sociedade brasileira.

Além disso, a formação docente para combater o racismo e a exclusão deve incluir o desenvolvimento de habilidades para lidar com situações de discriminação e preconceito no ambiente escolar, bem como a promoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

A formação dos professores deve ainda incluir a conscientização sobre a importância de se adotar uma postura crítica em relação ao sistema educacional e à sociedade como um todo, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, é fundamental que a formação docente inclua a discussão sobre o papel da escola na reprodução das desigualdades sociais e a importância de se promover a inclusão de todos os alunos, independentemente de sua origem étnico-racial, social, sexual ou religiosa.

Além disso, a formação dos professores deve incluir a reflexão sobre as práticas de exclusão presentes no ambiente escolar, bem como sobre as formas de superá-las e promover uma educação mais inclusiva e democrática.

Para tanto, a formação docente para combater o racismo e a exclusão deve incluir o oferecimento de espaço para a reflexão e o debate sobre essas questões, bem como o estímulo à participação em atividades formativas, como cursos, palestras e grupos de estudo sobre o tema.

Dessa forma, a formação docente para combater o racismo e a exclusão no âmbito educacional deve ser pautada pela promoção da igualdade, da diversidade e do respeito às diferenças, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura Afro-brasileira e indígena desempenha um papel fundamental na educação, pois contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, diversificada e respeitosa. A valorização e o reconhecimento da diversidade cultural desses grupos étnicos são essenciais para a promoção de uma educação que respeite e valorize a identidade de cada indivíduo.

No contexto educacional, é fundamental que os conteúdos relacionados à cultura Afro-brasileira e indígena sejam incluídos de forma transversal em todas as disciplinas, a fim de promover uma visão mais ampla e acurada da história e da identidade do povo brasileiro. Além disso, é importante que os materiais didáticos utilizados nas escolas contemplem a diversidade étnica e cultural do país, garantindo assim a representatividade e o respeito pela pluralidade de origens e histórias.

A promoção da cultura Afro-brasileira e indígena na educação também passa pela formação de professores, que devem estar preparados para abordar esses temas de maneira sensível e respeitosa, garantindo o respeito às tradições e valores desses grupos étnicos. A formação continuada dos educadores é crucial para proporcionar um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário, onde a diversidade é vista como um ponto de enriquecimento e não de exclusão.

Além disso, é fundamental que as instituições de ensino promovam ações afirmativas e políticas de inclusão que garantam o acesso e a permanência de estudantes Afro-brasileiros e indígenas no ensino superior, bem como políticas de cotas para facilitar o ingresso desses grupos nas universidades. Essas medidas são essenciais para combater as desigualdades históricas e garantir a representatividade e o protagonismo desses grupos na sociedade brasileira.

Em suma, a valorização da cultura Afro-brasileira e indígena na educação é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa. É preciso reconhecer e valorizar as contribuições desses grupos étnicos para a formação da identidade brasileira, promovendo assim uma educação mais inclusiva e diversificada. A luta pela valorização da cultura Afro-brasileira e indígena na educação é um desafio constante, mas essencial para a construção de uma sociedade mais democrática e plural.

REFERÊNCIAS

- ANDRUETTO, M. T. **Por uma literatura sem adjetivos**. Trad. Carmen Cacciaccaro. Buenos Aires: Pulo do gato, 2012.
- ANJOS, W. **O negro na literatura brasileira**. **Revista de Literatura, História e Memória** – Revista da UNIOESTE, Cascavel, n.1, 2009.
- CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**. Trad. V. C. Silva. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- CROCHÍK, J. L. **O conceito de preconceito**. In: _____. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 2.ed. São Paulo: Robe, 1997. p.11-51.
- DIONÍSIO, E. R. **Desconstrução do preconceito na literatura afro-brasileira**. 2010. Dissertação de Mestrado em Letras - Centro de Ensino superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- FERREIRA, K. C. S. **Estudos de mitologia afro-brasileira**. **Revista Anagrama - Revista Científica Interdisciplinar da Graduação da USP**, São Paulo, n. 3, 2009.
- MENDES, J. N. **Várias Formas. Os Diferentes Tipos de Preconceito**.
- SANTOS, M. **As cidadanias mutiladas**. In: LERNER, J. et. al. **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997. p. 133-144.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

INCLUSÃO E O PROCESSO DE ACOLHIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ANA LUCIA GONÇALVES RAMOS

RESUMO: Este artigo científico aborda as diferentes estratégias e desafios enfrentados no processo de inclusão na educação infantil, enfatizando a importância da formação docente, o papel da família, o uso de adaptações curriculares, métodos de avaliação inclusiva e a criação de um ambiente escolar acolhedor e estimulante para todas as crianças. Além disso, são apresentados estudos de caso e pesquisas que evidenciam os benefícios da inclusão para o desenvolvimento social, emocional e acadêmico das crianças, reforçando a importância do comprometimento de toda a comunidade escolar na promoção da inclusão na educação infantil. O processo de inclusão na educação infantil tem sido objeto de estudo e discussão em diversos âmbitos, com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade para todas as crianças, independentemente de suas habilidades, características ou necessidades específicas.

Palavras-chave: Inclusão; Equidade; Socialização; Respeito.

INTRODUÇÃO

O lúdico acompanha as crianças em toda a fase de desenvolvimento, seja ela desde sua gestação onde mães expressam seu carinho mesmo com o bebê dentro de seu ventre, onde chegam a cantar músicas de ninar, no acalanto de seus braços pra dormir, e até em brincadeiras elaboradas em família e em grupo

de amigos. A fase de alfabetização em alunos é muito devagar, pois o mesmo ao chegar na sala se depara com situações talvez nunca vivenciadas em seus lares, pela falta de diálogo e a falta de informações vindas de revistas, jornais e meios de comunicação, já na escola tudo isso é colocado em prática as vezes de forma um pouco assustadora para as crianças (NOGUEIRA, 2007).

Portanto, é fundamental compreender o processo de inclusão na educação infantil como um investimento na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as crianças tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento. Neste texto, vamos explorar em detalhes os desafios e as práticas inclusivas na educação infantil, destacando a importância de promover um ambiente acolhedor e estimulante, que permita a todas as crianças crescerem e aprenderem juntas, independentemente de suas diferenças.

A inclusão na educação infantil é um processo fundamental para garantir o desenvolvimento e o bem-estar de todas as crianças, independentemente de suas diferenças e particularidades. A educação inclusiva busca promover a participação ativa e igualitária de todas as crianças, valorizando a diversidade e incentivando a convivência harmoniosa em um ambiente de aprendizado.

Nesse sentido, o processo de inclusão na educação infantil envolve uma série de desafios e oportunidades que impactam diretamente a forma como as crianças são acolhidas, educadas e preparadas para a vida em sociedade. A inclusão exige ajustes estruturais e pedagógicos que possam atender às necessidades específicas de cada criança, garantindo que todas tenham acesso a uma educação de qualidade.

Além disso, a inclusão na educação infantil também implica em repensar a forma como as crianças com deficiência, transtornos do espectro autista, superdotação, entre outras particularidades, são tratadas e integradas no

ambiente escolar. Isso demanda a implementação de políticas inclusivas, formação de professores, adaptações curriculares e estruturais, além de um comprometimento real com a promoção da igualdade e do respeito à diversidade.

A INCLUSÃO DO ÂMBITO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR

A participação ativa da família no desenvolvimento inclusivo também pode ser vista no apoio constante em casa, na promoção de atividades inclusivas e na valorização da diversidade. A família pode ajudar a criar um ambiente acolhedor e inclusivo em casa, incentivando a empatia, a compreensão e a aceitação das diferenças.

Além disso, a família pode promover atividades inclusivas, buscando oportunidades para que seus filhos participem de eventos e programas que promovam a inclusão e a diversidade. Isso pode incluir a participação em eventos comunitários, em grupos de apoio e em atividades que promovam a igualdade de oportunidades para todos.

Ao valorizar e promover a diversidade, a família está ajudando a criar um ambiente inclusivo que beneficia não apenas seus próprios filhos, mas toda a comunidade escolar. A inclusão de todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades, enriquece a aprendizagem e promove um ambiente de respeito, compreensão e aceitação mútua.

Portanto, a participação da família no desenvolvimento inclusivo no âmbito escolar é fundamental para criar um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os alunos. Ao trabalhar em estreita colaboração com os educadores, a

família pode ajudar a promover a inclusão, a valorização da diversidade e a igualdade de oportunidades para todos, garantindo que cada aluno receba o apoio e os recursos necessários para alcançar seu pleno potencial.

A participação da família no desenvolvimento inclusivo no âmbito escolar é fundamental para garantir o sucesso e a inclusão de todas as crianças. A família desempenha um papel crucial na promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo para os alunos com necessidades especiais, ajudando a escola a se tornar um local onde todos se sintam bem-vindos e valorizados.

Quando a família participa ativamente da vida escolar de seus filhos, isso mostra aos educadores que eles têm o apoio e envolvimento dos pais, o que pode fazer uma grande diferença na forma como esses alunos são tratados e incluídos. A família pode compartilhar informações sobre as necessidades de seus filhos, suas preferências e habilidades, o que pode ajudar os professores a personalizar a educação de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.

A criança não se limita a imitação do mundo adulto, elas reinventam a todo tempo, um novo mundo. Esse mundo tem um pouco do que recebe de informação e um pouco dela mesma e de seus gostos e paixões próprias (MORAIS E PÚBLIO, p.13).

Além disso, a família pode desempenhar um papel ativo na defesa da inclusão, participando de reuniões escolares, grupos de pais e comitês de inclusão. Eles podem compartilhar suas experiências e conhecimentos, oferecer suporte aos outros pais e educadores e ajudar a promover práticas inclusivas dentro da escola.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA TRABALHAR INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A formação docente para trabalhar a inclusão na educação infantil é de extrema importância, visto que a inclusão escolar é um direito de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, mentais, sociais, emocionais ou cognitivas. Nesse sentido, os professores que atuam na educação infantil devem estar preparados para acolher e educar todas as crianças, respeitando suas diferenças e promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo.

A formação docente para a inclusão na educação infantil deve abranger diversos aspectos, tais como a compreensão das diferentes necessidades das crianças, a adaptação do currículo e das práticas pedagógicas, a criação de estratégias de ensino que atendam a diversidade, a promoção de relações inclusivas e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais para lidar com as diferenças.

É fundamental que os professores tenham conhecimento sobre as legislações e políticas educacionais que garantem o direito à inclusão, bem como sobre os recursos e estratégias pedagógicas disponíveis para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, entre outras condições.

O termo lúdico tem aparecido frequentemente nas discussões sobre a nova perspectiva educacional voltada as séries iniciais do ensino fundamental. Tanto os professores quanto os teóricos da educação vêm tentando esclarecer a importância do brincar nos anos iniciais de qualquer criança. Para Nogueira (2007, p.9):

Através de atividades lúdicas o educando forma conceitos, seleciona ideias, estabelece lógicas, integra percepções, faz estimativa, vai socializando-se, promovendo situações que o leva a estabelecer relações sociais com o grupo ao qual está inserido, estimulando seu raciocínio no desenvolvimento de atitudes que exigem reflexões e enquanto função educativa proporciona a aprendizagem, seu saber, sua compreensão de mundo e seu conhecimento (NOGUEIRA, 2007, p.9).

Além disso, a formação docente para a inclusão na educação infantil deve proporcionar aos professores oportunidades de reflexão e debate acerca das questões relacionadas à diversidade, equidade, preconceito e discriminação, de forma a promover uma prática educativa que valorize e respeite a singularidade de cada criança.

Nesse sentido, é importante que os gestores das instituições de ensino invistam na formação continuada dos professores, oferecendo cursos, palestras, oficinas e outras atividades que contribuam para o aprimoramento profissional dos docentes no que diz respeito à inclusão na educação infantil.

Por fim, a formação docente para a inclusão na educação infantil deve ser pautada na construção de uma cultura escolar inclusiva, que envolva toda a comunidade escolar – professores, alunos, pais, funcionários e gestores – no compromisso de garantir a educação de qualidade para todas as crianças, respeitando suas diferenças e promovendo a igualdade de oportunidades. Através deste processo, poderemos garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de aprender, conviver e se desenvolver plenamente, independentemente de suas características individuais.

INCLUSÃO E O PROCESSO DE ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM AUTISMO

Para promover a inclusão e o acolhimento de pessoas com autismo na educação, é necessário adotar uma abordagem multidisciplinar e individualizada, que leve em consideração as necessidades específicas de cada aluno. Isso inclui a adaptação do currículo escolar, o uso de recursos de comunicação alternativa e a implementação de estratégias para a promoção da interação social e o desenvolvimento das habilidades cognitivas.

[...] o correto conhecimento da realidade não é possível se certo elemento de imaginação, sem o distanciamento da realidade, das impressões individuais imediatas, concretas, que representam esta realidade nas ações elementares da nossa consciência (VYGOTSKY, 1996, p. 127).

Além disso, é fundamental promover a sensibilização e a conscientização de toda a comunidade escolar sobre o autismo, suas características e desafios. Isso pode contribuir para a criação de um ambiente mais acolhedor e inclusivo, no qual as pessoas com autismo se sintam respeitadas e valorizadas.

A formação dos profissionais da educação também desempenha um papel fundamental no processo de inclusão e acolhimento de pessoas com autismo na escola. É necessário proporcionar aos educadores as ferramentas e habilidades necessárias para atender às demandas específicas desses alunos, bem como promover a construção de práticas pedagógicas inclusivas e voltadas para a diversidade.

Além disso, a parceria com profissionais da saúde e da área da psicologia pode ser de grande importância, principalmente no que se refere ao acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento dos alunos com autismo, possibilitando a implementação de estratégias adequadas e a identificação de eventuais necessidades especiais.

A família também desempenha um papel fundamental nesse processo, uma vez que é essencial o apoio e a participação ativa dos pais e responsáveis no processo educacional de seus filhos. O compartilhamento de informações e

a colaboração entre escola e família podem contribuir significativamente para o sucesso da inclusão e acolhimento de pessoas com autismo na educação.

O correto conhecimento da realidade não é possível se certo elemento de imaginação, sem o distanciamento da realidade, das impressões individuais imediatas, concretas, que representam esta realidade nas ações elementares da nossa consciência (VYGOTSKY, 1996, p. 127).

Por fim, é importante ressaltar que a inclusão e o acolhimento de pessoas com autismo na educação não se limitam apenas ao contexto escolar, mas devem se estender a todos os espaços e atividades sociais. A construção de uma sociedade mais inclusiva e capaz de acolher as diferenças é uma responsabilidade de todos, e a educação desempenha um papel fundamental nesse processo.

Em suma, o processo de inclusão e acolhimento de pessoas com autismo na educação é um desafio que demanda ações integradas e um compromisso coletivo com a promoção da diversidade e a garantia dos direitos de todos os indivíduos. A construção de uma educação inclusiva e voltada para a diversidade é um passo fundamental rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

Piaget (1978) trata os jogos infantis como meio pelo qual as crianças começam a interagir consigo mesmas e com o mundo externo, e chega a afirmar que “tudo é jogo durante os primeiros meses de existência, à parte algumas exceções, apenas, como a nutrição ou certas emoções como medo e a cólera (PIAGET, 1978, p.119)”. Do nascimento até cerca de dois anos, as crianças estão na fase sensório motora, de acordo com Piaget:

o que prevalece são os jogos de exercício que se constituem como exercícios adaptativos, onde a criança explora o mundo para conhecê-lo e para desenvolver seu próprio corpo e depois de ter aprendido ela começa a fazê-los por puro prazer. Esse período se caracteriza pelo desenvolvimento pelas ações, nele existe uma inteligência prática e um esforço de compreensão das situações através das percepções e do movimento. Quando ela refaz por prazer tem início

às primeiras manifestações lúdicas, de forma que ele chega a dizer que “por outras palavras, um esquema jamais é por si mesmo lúdico, ou não-lúdico, e o seu caráter de jogo só provém do contexto ou do funcionamento atual (PIAGET, 1978, p.120).

O processo de inclusão e acolhimento de pessoas com autismo na educação é um desafio que requer atenção e cuidado por parte de toda a sociedade. O autismo é um transtorno do desenvolvimento que afeta a capacidade de comunicação e interação social, e variabilidade comportamental. Diante disso, é fundamental criar estratégias e políticas que permitam a participação plena e efetiva dessas pessoas no ambiente escolar.

Nas atividades lúdicas, as crianças estimulam os conhecimentos já adquiridos desenvolvendo os conceitos gerais com os quais brinca. É na ação de brincar que a criança propicia as aptidões perceptivas como meio de ajustamento do comportamento psicomotor (KISHIMOTO, 2002).

A metodologia de cunho qualitativo se configurou, em sua totalidade, em pesquisa bibliográfica, para investigar, descrever e analisar as opiniões dos autores Kishimoto (2002), Mello (2009), Souza (2011), Vygotsky (1991), Wallon (1986), entre outros, que contribuíram para embasar sobre o desenvolvimento do presente trabalho.

A inclusão de pessoas com autismo na educação é um direito assegurado por leis e tratados internacionais, que visam garantir o acesso à educação de qualidade a todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades e limitações. No entanto, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta diversos desafios, que vão desde a falta de estrutura e recursos nas escolas até a necessidade de formação adequada para os profissionais da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, exploramos o processo de inclusão na educação infantil, um tema de extrema importância para a promoção de uma sociedade mais justa

e igualitária. Ao longo do texto, analisamos os desafios e as dificuldades enfrentadas na implementação de estratégias de inclusão, bem como os benefícios e impactos positivos que a inclusão pode trazer para as crianças, suas famílias e a sociedade como um todo.

É inegável que a inclusão na educação infantil é um processo complexo e multifacetado, que demanda a atuação conjunta de diversos atores - gestores escolares, professores, profissionais de saúde, famílias e comunidade. A diversidade de perfis e necessidades das crianças, aliada à falta de recursos e formação adequada, torna o desafio ainda maior.

No entanto, é fundamental ressaltar que a inclusão é um direito de todas as crianças, independentemente de suas diferenças. Garantir o acesso à educação de qualidade para todos, sem discriminação ou segregação, é uma questão de justiça e cidadania. Além disso, a inclusão traz benefícios para todas as crianças, pois promove o respeito à diversidade, o desenvolvimento de habilidades sociais e a construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.

Diante disso, é imprescindível que sejam adotadas políticas públicas que promovam a inclusão na educação infantil, garantindo recursos financeiros, formação continuada para os profissionais da educação e estrutura adequada nas escolas. Além disso, é necessário fomentar o diálogo e a parceria entre escola, famílias e comunidade, visando a construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.

Por fim, é importante ressaltar que a inclusão na educação infantil não se resume apenas à presença física das crianças na escola, mas também à garantia

de uma educação de qualidade, que respeite e valorize as diferenças, oferecendo suporte e recursos necessários para o pleno desenvolvimento de todas as crianças. Somente assim, poderemos construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogo brinquedo, brincadeira e a educação**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005. MACEDO, Lino de, (org.). Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Porto Alegre, RS. Artmed, 2005.

MALUF, Ângela C. M. **Brincar: prazer e aprendizado**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Sílvio L. de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 2002.

OLIVEIRA, Vera B. de. (org.). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. 4 ed. São Paulo: Vozes, 2000.

PINTO, Marly R. **Formação e aprendizagem no espaço lúdico**. 2 ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

QUEIROZ, Tânia D; MARTINS, João Luís. **Pedagogia lúdica: jogos e brincadeiras de A a Z**. São Paulo: Rideel, 2011.

SANTOS, Santa M. P. dos. **O brincar na escola: Metodologia Lúdico Vivencial, coletâneas de jogos, brinquedos e dinâmicas**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SCHILLER, Pam; ROSSANO. Joan. **Ensinar e aprender brincando: mais de 750 atividades para educação infantil**. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SILVA JUNIOR, Afonso G. da. **Aprendizagem por meio da ludicidade**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA ESCOLA COGNITIVO E EMOCIONAL INDISSOCIÁVEL

EDNALVA MARIA DA SILVA SANTOS

RESUMO

Estudos indicam que, além dos conhecimentos cognitivos, o ser humano precisa desenvolver um maior entendimento sobre si mesmo para construir relações saudáveis e ter uma percepção positiva de sua identidade. Para isso, é essencial reconhecer e controlar as próprias emoções, saber nomeá-las e utilizá-las da melhor forma possível, favorecendo uma convivência harmoniosa em sociedade. Esse aspecto é destacado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reforça a importância das habilidades socioemocionais no desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Escola; Relações; Cognição.

DESENVOLVIMENTO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece 10 competências gerais para o processo de escolarização, abrangendo aspectos atitudinais, procedimentais e conceituais. Essas competências são fundamentais para garantir o desenvolvimento integral dos estudantes e devem ser trabalhadas ao

longo de toda a Educação Básica, promovendo a formação de cidadãos críticos, autônomos e preparados para os desafios da sociedade.

Conhecer a si mesmo é a melhor maneira de ajudar cada pessoa a lidar com o outro e com o mundo ao seu redor de forma integral. O desenvolvimento socioemocional proporciona ganhos significativos nas relações, favorecendo a convivência e o bem-estar. Esse processo deve respeitar as singularidades e a cultura de cada indivíduo, valorizando sua identidade e experiências.

Ao abrir espaço para o diálogo e a reflexão, possibilitamos trocas e interações que nos ajudam a conhecer melhor nossas emoções. Ouvir a si mesmo e ao outro é fundamental para tomar decisões mais acertadas, promovendo um convívio mais harmônico e consciente

Além disso, ter conhecimento e controle das emoções nos ajuda a nos relacionarmos melhor com os grupos sociais dos quais fazemos parte. Esse desenvolvimento contribui para lidar de forma mais equilibrada com conflitos e frustrações, além de aprimorar a comunicação, tornando-a mais assertiva e empática.

Todo esse conhecimento ajuda o aluno a expressar seus sentimentos e vulnerabilidades, favorecendo a convivência em grupo com respeito às necessidades e limitações de cada um. Esse processo contribui para que ele se sinta acolhido e aceito, fortalecendo seu senso de pertencimento e bem-estar.

Dados mostram que os ganhos na aprendizagem aumentam quando as habilidades socioemocionais são trabalhadas e discutidas. Esse enfoque favorece um trabalho colaborativo mais eficaz, com maior troca de ideias e interações, além de contribuir para a construção de relações saudáveis entre os alunos.

O desenvolvimento humano é resultado das propostas e respostas do ambiente e das pessoas com quem convivemos. Por isso, é importante que os ambientes sejam favoráveis ao desenvolvimento das habilidades socioemocionais. Por isso, é indispensável que a escola e as famílias colaborem nesse processo de autoconhecimento dos alunos.

Portanto, é através do acolhimento, da escuta ativa e das trocas que as habilidades socioemocionais podem ser aprendidas, praticadas e ensinadas. Esse processo contínuo fortalece os vínculos entre escola, família e aluno, criando um ambiente propício para o desenvolvimento integral e a construção de relações saudáveis.

Competências Socioemocionais segundo a BNCC

Nas últimas décadas, as discussões sobre educação têm avançado para além do domínio dos conteúdos tradicionais. A escola, historicamente voltada para o desenvolvimento cognitivo, hoje é convocada a olhar para o ser humano em sua totalidade. Nesse cenário, as competências socioemocionais ganham protagonismo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que orienta a educação básica no Brasil, reconhece que não basta apenas desenvolver as competências cognitivas: é essencial que o estudante também aprenda a lidar com suas emoções, a se relacionar com o outro e a tomar decisões de forma ética e responsável.

As competências socioemocionais são entendidas como um conjunto de habilidades que nos permitem lidar melhor com as demandas da vida cotidiana. Elas influenciam diretamente a forma como agimos e reagimos diante das situações do dia a dia. Nossas reações emocionais falam muito sobre quem somos, sobre o que aprendemos ao longo da vida e sobre nossa capacidade de interpretar e responder aos desafios que enfrentamos. Por isso, é indispensável

que a escola, enquanto espaço de formação integral, incorpore o desenvolvimento dessas competências no processo de ensino e aprendizagem.

Ao incluir as competências socioemocionais como parte integrante do currículo escolar, a BNCC sinaliza um importante avanço no entendimento sobre o papel da educação. Essas competências estão agrupadas em cinco grandes áreas: **autogestão, engajamento com os outros, amabilidade, resiliência emocional e abertura ao novo**. A seguir, exploraremos cada uma delas com mais profundidade.

Autogestão é a capacidade de gerir a si mesmo, controlando impulsos, emoções, comportamentos e mantendo o foco em objetivos pessoais e coletivos. Trata-se de uma habilidade que envolve responsabilidade, determinação, persistência e foco. Desenvolver essa competência é essencial para que os estudantes consigam organizar seu tempo, estabelecer metas, superar dificuldades e manter a motivação frente aos desafios. No ambiente escolar, alunos com boa autogestão tendem a apresentar mais autonomia, maior capacidade de concentração e uma postura proativa em relação à própria aprendizagem.

A segunda competência é o **engajamento com o outro**, que diz respeito à capacidade de se comunicar de forma respeitosa e clara, estabelecer relações saudáveis e trabalhar de forma colaborativa. Em um mundo cada vez mais interconectado, saber se colocar no lugar do outro, ouvir com empatia e contribuir para o bem comum são habilidades indispensáveis. Na escola, isso se reflete em atitudes como saber escutar os colegas, participar de atividades em grupo com responsabilidade e respeitar diferentes pontos de vista.

A **amabilidade**, terceira competência, está relacionada ao cultivo da empatia, do respeito e da confiança nas relações interpessoais. Crianças e jovens que desenvolvem essa habilidade tendem a ter comportamentos mais cooperativos, maior capacidade de perdoar e menor propensão a agir com agressividade. Trabalhar essa competência na escola é essencial para a construção de um

ambiente acolhedor, onde todos se sintam pertencentes, valorizados e seguros para aprender e se expressar.

A quarta competência é a **resiliência emocional**, que envolve a capacidade de lidar com frustrações, perdas, conflitos e mudanças. Trata-se da habilidade de enfrentar situações difíceis com equilíbrio emocional e de superar os desafios mantendo a confiança em si mesmo. Um exemplo clássico de resiliência emocional é a superação de um luto ou de uma separação, mas também podemos observar essa competência em momentos cotidianos, como ao lidar com um erro em sala de aula ou com uma nota baixa. A resiliência emocional não significa não sentir dor ou tristeza, mas sim desenvolver estratégias saudáveis para enfrentar as adversidades.

Por fim, a BNCC propõe a **abertura ao novo** como quinta competência socioemocional. Ela diz respeito à curiosidade, à criatividade, à disposição para aprender coisas novas e à capacidade de lidar com o desconhecido. Em tempos de rápidas transformações, saber se adaptar, buscar novas soluções e ter flexibilidade para encarar mudanças são características fundamentais. Alunos com essa competência bem desenvolvida demonstram interesse por novos conhecimentos, envolvimento em projetos inovadores e facilidade em lidar com imprevistos.

Desenvolver essas competências não é tarefa simples, mas é extremamente necessária para o sucesso escolar e para a construção de uma vida pessoal e profissional mais plena. A aprendizagem só ocorre de forma significativa quando o estudante se sente emocionalmente preparado, quando é capaz de lidar com seus sentimentos e quando consegue se relacionar de maneira saudável com os outros. Portanto, o trabalho com as competências socioemocionais deve ser contínuo, integrado às demais práticas pedagógicas e adaptado às diferentes fases do desenvolvimento infantil e juvenil.

A escola tem um papel fundamental nesse processo. Ao promover atividades que estimulem o autoconhecimento, a empatia, o trabalho em equipe, a escuta

ativa e o respeito às diferenças, está contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes, responsáveis e preparados para lidar com os desafios do mundo contemporâneo. Além disso, o desenvolvimento dessas competências impacta diretamente no clima escolar, reduzindo conflitos, promovendo o bem-estar e favorecendo a aprendizagem.

Em suma, a BNCC reconhece que ser competente não é apenas dominar conteúdos acadêmicos, mas também saber viver em sociedade, lidar com emoções, tomar decisões éticas e manter relações saudáveis. As competências socioemocionais são, portanto, parte essencial do currículo escolar e devem ser trabalhadas com intencionalidade, sensibilidade e compromisso. Investir no desenvolvimento emocional dos estudantes é investir em uma educação mais humana, inclusiva e transformadora.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento das habilidades socioemocionais é fundamental para o crescimento integral dos alunos. A compreensão e o controle das emoções, bem como a capacidade de se relacionar de forma saudável com os outros, contribuem para um ambiente mais harmonioso e colaborativo. A escola e as famílias desempenham papéis essenciais nesse processo, sendo responsáveis por criar espaços de acolhimento e escuta, onde as emoções possam ser expressas e compreendidas. A prática constante dessas habilidades, por meio de trocas e interações, possibilita que os alunos aprendam a lidar com os desafios cotidianos de maneira mais consciente e assertiva. Dessa forma, os vínculos entre as pessoas são fortalecidos e as relações se tornam mais respeitadas e construtivas, favorecendo tanto o desenvolvimento acadêmico quanto o emocional dos alunos.

Diante dos desafios do mundo atual, fica evidente que apenas o domínio das competências cognitivas não é suficiente para garantir o sucesso dos estudantes na vida escolar e pessoal. As competências socioemocionais são fundamentais para que crianças e jovens desenvolvam a capacidade de lidar com as emoções, enfrentar situações adversas e construir relações saudáveis com o outro. A BNCC, ao incluir essas competências no currículo, reconhece que a educação precisa formar indivíduos íntegros, capazes de atuar de maneira ética, empática e equilibrada na sociedade.

Ao promover o desenvolvimento de habilidades como a **autogestão**, o **engajamento com o outro**, a **amabilidade**, a **resiliência emocional** e a **abertura ao novo**, a escola amplia sua função formadora. Não se trata apenas de preparar para provas e conteúdos, mas de contribuir para a formação de pessoas emocionalmente preparadas para lidar com frustrações, colaborar com os outros, tomar decisões conscientes e se adaptar às mudanças. Essas competências não apenas favorecem o aprendizado, mas também fortalecem os vínculos sociais e a construção de um ambiente escolar mais acolhedor.

Portanto, é essencial que o trabalho com as competências socioemocionais esteja presente de forma contínua e intencional em todos os anos da educação básica. Isso pode ser feito por meio de atividades reflexivas, projetos interdisciplinares, rodas de conversa e situações cotidianas que estimulem o autoconhecimento e a empatia. Quando a escola valoriza o desenvolvimento socioemocional, ela potencializa o processo de ensino e aprendizagem, promove a inclusão e prepara os estudantes para os desafios da vida em sociedade.

Em resumo, educar não é apenas ensinar conteúdos, mas formar cidadãos conscientes, respeitosos, criativos e emocionalmente equilibrados. Ao reconhecer a importância das competências socioemocionais no processo de escolarização, a BNCC nos convida a pensar uma escola mais humana e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes. Investir nesse

aspecto é garantir que os alunos estejam não apenas aptos a aprender, mas também preparados para viver e conviver de forma saudável e transformadora.

REFERÊNCIAS

[Material de Complementação Escolar \(MCE\) - Espaço de SER - Material de Complementação Escolar \(MCE\)](#), acessado em 22/01/2025

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/195-competencias-socioemocionais-como-fator-de-protecao-a-saude-mental-e-ao-bullying#:~:text=Na%20BNCC%2C%20as%20compet%C3%A2ncias%20socioemocionais,compet%C3%A2ncias%20socioemocionais%20em%20seus%20curr%C3%ADculos>.

BNCC



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

VISÃO DA TRANSFORMAÇÃO DO COTIDIANO ESCOLAR PELO OLHAR DE PAULO FREIRE

EDNALVA MARIA DA SILVA SANTOS

RESUMO

Paulo Freire acreditava que a opressão desumanizava os oprimidos de diversas formas. No entanto, também desumanizava os próprios opressores. A opressão, muitas vezes naturalizada, leva algumas pessoas a desejarem alcançar o status do opressor para também oprimir, mas essa condição não é definitiva. O opressor busca transmitir sua ideologia ao oprimido, fazendo com que este acredite que não é possível mudar sua realidade, perpetuando, assim, a opressão.

Palavras-chave: Educação; Formação Política; Paulo Freire.

A educação como ato político, segundo Paulo Freire

Freire chama a atenção para o fato de que essa opressão não é permanente. Quem tenta impor essa ideia são os próprios opressores, por meio de uma ideologia dominante, que é opressora e serve aos interesses da elite. A transformação só acontece quando os indivíduos tomam consciência de sua situação e lutam contra essa forma de dominação. Nesse processo, ao se libertar, o oprimido também liberta o opressor, contribuindo para a humanização de ambos.

A libertação verdadeira só é possível quando parte do próprio oprimido, que deve ser o protagonista dessa transformação. A libertação imposta pelo opressor não é autêntica. O professor, nesse contexto, precisa mudar sua postura em sala de aula e atuar como um mediador no processo de libertação. É na escola que se planta a semente da libertação em um plano mais amplo, combatendo a chamada “educação bancária” — metáfora usada por Freire para criticar o modelo em que o aluno é visto como um recipiente vazio a ser preenchido com conteúdos.

Quando o professor assume essa postura bancária, acaba se tornando um facilitador da opressão, perpetuando essa prática. Para romper com isso, é necessário construir uma relação horizontal entre educador e educando, em que ambos aprendem juntos e dialogam. O professor deve escolher conteúdos que despertem o interesse dos alunos, potencializando o conhecimento e contribuindo para a conscientização das chamadas “situações-limite” — barreiras que impedem a libertação.

Essa libertação surge por meio da conscientização e rompe com a opressão. A nova realidade só será possível após esse rompimento, e a busca por ela deve partir do oprimido, que não pode ter medo do novo.

Visão Transformação da Educação segundo Paulo Freire

Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire propõe uma educação crítica e dialógica, fundamentada na intencionalidade transformadora do ensino. Para Freire, a educação deve se contrapor à opressão e à exclusão, possibilitando ao aluno a libertação das imposições do sistema. Esse processo educativo não apenas transmite conhecimentos, mas conduz o estudante da consciência ingênua para uma percepção crítica da realidade, permitindo-lhe agir de forma reflexiva e emancipadora na sociedade.

O *Conhecimento Crítico e o Contexto Histórico de Pedagogia do Oprimido* Publicado em 1968, durante o período da ditadura militar no Brasil, *Pedagogia do Oprimido* foi escrito por Paulo Freire enquanto estava no exílio.

Nesse contexto de repressão, Freire apresenta a educação como uma ferramenta essencial para a emancipação, especialmente da classe trabalhadora. Seu pensamento pedagógico é baseado na ideia de que o ensino deve ser libertador, permitindo que os oprimidos desenvolvam uma consciência crítica sobre sua realidade. Palavras-chave como opressão, libertação e emancipação marcam a essência de sua proposta, que busca transformar a educação em um ato político e humanizador.

Princípios Fundamentais da Pedagogia de Paulo Freire:

Princípio 1: A Educação como Ato Político

Para Paulo Freire, a educação nunca é neutra. Ela pode ser um instrumento de libertação ou de opressão, dependendo de como é conduzida. Ao reconhecer a educação como um ato político, Freire enfatiza que o ensino deve ir além da simples transmissão de conteúdos, buscando desenvolver a consciência crítica dos alunos. Dessa forma, a escola pode se tornar um espaço de transformação social, permitindo que os indivíduos compreendam sua realidade e atuem para modificá-la.

Princípio 2: Conscientização

A conscientização, um dos conceitos centrais da pedagogia freireana, refere-se ao desenvolvimento da capacidade dos alunos de questionar, interpretar e transformar a realidade em que estão inseridos. Esse processo não se limita à aquisição de conhecimento, mas envolve a construção de uma visão crítica do mundo, permitindo que os educandos compreendam as estruturas de opressão e lutem por mudanças sociais. Para Freire, educar é despertar nos indivíduos a autonomia e o protagonismo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Princípio 3: Diálogo e Escuta

O diálogo é um elemento essencial na pedagogia de Paulo Freire, pois permite uma relação horizontal entre professor e aluno, baseada no respeito mútuo. Diferente do modelo tradicional, em que o professor é visto como único detentor do conhecimento, Freire propõe uma educação dialógica, na qual o saber é construído coletivamente. A escuta ativa e a troca de experiências fortalecem o aprendizado e contribuem para uma educação libertadora, em que os alunos são sujeitos ativos do processo educativo.

Princípio 4: O Professor como Facilitador do Conhecimento

Na visão freiriana, o professor não deve ser um transmissor passivo de conteúdos, mas sim um mediador do conhecimento. Ele atua como facilitador do aprendizado, estimulando a reflexão e promovendo a construção coletiva do saber. A mediação permite que o aluno desenvolva autonomia intelectual, aprenda a questionar e participe ativamente do próprio processo educativo. Dessa forma, o ensino deixa de ser bancário — no qual o professor deposita conhecimento no aluno — e se torna libertador, capacitando o estudante para interagir criticamente com o mundo.

Princípio 5: Temas geradores

Os temas geradores são conteúdos de ensino escolhidos a partir da realidade dos alunos e do seu contexto de vida, sendo assim promovem as reflexões sobre

sua condição social, considerando suas experiências e desafios para mudar sua condição social.

Princípio 6: Transformação social

Para Paulo Freire, a educação é um caminho essencial para a transformação social. Ele acreditava que por meio da conscientização e do pensamento crítico, os indivíduos poderiam compreender as estruturas de opressão e agir para mudar o mundo.

A verdadeira libertação ocorrerá quando o oprimido, consciente de sua condição e movido pelo desejo de transformação, realizar um ato de amor capaz de alcançar não apenas a si mesmo, mas toda a sociedade. Esse gesto, carregado de coragem e humanidade, rompe as barreiras da opressão e promove a construção de um mundo mais justo, onde todos possam ser beneficiados.

CONCLUSÃO

A pedagogia de Paulo Freire representa um pensamento sobre a educação transformadora, que rompe com a visão tradicional e bancária do ensino. Ao reconhecer a educação como um posicionamento político, Freire propõe um processo de aprendizagem que estimula a conscientização e o pensamento crítico dos alunos. O diálogo, a escuta ativa e a relação horizontal entre professor e estudante são fundamentais para a construção coletiva do conhecimento.

Além disso, com a mediação do professor e tema do cotidiano do aluno aproximam o ensino da realidade vivenciada pelos estudantes, tornando-o a aprendizagem mais significativa, aumentando o conhecimento, mas também possibilitando condições para uma transformação social, capacitando os alunos para atuar de forma crítica na sociedade.

A luta contra a educação bancária, é o diálogo essencial na educação, pois é por meio dele que se constrói o pensamento crítico, o respeito às diferentes realidades e a transformação social. Assim, a proposta de Paulo Freire

permanece atual e necessária, inspirando práticas pedagógicas que valorizam o ser humano, promovem a autonomia e contribuem para uma sociedade mais justa e consciente.

Paulo Freire chama a atenção para a importância do autoconhecimento, destacando que o ser humano nasceu para aprender. Somos seres inacabados, em constante processo de construção e transformação. O autor nos apresenta sua visão de um ser humano com potencial de crescimento, que pode progredir por meio da educação e das relações com o outro, sempre pautado na liberdade de pensamento e na valorização do diálogo. A aprendizagem, para Freire, vai além da simples memorização de conteúdos — ela envolve consciência crítica, participação ativa e a capacidade de transformar a realidade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

O MOVIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

EDNALVA MARIA DA SILVA SANTOS

RESUMO

Com o avanço das políticas públicas voltadas para a garantia de direitos, tem sido cada vez mais comum o ingresso de bebês muito pequenos nas instituições de educação infantil, alguns com apenas meses ou até dias de vida. Essa realidade nos leva a refletir sobre a concepção que temos desses bebês, tradicionalmente vistos como seres frágeis e totalmente dependentes da proteção adulta. Esse olhar muitas vezes resulta em práticas que restringem suas possibilidades de experimentações e descobertas, sob o pretexto de garantir sua segurança e bem-estar.

Palavras-chave: Infância; Escola; Movimento.

DESENVOLVIMENTO

Diante desse contexto, as propostas pedagógicas para bebês costumam seguir padrões rígidos, baseados na ideia de proteção, limitando seus movimentos e reduzindo suas oportunidades de exploração. Por receio de que se machuquem, evitamos que acessem determinados espaços, como áreas

externas ou locais com escadas. No entanto, essa postura reflete uma visão adultocêntrica e transmissiva da educação, que desconsidera a capacidade dos bebês de se desenvolverem ativamente a partir de suas próprias experiências

O Currículo da Cidade de São Paulo para a educação infantil enfatiza que a criança, desde o nascimento, é protagonista do seu desenvolvimento. Dessa forma, os movimentos espontâneos e as escolhas feitas pelos bebês enriquecem mais seu aprendizado do que propostas impostas pelo adulto. Uma criança que se sente emocionalmente segura com um adulto de referência se desenvolve naturalmente, desde que não seja impedida ou limitada em seus movimentos e interações. Assim, é essencial que o bebê tenha liberdade para explorar o ambiente, permanecendo no chão com materiais diversificados e seguros, além de vestimentas adequadas que não dificultem sua mobilidade.

É fundamental evitar a padronização do desenvolvimento infantil. Cada bebê tem seu próprio ritmo e maneira de explorar o mundo, e quando criamos expectativas fixas, corremos o risco de interpretar variações naturais como problemas. O papel do professor de educação infantil deve ir além da intervenção direta nas ações dos bebês, priorizando a observação atenta e a escuta sensível para compreender suas potencialidades e processos de desenvolvimento. Se acreditamos na criança como ativa e potente, o professor se torna um organizador de espaços e materiais, garantindo que o ambiente esteja adequado às preferências e interesses dos bebês.

Nesse sentido, podemos estabelecer conexões diretas com o Currículo da Cidade de São Paulo, que defende a organização do espaço a partir das necessidades e preferências dos bebês. Isso significa oferecer materiais diversificados, permitindo que escolham e explorem livremente, sem que sua experiência seja limitada àquilo que o adulto julga apropriado. É necessário eliminar barreiras físicas e outras restrições que impeçam o movimento e a exploração. Além disso, quando for necessário interromper uma proposta, isso

deve ser feito de maneira respeitosa e anunciada, reconhecendo e valorizando o envolvimento da criança na proposta desenvolvida.

A educação infantil precisa superar a visão de que os bebês são apenas receptores passivos de cuidados e proteção. Eles são seres ativos, curiosos e capazes, que aprendem através da interação com o ambiente e das experiências que vivenciam. O desafio dos educadores é criar espaços que promovam a autonomia, respeitando o tempo e as escolhas das crianças, garantindo que tenham liberdade para explorar e aprender em um ambiente seguro e acolhedor

O Desenvolvimento corporal e do Pensamento em bebês e crianças pequenas: A Importância das interações e brincadeiras

O desenvolvimento da organização corporal e do pensamento em bebês e crianças pequenas é um processo complexo e integral, que ocorre a partir das experiências vividas no cotidiano. Para favorecer esse processo, é essencial que sejam propostas brincadeiras que estimulem a coordenação motora, a consciência corporal e a interação com o outro. Essas atividades, além de promoverem o movimento, contribuem significativamente para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças e bebês.

O papel do adulto nesse contexto é fundamental. É preciso que ele se coloque de maneira atenta e respeitosa, moderando seus gestos e sua fala, de modo a permitir que os bebês e as crianças pequenas expressem-se livremente. O adulto deve estar aberto à escuta sensível e à observação constante, conhecendo o desenvolvimento motor infantil, confiando nas capacidades das crianças e respeitando seus tempos e ritmos. Aprender com elas, estudar sobre suas fases e necessidades e agir com sensibilidade diante dos desafios que se apresentam é parte essencial da prática pedagógica.

Mais do que intervir diretamente, o adulto precisa preparar o ambiente e os materiais de forma cuidadosa, assegurando que sejam seguros, instigantes e adequados às necessidades de cada criança. Um espaço bem organizado e planejado favorece a autonomia, a confiança e a exploração livre, permitindo que a criança experimente seu corpo, descubra suas potencialidades e desenvolva sua criatividade. A organização do ambiente, portanto, atua como potencializador, possibilitando vivências ricas e significativas.

As interações e brincadeiras são elementos centrais para a construção de uma proposta pedagógica que respeite a infância e suas múltiplas formas de ser e estar no mundo. A criança se desenvolve no contato com o outro, seja ele adulto ou outra criança. Na escola, as interações entre crianças da mesma idade ou de idades diferentes ampliam as possibilidades de desenvolvimento, pois favorecem a troca de experiências, e construção de si e conhecimento do outro, a cooperação e a resolução de conflitos. Da mesma forma, o contato com adultos atentos e disponíveis permite que as crianças se sintam seguras para explorar, experimentar e construir saberes.

É importante destacar que o processo de desenvolvimento integral da criança não se limita ao espaço escolar. As vivências em casa também desempenham um papel relevante, sobretudo quando há diálogo entre os familiares e a escola. As interações familiares, quando afetuosas e respeitadas, complementam o trabalho pedagógico, ajudando a criança a colocar em prática habilidades desenvolvidas em diferentes contextos.

Nesse sentido, é essencial que os educadores estejam atentos às propostas que despertam maior envolvimento e interesse das crianças. Observar quais propostas geram curiosidade, prazer e engajamento é uma estratégia importante para planejar ações significativas. Reconhecer a criança como um ser potente, criativo e imaginativo é respeitar sua natureza curiosa e ativa, incentivando-a a se expressar livremente por meio do corpo, da linguagem e das múltiplas formas de comunicação.

A escuta atenta do educador é um dos pilares desse processo. Observar atentamente os gestos, olhares, expressões e movimentos das crianças permite compreender suas intenções, necessidades e desejos. A comunicação infantil, muitas vezes, se dá por meios não verbais, especialmente entre os bebês e as crianças pequenas que ainda não dominam a linguagem oral. Por isso, estar disponível para essa escuta sensível é fundamental para promover um ambiente de confiança e acolhimento.

Outro aspecto que merece atenção é a gestão do tempo nas rotinas pedagógicas. Respeitar os tempos das crianças, sem pressa ou interrupções desnecessárias, é garantir que tenham oportunidade de explorar, repetir, experimentar e vivenciar de forma plena as experiências propostas. A pressa é inimiga da infância. Quando o tempo é bem gerido, os objetivos pedagógicos são alcançados de forma mais significativa e respeitosa.

Dessa forma, o trabalho com bebês e crianças pequenas exige sensibilidade, conhecimento e disposição para o desenvolvimento integral. A escuta, a observação e a intencionalidade nas ações são ferramentas indispensáveis para o educador que deseja contribuir para o desenvolvimento global da criança. As brincadeiras e interações, quando bem planejadas e contextualizadas, tornam-se pontes para o crescimento físico, emocional, social e cognitivo.

A criança pequena tem direitos de viver plenamente sua infância, em um ambiente que a valorize como sujeito e garanta os direitos indispensáveis para um pleno desenvolvimento, de forma ativa, curiosa e criativa. Cabe ao adulto o compromisso de criar e manter espaços de qualidade, que favoreçam as relações, o brincar, a expressão e a construção da sua identidade. Assim, contribuímos para o desenvolvimento de seres humanos mais autônomos, confiantes, sensíveis e preparados para as diferentes etapas da vida.

Além da escuta sensível e da observação constante, é fundamental que o educador compreenda a importância de conhecer profundamente o grupo com o qual atua. Cada criança traz consigo um universo próprio de vivências, ritmos,

formas de expressão, interesses e necessidades. Para atender à diversidade presente no ambiente escolar, é necessário desenvolver práticas pedagógicas que valorizem essa pluralidade e criem espaços para a participação ativa de todos. A escuta, nesse contexto, vai muito além de ouvir a fala: é perceber os gestos, as expressões, os silêncios, e transformar essas percepções em ações pedagógicas significativas.

A organização dos espaços escolares deve ser pensada de maneira inclusiva, oferecendo ambientes acolhedores, desafiadores e que dialoguem com as múltiplas formas de ser e aprender das crianças. É preciso refletir sobre como os materiais estão dispostos, quais mensagens o ambiente transmite, e de que forma ele convida as crianças à exploração, à cooperação e à descoberta. Propostas que considerem as características individuais e coletivas da turma favorecem o sentimento de pertencimento, fortalecem os vínculos e promovem um desenvolvimento mais completo e respeitoso.

Nesse processo de conhecer e acolher as crianças em sua totalidade, a parceria com as famílias é um elo fundamental. As famílias são as primeiras educadoras e conhecem profundamente suas crianças. Trazer essa escuta para dentro da escola, compreendendo as diferentes configurações familiares e respeitando suas culturas, contribui para a construção de um ambiente mais empático e coerente com a realidade das crianças. Abrir espaço para que as famílias compartilhem saberes, tradições, histórias e expectativas fortalece a relação entre escola e comunidade, ampliando o repertório cultural e social de todos os envolvidos.

CONCLUSÃO

Dessa forma, repensar a prática pedagógica na educação infantil exige um compromisso com a valorização da infância e do protagonismo dos bebês. Ao permitir que explorem livremente o ambiente, respeitando seus tempos e

necessidades, criamos um espaço mais inclusivo e desafiador. A observação e a escuta atenta do professor são fundamentais para compreender cada bebê em sua singularidade, sem impor padrões de desenvolvimento. Além disso, a eliminação de barreiras físicas e a diversificação de materiais enriquecem as experiências e ampliam as possibilidades de aprendizado. Cabe aos educadores garantirem que o ambiente favoreça a autonomia e o bem-estar das crianças, promovendo interações significativas e respeitadas. Assim, a educação infantil se torna um espaço de descobertas, liberdade e respeito ao ritmo natural de cada bebê.

O desenvolvimento corporal e do pensamento em bebês e crianças pequenas não acontece de forma isolada, mas sim por meio de experiências ricas em interação, movimento, afeto e escuta. Ao reconhecer a importância das brincadeiras, das relações e do ambiente, o educador torna-se um facilitador sensível desse processo, respeitando os ritmos de cada criança e confiando em sua capacidade de aprender ativamente.

Nesse percurso, a presença atenta e acolhedora do adulto, a organização cuidadosa dos espaços e materiais, e a escuta das múltiplas formas de comunicação infantil se tornam essenciais. Além disso, compreender que a aprendizagem acontece de forma integral — envolvendo corpo, mente e emoção — nos permite valorizar ainda mais as vivências da infância como base para o desenvolvimento pleno.

Portanto, ao planejar propostas que promovam a autonomia, a criatividade, a expressão e a convivência, contribuimos para a formação de sujeitos mais seguros, ativos e conscientes. Educar na primeira infância é, acima de tudo, um compromisso com a valorização da criança como ser potente, que aprende e transforma o mundo a partir de suas descobertas e interações.

Organizar todo o ambiente escolar de forma intencional, acolhedora e inclusiva é essencial para garantir que cada criança tenha espaço para se desenvolver com segurança e liberdade. Cada canto da escola deve ser

pensado como um espaço de desenvolvimento, expressão e pertencimento. Isso significa considerar a diversidade da turma — seja ela cultural, social, física ou emocional — e propor propostas que respeitem e valorizem essas diferenças, criando oportunidades de participação para todas as crianças.

Conhecer cada criança é um processo que se constrói dia a dia, por meio da escuta atenta, da observação sensível e do registro reflexivo. Observar como a criança se move, se expressa, reage às propostas e se relaciona com os outros nos oferece pistas valiosas sobre suas necessidades, interesses e potencialidades. Refletir sobre essas escutas é o que nos permite planejar com intencionalidade e respeito, reconhecendo a singularidade de cada trajetória infantil.

Outro ponto essencial é a presença das famílias no cotidiano da escola. Trazer as famílias para dentro da instituição, respeitando as diferentes configurações familiares e suas culturas, ampliam as possibilidades de desenvolvimento e fortalece o vínculo entre escola e comunidade. É importante promover momentos de diálogo, escuta e troca, onde as famílias se sintam acolhidas, valorizadas e convidadas a participar ativamente do processo educativo. Conhecer os costumes, crenças e histórias das crianças e de suas famílias enriquece o trabalho pedagógico e contribui para a construção de uma escola verdadeiramente democrática, que educa base no respeito, na diversidade e no afeto.

REFERÊNCIAS

BARBOSA Maria Carmem Silveira Assessora Pedagógica Geral. Currículo da Cidade: Educação Infantil. homologado em agosto de 2019.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

TRANSTORNOS NEUROPSICOPEDAGÓGICOS

GIORGIA DANIELA BONSANTI ¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo geral identificar os principais transtornos neuropsicopedagógicos, abordar seus diversos aspectos, desde a definição até a etiologia, analisar as causas e fatores genéticos, ambientais e neurológicos que podem contribuir para o desenvolvimento desses transtornos e apresentar a importância da avaliação e a intervenção dos profissionais que participam da equipe multidisciplinar que trata cada um deles.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Transtorno do Espectro Autista; Dislexia; Afasia, TDAH.

INTRODUÇÃO

Os transtornos neuropsicopedagógicos são condições que envolvem dificuldades no desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental, afetando o processo de aprendizagem e o funcionamento diário do indivíduo. Esses transtornos decorrem de alterações no funcionamento do sistema nervoso central, podendo estar relacionados a fatores genéticos, neurológicos ou ambientais. Eles impactam habilidades como atenção, memória, linguagem, raciocínio, coordenação motora e habilidades sociais, exigindo uma abordagem multidisciplinar para diagnóstico e intervenção. A compreensão desses transtornos é fundamental para promover estratégias de ensino e suporte

¹ Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (1996); Professor(a) de Educação Infantil no CEI Inez Menezes Maria.

adequados, ajudando o indivíduo a superar suas dificuldades e alcançar seu potencial máximo.

Distúrbio de aprendizagem é um termo genérico que se refere ao grupo heterogêneo de alterações manifestas por dificuldades significativas na aquisição e no uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estas alterações são intrínsecas ao indivíduo e presumivelmente devidas à disfunção do sistema nervoso central. (COLLARES e MOYSÉS, 1992, p.32).

TRANSTORNOS NEUROPSICOPEDAGÓGICOS

DISLEXIA

A dislexia é uma condição que afeta a forma como o cérebro processa a leitura e a escrita. Pessoas com dislexia podem ter dificuldades em reconhecer palavras, decodificar textos e às vezes apresentar dificuldades na ortografia, mesmo tendo inteligência normal ou acima da média.

Os sintomas podem variar, mas geralmente incluem dificuldades na leitura fluente, troca de letras ou palavras, dificuldades na escrita, além de problemas com a organização de ideias ao escrever.

Quanto ao tratamento, ele costuma envolver intervenções educativas específicas, como aulas de reforço, uso de técnicas de leitura e escrita adaptadas, além de apoio psicológico se necessário. O importante é que o diagnóstico precoce ajuda bastante no desenvolvimento de estratégias eficazes.

Profissionais que ajudam nesse processo incluem psicopedagogos, fonoaudiólogos, psicólogos e professores especializados. Eles trabalham juntos para criar um plano de apoio que atenda às necessidades de cada pessoa com dislexia.

O psicopedagogo é um profissional que ajuda a identificar e compreender as dificuldades de aprendizagem, como a dislexia, que é uma condição que afeta a leitura, a escrita e a soletração. Ele trabalha realizando avaliações para entender as necessidades específicas do estudante e, depois, desenvolve estratégias e intervenções personalizadas para ajudar a superar essas dificuldades. Além disso, o psicopedagogo também orienta pais e professores, oferecendo dicas e técnicas para apoiar a criança ou o adolescente no processo de aprendizagem.

É um trabalho muito importante para promover o desenvolvimento e a autoestima do estudante!

O fonoaudiólogo é fundamental nesse processo, pois atua na avaliação, diagnóstico e intervenção para melhorar as habilidades de leitura, escrita e fala. Ele trabalha ajudando a desenvolver a consciência fonológica, que é a capacidade de perceber e manipular os sons das palavras, algo essencial para superar dificuldades relacionadas à dislexia.

Alguns exercícios e sugestões que o fonoaudiólogo pode recomendar:

- **Brincadeiras com sons:** jogos que envolvem identificar, separar e manipular sons em palavras, como dividir palavras em sílabas ou identificar o som inicial, medial e final.
- **Atividades de rimas:** encontrar palavras que rimam, o que ajuda na percepção fonológica.
- **Treinamento de consciência fonológica:** exercícios que envolvem identificar o número de sons em uma palavra ou substituir um som por outro.
- **Leitura em voz alta:** praticar leitura com atenção aos sons, ajudando a associar fonemas às letras.
- **Jogos de memória auditiva:** como repetir sequências de sons ou palavras, fortalecendo a memória auditiva.

O psicólogo desempenha um papel muito importante nesse processo, atuando na avaliação, no acompanhamento emocional e no desenvolvimento de estratégias para lidar com as dificuldades de aprendizagem.

Ele ajuda a identificar as emoções e possíveis questões emocionais relacionadas às dificuldades de leitura e escrita, como frustração, baixa autoestima ou ansiedade. Além disso, o psicólogo trabalha com a criança ou adolescente para fortalecer sua autoestima, motivação e confiança, que são essenciais para o sucesso no processo de aprendizagem.

O psicólogo também pode orientar pais e professores, oferecendo suporte emocional e estratégias para criar um ambiente mais acolhedor e estimulante. Em alguns casos, ele pode aplicar técnicas de terapia cognitivo-comportamental ou outras abordagens que ajudem a lidar com as emoções e melhorar o desempenho escolar.

O psicólogo ajuda a promover o bem-estar emocional, a autoconfiança e a motivação, além de colaborar com estratégias que complementam o trabalho de outros profissionais, como o psicopedagogo e o fonoaudiólogo.

O professor tem um papel fundamental nesse processo, pois é quem está na linha de frente do dia a dia escolar e pode fazer uma grande diferença na aprendizagem da criança ou adolescente com dislexia.

O professor pode ajudar de várias maneiras, como por exemplo Identificando sinais precocemente; estar atento a dificuldades na leitura, escrita e na compreensão de textos, para encaminhar a criança para uma avaliação especializada o quanto antes; adaptar o ambiente de aprendizagem; utilizar recursos didáticos diferenciados, como textos com fontes maiores, uso de cores, recursos visuais e tecnológicos, além de oferecer tempo extra para tarefas e avaliações; usar estratégias pedagógicas específicas: empregar métodos que favoreçam a aprendizagem, como atividades que reforcem a consciência fonológica, o uso de jogos educativos, leitura compartilhada e atividades que envolvam múltiplos sentidos; estimular a autoestima e a motivação; valorizar os progressos, oferecer encorajamento e criar um ambiente acolhedor, para que a criança se sinta segura e confiante para aprender; colaborar com outros profissionais; trabalhar em parceria com fonoaudiólogos, psicólogos e demais especialistas envolvidos no tratamento, para garantir uma abordagem integrada e eficaz; orientar pais e responsáveis a manter uma comunicação aberta, orientando sobre as dificuldades e estratégias que podem ser usadas em casa para apoiar a criança. O papel do professor é essencial para criar um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, ajudando a criança com dislexia a desenvolver suas habilidades e a superar as dificuldades.

DISGRAFIA

A disgrafia é uma dificuldade específica na escrita, que faz com que a pessoa tenha dificuldades para formar letras, organizar as ideias no papel, usar a pontuação corretamente e manter uma letra legível. Ela não está relacionada à inteligência, mas sim a um transtorno de aprendizagem que afeta a coordenação motora fina e a organização do pensamento na escrita.

Para identificar a disgrafia, o professor é ator protagonista do processo, alguns sinais na rotina escolar ajudam a identificar esse transtorno. A escrita ilegível ou irregular, a dificuldade em copiar textos ou fazer anotações, lentidão na escrita, dificuldade em organizar as ideias, erros frequentes de ortografia e pontuação,

cansaço ou desconforto ao escrever. Se esses sinais persistirem, é importante que o professor oriente a família a procurar uma avaliação especializada.

Para minimizar os efeitos desse transtorno, a ajuda de alguns profissionais é essencial. O Fonoaudiólogo avalia e trabalha a coordenação motora fina, a ortografia e a organização da escrita; O Psicopedagogo ajuda a desenvolver estratégias de aprendizagem e a superar dificuldades específicas; O Professor especializado adapta atividades e oferece suporte na sala de aula e o neuropsicólogo: avalia funções cognitivas relacionadas à escrita e coordenação motora.

Segue sugestão de atividades cotidianas que servem de exercício para ajudar a melhorar a disgrafia.

Exercícios de coordenação motora fina: Trabalhar com massinha de modelar, pinças, encaixes e atividades que envolvam manipulação de pequenos objetos;

Prática de traçados e letras: Fazer linhas retas, curvas, ziguezagues e círculos; Escrever letras e números repetidamente, focando na formação correta.

Atividades de organização espacial: Completar desenhos ou figuras que envolvam encaixar peças ou seguir linhas.

Exercícios de caligrafia: Utilizar cadernos específicos de caligrafia, praticando letras e palavras com atenção à forma e ao espaçamento.

Leitura e escrita de palavras simples: Escrever palavras do cotidiano, frases curtas, sempre com atenção à letra e à organização.

TDAH

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neurodesenvolvimental que afeta a atenção, o controle dos impulsos e a hiperatividade. Pessoas com TDAH podem ter dificuldades para se concentrar, ficar quietas ou organizar suas tarefas, o que pode impactar na escola, no trabalho e nas atividades do dia a dia. É importante lembrar que o TDAH não é causado por falta de esforço ou má educação, mas sim por diferenças no funcionamento do cérebro.

Alguns sinais comuns são sintomas do TDAH: a pessoa demonstra dificuldade de manter a atenção em tarefas ou atividades; esquece frequente compromissos ou objetos; apresentam agitação ou inquietação constante; Impulsividade, como

falar sem pensar ou interromper os outros; tem dificuldade em seguir instruções ou concluir tarefas e com frequência sofre repentinas mudanças de humor ou frustração fácil.

Os Profissionais que ajudam a cuidar do TDAH formam uma equipe multidisciplinar onde o psiquiatra avalia, faz o diagnóstico e pode indicar medicação se necessário; o psicólogo trabalha estratégias comportamentais, ajuda na organização e no controle dos impulsos; O neuropsicólogo avalia funções cognitivas e ajuda a desenvolver habilidades específicas e o pedagogo ou professor de apoio adapta atividades escolares e oferece suporte na aprendizagem.

Segue sugestão de atividades cotidianas que atuam como exercícios para ajudar a gerenciar o TDAH: fazer atividades físicas regulares como caminhadas, corrida, natação ou esportes que envolvam movimento e ajudam a gastar energia e melhorar a atenção; exercícios de respiração profunda ou meditação curta podem ajudar a controlar a impulsividade e a ansiedade; estabelecer rotinas e organização, criando horários fixos para tarefas, estudos e lazer ajuda a desenvolver disciplina; fazer uso de jogos que estimulam a atenção como quebra-cabeças, jogos de memória, xadrez ou atividades que exijam foco e estratégia.

AFASIA

Afasia é uma condição que afeta a capacidade de uma pessoa de se comunicar. Ela ocorre geralmente após um dano ao cérebro, como um AVC, traumatismo craniano ou tumor, e pode afetar a fala, a compreensão, a leitura e a escrita. Pessoas com afasia podem ter dificuldades em formar palavras, entender o que os outros dizem, escrever ou ler, dependendo do tipo e da gravidade da condição.

Alguns sintomas indicam um quadro de afasia como dificuldade para encontrar as palavras certas ao falar; uso de frases incompletas ou confusas; dificuldade para entender o que os outros estão dizendo; problemas para ler ou escrever.

Alguns profissionais ajudam a cuidar da afasia e juntos promovem um processo de recuperação mais rápido e eficaz. O fonoaudiólogo é o principal profissional no tratamento da afasia, trabalha na reabilitação da comunicação, ajudando a recuperar a fala, compreensão, leitura e escrita. O neurologista avalia o dano cerebral e acompanha o progresso do paciente. O psicólogo oferece suporte emocional e ajuda na adaptação às mudanças causadas pela afasia e o

terapeuta ocupacional auxilia na reabilitação das atividades diárias e na comunicação funcional.

Aqui estão algumas sugestões de exercícios que o fonoaudiólogo utiliza para ajudar na recuperação da afasia:

Exercícios de fala e nomeação: praticar a nomeação de objetos, figuras ou palavras; leitura em voz alta: ler textos simples, aumentando a complexidade aos poucos; jogos de memória verbal: repetir palavras, frases ou histórias curtas; treinamento de compreensão auditiva: ouvir histórias ou comandos simples e responder perguntas; atividades de escrita: escrever palavras, frases ou listas de compras; uso de recursos visuais: utilizar imagens, cartões ou aplicativos que estimulem a comunicação e o reconhecimento de palavras.

A reabilitação da afasia é um processo que exige paciência, dedicação e acompanhamento profissional contínuo.

DISPRAXIA

A dispraxia, também conhecida como transtorno do desenvolvimento da coordenação, é uma dificuldade na organização e execução de movimentos voluntários. Pessoas com dispraxia podem ter dificuldades em planejar, coordenar e realizar tarefas motoras, mesmo que não tenham problemas de força ou de visão.

A pessoa apresenta dificuldade em realizar tarefas motoras finas, como escrever, recortar ou abotoar roupas; problemas na coordenação geral, como correr, pular ou equilibrar-se; dificuldade em aprender novas habilidades motoras; lentidão ou esforço excessivo ao realizar atividades físicas e problemas na organização de movimentos sequenciais, como escovar os dentes ou vestir-se.

Uma equipe multidisciplinar pode ajudar a minimizar os efeitos desse distúrbio, o fisioterapeuta que ajuda a melhorar a coordenação motora grossa e a força muscular; o terapeuta ocupacional: trabalha habilidades motoras finas, coordenação e organização de tarefas diárias; o psicólogo: Apoia emocionalmente, ajudando a lidar com frustrações e desenvolvendo estratégias de enfrentamento e o Pedagogo ou professor especializado: adapta atividades escolares e auxilia na aprendizagem de habilidades motoras na escola.

Aqui estão algumas sugestões de exercícios simples, que os profissionais que acompanham o indivíduo com dispraxia podem utilizar no cotidiano para ajudar

na recuperação: atividades de coordenação motora grossa, como pular, correr, equilibrar-se em uma linha ou jogar bola; exercícios de coordenação motora fina, como montar quebra-cabeças, recortar, desenhar ou usar massinha; jogos que envolvam sequências de movimentos, como danças ou atividades rítmicas; atividades de organização, como vestir-se com supervisão, encaixar peças ou montar brinquedos e praticar tarefas diárias de forma lúdica, incentivando a autonomia e a coordenação.

DESCALCULIA

A discalculia é uma dificuldade específica na aprendizagem da matemática, que afeta a capacidade de compreender conceitos numéricos, realizar cálculos e resolver problemas matemáticos, mesmo com ensino adequado.

Os sintomas mais comuns da discalculia são: dificuldade em compreender conceitos básicos de números e operações; problemas para memorizar fatos matemáticos, como tabuada; dificuldade em entender símbolos matemáticos e sequências numéricas; desafios na resolução de problemas simples e complexos e frustração ou ansiedade ao lidar com tarefas matemáticas.

Uma equipe multidisciplinar pode ajudar a minimizar os efeitos desse distúrbio, o Psicólogo que avalia as dificuldades, identifica a presença da discalculia e acompanha o desenvolvimento emocional do aluno; o Pedagogo ou professor especializado responsável por planejar estratégias de ensino específicas e adapta atividades e acompanha o progresso do estudante; o Neuropsicólogo que investiga possíveis causas neurológicas e contribui para o diagnóstico diferencial e o Fisioterapeuta que em alguns casos, auxilia no desenvolvimento de habilidades motoras finas que podem impactar o aprendizado.

Aqui estão algumas sugestões de exercícios simples, que os profissionais que acompanham o indivíduo com discalculia podem utilizar no cotidiano para ajudar na recuperação: propor jogos com números, como dominó numérico ou jogos de tabuleiro que envolvam contagem; atividades de contagem com objetos do dia a dia; uso de materiais concretos, como blocos ou fichas, para ensinar operações básicas; exercícios de memorização de fatos matemáticos de forma lúdica e sugerir problemas simples de adição e subtração, progressivamente mais complexos, com apoio visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os transtornos neuropsicopedagógicos representam um desafio tanto para os profissionais da educação quanto para os da saúde, pois requerem uma avaliação cuidadosa e uma intervenção integrada. É importante reconhecer que cada pessoa é única, e suas dificuldades devem ser abordadas com empatia, paciência e estratégias personalizadas. A intervenção precoce, o acompanhamento multidisciplinar e o apoio familiar são essenciais para promover o desenvolvimento integral do indivíduo, melhorando sua qualidade de vida e suas possibilidades de aprendizagem. A sensibilização e a formação contínua dos profissionais também são fundamentais para uma atuação eficaz e humanizada.

Aprendemos porque somos seres inacabados: as tartarugas nascem sabendo o que precisam. Nascem na praia sem a presença da mãe. Mesmo assim 'sabem' que devem ir logo para o mar, caso contrário, podem acabar na boca de algum predador. Os seres humanos, contudo, nascem frágeis; se abandonados, mesmo com alguns meses de vida, morreriam, se os pais não os alimente. Nós, seres humanos, não só somos seres inacabados e incompletos, como temos consciência disso. Por isso, precisamos aprender 'com'. Aprender 'com' porque precisamos do outro; fazemo-nos na relação com o outro mediados pelo mundo, pela realidade em que vivemos. (GADOTTI, 2003, p.47).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. Como desenvolver as competências em sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BARKLEY, Tussell A. Transtorno de déficit de Atenção/Hiperatividade - TDHA. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BASTOS, José Alexandre. Discalculia: transtorno específico da habilidade em matemática. In: ROTTA, Newra Tellechea. Transtornos de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BELSKY, J. Desenvolvimento humano: experienciando o ciclo de vida. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BOMBONATTO, Quézia. Discalculia. 2004. Disponível em . Acesso em: 23 maio 2009.

BOSSA, N. A. Dificuldades de aprendizagem: o que são? Como tratá-las? Porto Alegre: Artmed, 2000.

CECATO, Angela Maria Traldi. Discalculia: transtorno específico da habilidade em matemática . 2009. Disponível em < <http://www.projetogatodebotas.org.br>>. Acesso em: 27 maio 2009.

CIASCA, Sylvia Maria. Distúrbios e dificuldades de aprendizagem em crianças: análise do diagnóstico interdisciplinar. 1994. 207 f. Tese (Doutorado em Neurociências) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CINEL, Bocaccio Nora Cecília. Disgrafia: prováveis causas dos distúrbios e estratégias para a correção da escrita. Revista do Professor, Porto Alegre, v. 19, n. 74, p. 19-25, 2003.

COELHO, Diana Tereso. Dislexia, disgrafia, disortografia e discalculia. Porto - Portugal: Areal Editores, 2012.

COLE, M., COLE, S. R. O desenvolvimento da criança e do adolescente. Porto Alegre: Artmed, 2003

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. Neurociências e Educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FONSECA, Vitor da. Cognição, neuropsicologia e aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. Rio de Janeiro-Petropolis: Vozes, 2011. 2014.

HENNEMANN, Ana L. Neuropsicopedagogia Clínica: Relatório de estágio. Novo Hamburgo: CENSUPEG, 2012.

MALUF, Ângela Munhoz. Brincar Prazer e Aprendizado. 4. ed. Petropolis: Vozes, 2003.

NAVAS, A. L. Por que prevenir é melhor que remediar quando se trata de dificuldades de aprendizagem. In. Alves, L. M.; MOUSINHO, R.; CAPELLINI, S.(Org). Dislexia: novos temas, novas perspectivas. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. P. 41-53.

PEREIRA, H. S.; ARAÚJO, A. P.Q.C.; MATTOS. P. Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): aspectos relacionados à comorbidade com

distúrbios da atividade motora. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant, v. 5, n.4, p. 391-402, out./dez., 2005

PESTUN, M.S.; CIASCA, S.; GONÇALVES, V.M.G. A importância da equipe interdisciplinar no diagnóstico de dislexia do desenvolvimento. Arq. Neuropsiquiatria, v. 60, n.2 A, p. 328-332, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anp/v60n2A/a29v60n2.pdf>. Acesso em: 03. jun.2014.

PINTO, C. M. R.G. F. O dia-a-dia da dislexia em sala de aula: Os conhecimentos dos professores do 1º ciclo sobre alunos disléxicos. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)- Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, 2012.

PRADO, Z. Ap. A importância das atividades lúdicas no processo de ensino aprendizagem na dislexia. 2010. 49f. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual Paulista, São Vicente, 2010.

RELVAS, M. P. Neurociência e Transtornos de Aprendizagem: As múltiplas Eficiências para uma Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: Wak editora, 2011.

SANTANA, Ana Paula (2002) *Escrita e Afasia: o lugar da linguagem escrita na afasiologia*. São Paulo: Plexus.

SMYTHE, I. Avaliação on-line para dislexia. In. Alves, L. M.; MOUSINHO, R.; CAPELLINI, S.(Org). Dislexia: novos temas, novas perspectivas. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. P.153-165.

SOUZA, T. N. Apraxia da fala na infância em foco: perspectivas teóricas e tendências atuais. Pró-Fono Revista de Atualização Científica p. 75 – 80, 2009

TELES, P. Dislexia: Como identificar! Como intervir? Revista Portuguesa de Clínica Geral. 2004, p.713-730.

VYGOTSKY, Lev S. (1984) *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

A NEUROPSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

GIORGIA DANIELA BONSANTI ²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar a atuação da neuropsicopedagogia no contexto da Educação Infantil, destacando o porquê essa fase é crucial para o desenvolvimento do cérebro, das habilidades sociais e emocionais. Intervenções na infância têm um impacto duradouro, ajudando a criança a construir uma autoestima saudável, a desenvolver habilidades essenciais para o sucesso escolar e a vida. A atuação da neuropsicopedagogia na educação infantil é um tema de relevância no campo da educação e exige uma análise ampla, permanente e aprofundada das práticas pedagógicas. Com base em uma revisão bibliográfica, este estudo discute as abordagens metodológicas, os aspectos psicossociais envolvidos e as estratégias que podem ser adotadas para promover a inserção do neuropsicopedagogo no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Neuropsicopedagogia; Educação Infantil; escola de educação infantil; professor; neuropsicopedagogo.

INTRODUÇÃO

A neuropsicopedagogia é uma área que combina conhecimentos de neurociência, psicologia e pedagogia para entender como o cérebro aprende e

² Graduação em pedagogia pela Faculdade de educação da universidade de São Paulo (1996); Professor(a) de Educação Infantil no CEI Inez Menezes Maria.

se desenvolve. Ela ajuda a identificar dificuldades de aprendizagem e a criar estratégias para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. É uma área interdisciplinar que une conhecimentos de neurociência, psicologia e pedagogia para compreender como o cérebro aprende e se desenvolve ao longo da vida. Seu objetivo principal é identificar e intervir em dificuldades de aprendizagem, ajudando cada pessoa a alcançar seu potencial máximo. Ela atua tanto na prevenção quanto na intervenção de problemas relacionados ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

A NEUROPSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A neuropsicopedagogia valoriza a compreensão do funcionamento cerebral e como diferentes estímulos podem influenciar o aprendizado. Assim, ela busca criar ambientes de ensino mais inclusivos, adaptados às necessidades de cada estudante, promovendo uma aprendizagem mais eficaz e prazerosa.

Na prática, os profissionais dessa área podem trabalhar com atividades que estimulam funções executivas, atenção, memória, linguagem e habilidades sociais. Eles também colaboram com professores, familiares e outros profissionais para garantir um suporte completo ao desenvolvimento do indivíduo.

Os campos de atuação da neuropsicopedagogia são bastante variados. Os profissionais podem trabalhar em escolas, clínicas, hospitais, centros de reabilitação, e até em pesquisas. Eles ajudam crianças, adolescentes e adultos que enfrentam dificuldades de aprendizagem, transtornos de desenvolvimento ou problemas emocionais que afetam o aprendizado.

[...] a neuropsicopedagogia procura reunir e integrar os estudos do desenvolvimento, das estruturas, das funções e das disfunções do cérebro, ao mesmo tempo que estuda os processos psicocognitivos responsáveis pela aprendizagem e os processos psicopedagógicos responsáveis pelo ensino” (FONSECA, 2014, p.1).

Técnicas e métodos na neuropsicopedagogia

- **Avaliação neuropsicopedagógica:** É o primeiro passo para entender as dificuldades específicas de cada pessoa. Consiste em aplicar testes e observações para identificar pontos fortes e áreas que precisam de apoio.
- **Intervenções individualizadas:** Com base na avaliação, o profissional desenvolve atividades personalizadas que estimulam funções cognitivas como atenção, memória, linguagem e raciocínio lógico.
- **Estimulação cognitiva:** Uso de jogos, atividades lúdicas, exercícios de memória, atenção e resolução de problemas para fortalecer as habilidades cognitivas.
- **Técnicas de reforço positivo:** Incentivar e motivar o aluno com elogios e recompensas, promovendo maior engajamento e autoestima.
- **Adaptação de materiais e ambientes:** Modificar o ambiente de aprendizagem e os recursos utilizados para atender às necessidades específicas de cada estudante.
- **Trabalho com emoções e comportamento:** Técnicas que ajudam a desenvolver habilidades socioemocionais, essenciais para um bom aprendizado.

A Neuropsicopedagogia é constituída por três pilares: **Cognição, Emoção e Aprendizagem.**

COGNIÇÃO

Cognição é a capacidade de processar informações e transformá-las em conhecimento, com base em um conjunto de habilidades mentais e/ou cerebrais como a percepção, a atenção, a associação, a imaginação, o juízo, o raciocínio e a memória. Essas informações a serem processadas estão disponíveis no meio em que vivemos. De modo geral, podemos dizer que a cognição humana é a interpretação que o cérebro faz de todas as informações captadas pelos cinco sentidos, e a conversão dessa interpretação para a nossa forma interna de ser.

O processo cognitivo consiste em uma sequência de eventos necessários para a formação de qualquer conteúdo do conhecimento através de atividade da mente. Ele é desenvolvido desde a primeira infância até a fase de envelhecimento.

As funções cognitivas têm um papel fundamental no processo cognitivo e trabalham em conjunto para que possamos adquirir novos conhecimentos e criar

interpretações. Algumas das principais funções cognitivas são: percepção, atenção, memória, pensamento, linguagem e aprendizagem.

A cognição passou a existir como um dos ramos de investigação da psicologia no início dos anos 1960. Foi por volta da segunda metade do século XIX que ela deixou o campo da filosofia e começou a existir por si só.

Apesar de diversas áreas como a neurologia e a antropologia terem estudado a cognição, foi a psicologia cognitiva que conseguiu estabelecer uma ligação direta entre a cognição e o comportamento.

O comportamento é uma combinação das capacidades individuais de uma pessoa com uma série de reações que ela tem relativamente às interações com o ambiente ao seu redor.

A importância da cognição no estudo científico do comportamento humano é ajudar, através da psicologia cognitiva, a compreender os processos mentais que servem de base para a constituição do comportamento e do desenvolvimento intelectual dos indivíduos.

Por consistir no processo que acontece quando uma pessoa está conhecendo algo, a cognição também está diretamente relacionada com a aprendizagem.

A aprendizagem é um processo cognitivo através do qual novas informações são adicionadas ao conhecimento de um indivíduo, ou seja, um processo que resulta no conhecimento sendo adquirido.

Um dos principais pontos de ligação entre a cognição e a aprendizagem é a motivação. Isso se deve ao fato de que, quanto maior o estímulo cognitivo do ambiente que cerca um indivíduo, mais enfatizada será a aprendizagem de um novo comportamento.

Além dos estímulos naturais recebidos pelo cérebro a partir do ambiente que cerca um indivíduo, a cognição também pode ser desenvolvida e estimulada. A este processo dá-se o nome de estimulação cognitiva.

A estimulação cognitiva tem como objetivo aprimorar funções cognitivas como memória, raciocínio, capacidade de resolver problemas, etc. Essa estimulação pode ocorrer através de exercícios da resolução de problemas, da prática de jogos e atividades, de charadas e até mesmo de exercícios físicos.

EMOÇÃO

A emoção é uma resposta complexa e multifacetada, que envolve elementos Fisiológicos que apresentam alterações no sistema nervoso autônomo, como aumento da frequência cardíaca, respiração acelerada, dilatação das pupilas, entre outros; psicológicos: representados por experiências subjetivas, como a sensação de prazer ou desprazer, de tensão ou relaxamento e comportamentais expressos nas reações físicas, como chorar, sorrir, fugir ou lutar.

As emoções têm uma função adaptativa, pois nos preparam para lidar com situações de ameaça ou oportunidade. Elas nos alertam para o perigo, nos motivam a buscar recompensa e nos ajudam a interagir com o meio.

É importante distinguir emoção de sentimento. A emoção é uma reação imediata e intensa, enquanto o sentimento é uma experiência mais duradoura e complexa, que pode envolver reflexão e avaliação. Por exemplo, a emoção de raiva pode levar ao sentimento de frustração.

APRENDIZAGEM

Aprendizagem é a aquisição ou modificação de conhecimentos e habilidades, ocorre através de experiências, estudo, raciocínio e observação. É um processo contínuo e fundamental para o desenvolvimento humano, que se estende por toda Vida. Permite a adaptação ao ambiente e a evolução das sociedades. É um processo dinâmico e multifacetado, que envolve a interação entre o indivíduo e o seu ambiente. Ela não se limita à escola ou a ambientes formais de aprendizagem, mas ocorre em diversos contextos, desde a vida cotidiana até as relações sociais.

Podemos elencar tipos de aprendizagem: A aprendizagem Significativa: envolve a conexão de novos conhecimentos com o que já se conhece, tornando o aprendizado mais relevante e duradouro. A Aprendizagem Ativa: o indivíduo participa ativamente no processo de aprendizagem, através de atividades como discussão, resolução de problemas e experimentação. Na aprendizagem Colaborativa, o aprendizado ocorre através da interação e troca de ideias com outras pessoas.

Os fatores que influenciam a aprendizagem são o interesse, a motivação, a curiosidade e o interesse pelo assunto a ser estudado. O ambiente: aprendizagem deve ser propício e estimulante, com recursos adequados e um clima favorável ao aprendizado e a interação com outras pessoas, como professores, colegas e familiares, também desempenha um papel importante na aprendizagem.

Na educação infantil, a atuação da neuropsicopedagogia é fundamental, pois essa fase é crucial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Os profissionais ajudam a identificar possíveis dificuldades precocemente e a implementar atividades que estimulam o desenvolvimento saudável das crianças. A neuropsicopedagogia ajuda a identificar precocemente dificuldades de aprendizagem ou de desenvolvimento, permitindo intervenções rápidas e eficazes.

A neuropsicopedagogia tem uma importância enorme no cotidiano escolar, pois contribui para criar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor, inclusivo e eficiente. Os profissionais podem detectar dificuldades de aprendizagem, atenção, memória ou habilidades sociais logo no início, permitindo intervenções rápidas e eficazes. Com base nas avaliações, é possível adaptar estratégias e materiais pedagógicos às necessidades de cada aluno, promovendo uma aprendizagem mais efetiva e a promoção do desenvolvimento emocional e social. Além do aspecto cognitivo, a neuropsicopedagogia ajuda a desenvolver habilidades socioemocionais, como controle emocional, empatia e cooperação, essenciais para um bom ambiente escolar. Ao atuar de forma preventiva, ela ajuda a evitar que dificuldades pequenas se tornem obstáculos maiores na trajetória escolar do estudante. Os profissionais de neuropsicopedagogia oferecem suporte aos docentes, orientando sobre estratégias de ensino que atendam às diferentes necessidades dos alunos. Ela favorece a inclusão de estudantes com necessidades especiais, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. Na prática, isso significa que a neuropsicopedagogia ajuda a criar um ambiente mais justo, estimulante e acolhedor, onde cada criança tem a oportunidade de desenvolver seu potencial máximo. Assim, ela não só melhora o desempenho acadêmico, mas também contribui para o bem-estar emocional e social dos alunos, tornando o cotidiano escolar mais harmonioso e produtivo.

Os profissionais de neuropsicopedagogia podem atuar de várias formas para ajudar as crianças a se desenvolverem melhor e a aproveitarem ao máximo o ambiente escolar. Os profissionais podem realizar avaliações com as crianças para identificar dificuldades específicas, como problemas de atenção, linguagem ou coordenação motora. Isso ajuda a planejar intervenções direcionadas. O planejamento de atividades individualizada com base nas avaliações, os professores podem sugerir ou criar atividades adaptadas às necessidades de cada aluno, tornando o aprendizado mais acessível e motivador. O neuropsicopedagogo pode orientar os professores sobre estratégias de ensino que atendam às diferentes necessidades dos alunos, como técnicas de reforço, uso de recursos visuais ou atividades lúdicas para estimular o cérebro,

promovendo capacitações para toda a equipe escolar, para que todos estejam preparados para lidar com diferentes dificuldades e promover um ambiente mais inclusivo. A equipe deve monitorar o progresso das crianças ao longo do tempo, ajustando as estratégias conforme necessário para garantir que elas estejam evoluindo e se sentindo seguras, desenvolvendo jogos, brincadeiras, histórias e atividades que estimulam o desenvolvimento cognitivo, emocional e social de forma divertida e natural. É muito importante que o neuropsicopedagogo trabalhe em parceria com as famílias, orientando sobre como estimular o desenvolvimento das crianças em casa e como lidar com dificuldades específicas. Na rotina escolar os profissionais envolvidos devem promover ambientes inclusivos, ajudando a criar uma rotina escolar que valorize a diversidade, respeite as diferenças e ofereça suporte para todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais. Na prática, todas essas ações contribuem para que a criança se sinta mais segura, motivada e capaz de aprender, além de promover um ambiente escolar mais acolhedor e eficiente. Assim, a neuropsicopedagogia ajuda a transformar a rotina escolar em uma experiência mais positiva e produtiva para todos, ela contribui para criar ambientes de aprendizagem mais inclusivos, onde cada criança recebe o suporte necessário para se desenvolver de forma plena. Além disso, os profissionais podem usar atividades lúdicas, jogos educativos e brincadeiras que estimulam o cérebro das crianças, tornando o aprendizado mais divertido e eficaz. Por exemplo, jogos que envolvem atenção, coordenação motora, memória e raciocínio lógico são muito utilizados para estimular o desenvolvimento infantil de forma natural e prazerosa. Assim, a neuropsicopedagogia ajuda a promover o desenvolvimento integral das crianças, preparando-as melhor para os próximos passos na escola e na vida.

A neuropsicopedagogia valoriza bastante o uso de jogos educativos na educação infantil.

Os jogos educativos são ferramentas poderosas na neuropsicopedagogia, pois estimulam o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças de forma lúdica e envolvente. Eles ajudam a melhorar habilidades como atenção, memória, raciocínio lógico, linguagem e controle emocional, além de promover a socialização e o prazer pelo aprender. Na rotina escolar, esses jogos podem ser utilizados para identificar dificuldades, reforçar conteúdos e criar ambientes mais inclusivos e motivadores.

Exemplos de jogos para a neuropsicopedagogia na educação infantil

1. **Jogo da memória:** Estimula atenção, memória visual e concentração. Pode ser adaptado com figuras, letras ou números.

2. **Quebra-cabeças:** Desenvolve raciocínio lógico, coordenação motora e percepção espacial.
3. **Jogos de classificação:** Como separar objetos por cor, forma ou tamanho, ajudando na organização e no reconhecimento de categorias.
4. **Brincadeiras de imitação:** Como "siga o mestre" ou dramatizações, que promovem habilidades sociais e controle emocional.
5. **Jogos de sequência:** Como montar uma história ou sequência de passos, estimulando a lógica e a memória de trabalho.
6. **Atividades com músicas e rimas:** Para desenvolver linguagem, ritmo e atenção auditiva.
7. **Jogos de atenção e concentração:** Como "Simon diz" ou caça-palavras adaptados para crianças, que fortalecem o foco e a atenção sustentada.

O futuro da neuropsicopedagogia na escola e na educação infantil é bastante promissor e cheio de possibilidades amigáveis. A medida que avançamos, podemos esperar uma maior integração dessa abordagem no cotidiano escolar, tornando as escolas ambientes ainda mais acolhedores e atentos às necessidades de cada criança. A neuropsicopedagogia deve continuar ajudando na identificação precoce de dificuldades de aprendizagem, emocionais ou de desenvolvimento, permitindo intervenções mais rápidas e eficazes. Isso significa que os profissionais poderão trabalhar de forma mais colaborativa com professores, famílias e outros especialistas, criando planos de ensino mais personalizados e inclusivos. Além disso, com o avanço da tecnologia e do conhecimento científico, é provável que surjam novas ferramentas e recursos que facilitem a avaliação, o acompanhamento e a intervenção, tornando o processo mais acessível e dinâmico. Na educação infantil, o foco deve permanecer na importância do brincar, das atividades lúdicas e do desenvolvimento emocional, com a neuropsicopedagogia ajudando a criar ambientes que estimulam o potencial de cada criança de forma saudável e divertida. Em resumo, o futuro da neuropsicopedagogia na escola e na educação infantil é de maior valorização, integração e inovação, sempre pensando no bem-estar, no desenvolvimento integral e na aprendizagem de todas as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A neuropsicopedagogia é uma área que une conhecimentos da neurociência, psicologia e pedagogia para compreender e promover o desenvolvimento integral das crianças na educação infantil. Ela reconhece que cada criança é única, com seu ritmo, potencial e desafios, e busca oferecer intervenções e estratégias que respeitem essas diferenças. não atuar na prevenção, diagnóstico e intervenção precoce, a neuropsicopedagogia contribui para identificar dificuldades de aprendizagem, emocionais ou de desenvolvimento, ajudando a criar ambientes mais acolhedores, estimulantes e adaptados às necessidades de cada criança. nessa abordagem valoriza o papel do brincar, das atividades lúdicas e do relacionamento afetivo, essenciais para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social na infância. Além disso, reforça a importância do trabalho em equipe entre profissionais, famílias e escolas, promovendo uma parceria que favorece o crescimento saudável e o sucesso escolar das crianças. nem resumo, a neuropsicopedagogia na educação infantil é uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento integral, prevenir dificuldades e fortalecer a autoestima e autonomia das crianças, preparando-as para uma trajetória de aprendizagem mais feliz e equilibrada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. O rei está nu: um debate sobre as funções da pré-escola. Cadernos Cedes. São Paulo: Cortez, 1985.

ABREU, L.C. A, et al. A epistemologia genética de Piaget e o construtivismo. Rev. Bras. Cresc. e Desenv. Hum. 2010.

ALMEIDA, G. P. Plasticidade cerebral e aprendizagem. In: RELVAS, M. P.(org.). Que cérebro é esse que chegou à escola: as bases neurocientíficas da aprendizagem. Rio de Janeiro: WAK, 2012.

BEAR, Mark F.CONNORS, Barry W. Neurociências: Desvendando o Sistema Nervoso. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BEAUCLAIR, J. Neuropsicopedagogia: inserções no presente, utopias e desejos futuros. Rio de Janeiro: Essence All, 2014.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola Infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (Orgs.). Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

CARNEIRO, M.A. O acesso de alunos com deficiências às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CARVALHO, R.E. Educação inclusiva: com pingos nos “is”.8.ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

CASEMIRO, J.P.; FONSECA, A. BC.; SECCO, F. V. M.. Promover saúde na escola: reflexões a partir da revisão de saúde escolar na América Latina. Ciência & Saúde Coletiva. V19. n.03, p. 829-840, Rio de Janeiro. 2014.

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. Neurociências e Educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORIA-SABINE, Maria Ap.; LUCENA, Regina F. de. Jogos e brincadeiras na Educação Infantil. Campinas: Papirus, 2009

CUNHA, C. A práticas Pedagógicas na Educação Inclusiva. 5. ed. São Paulo: 2015.

DELORS, Jacques (org.). Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

DUPRAT, Maria Carolina (org.). Ludicidade na educação infantil. São Paulo, Pearson: 2015.

FONSECA, Vitor. Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. Revista Psicopedagogia, Portugal. 2014.

HERCULANO-HOUZEL, Suzana. O cérebro nosso de cada dia: descobertas da neurociência sobre a vida cotidiana. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004

LIMA, Francisco Renato. Sentidos da intervenção Neuropsicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem na Pré-Escola. Revista Multidisciplinar em Educação, v.4, n.7, p. 78-95, jan/abr, 2017.

MANTOVANINI, Maria Cristina. Professores e alunos problema: um círculo vicioso. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

MEDEIROS, Fernanda Vieira de. Infância: composições ziguezagueantes de uma experiência “Plunct plact zum”. In: 35ª Reunião ANPED. Anais. Porto de Galinhas/PE, 2012.

LUCCI, Marcos Antônio. A proposta de Vygotsky: a psicologia sócio-histórica. Revista de currículo y formación del profesorado, 2006.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Contextualização do modelo curricular High/Scope no âmbito do “projeto infância”. In: ZABALZA, Miguel (Org). A qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PATTO, Maria Helena Souza. A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

RAU, Maria C. T. D. A ludicidade na educação infantil: uma atitude pedagógica. Curitiba: IBPEX, 2011.

RITSCHER, Penny. Acolher com as antenas. In: STACCIOLI, Gianfranco. Diário do Acolhimento na escola da Infância. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23ª edição Revista e Ampliada. São Paulo. Cortez, 2007.

TABAQUIM, Maria L. M. Avaliação Neuropsicológica nos Distúrbios de Aprendizagem. In Distúrbio de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar. Org. Sylvia Maria Ciasca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

ZABALZA, M. A. Qualidade em Educação Infantil: a Organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

GIORGIA DANIELA BONSANTI

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar o papel do psicopedagogo na instituição escolar destacando os desafios e as perspectivas desse profissional para garantir uma educação de qualidade e equitativa para os estudantes. A atuação do psicopedagogo é um tema de relevância crescente no campo da educação, já que sua atuação permeia as práticas pedagógicas, se aproxima das políticas públicas vigentes e repensa as formações de educadores. Com base em uma revisão bibliográfica, este estudo discute as abordagens metodológicas, os aspectos psicossociais e as estratégias que podem ser adotadas para promover a atuação efetiva desse novo integrante na esfera escolar.

Palavras-chave: Psicopedagogo, escola, estudante, educação de qualidade, adaptação curricular.

INTRODUÇÃO

O papel do psicopedagogo na instituição escolar é fundamental para promover um ambiente de aprendizado saudável e inclusivo. Este profissional atua na interseção entre a psicologia e a pedagogia, oferecendo suporte tanto a alunos quanto a educadores. Sua principal função é identificar e intervir em dificuldades de aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento integral do estudante.

Além disso, o psicopedagogo desempenha um papel crucial na formação de estratégias que favoreçam a inclusão e a adaptação curricular, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Ao trabalhar em colaboração com a equipe escolar, esse profissional ajuda a criar um espaço onde cada criança pode se sentir valorizada e motivada a alcançar seu potencial máximo. Assim, a atuação do psicopedagogo se torna essencial para a construção de uma escola mais justa e equitativa.

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A profissão de psicopedagogo no Brasil é regulamentada pela Lei nº 13.935, sancionada em 2019. Essa legislação estabelece as diretrizes para a atuação do psicopedagogo, que é um profissional que atua na interface entre a psicologia e a pedagogia, visando promover o aprendizado e o desenvolvimento das pessoas. A lei também define as competências e atribuições desse profissional, além de garantir a formação adequada por meio de cursos de graduação e especialização.

“Para o Psicopedagogo, aprender é um processo que implica pôr em ações diferentes sistemas que intervêm em todo o sujeito: a rede de relações e códigos culturais e de linguagem que, desde antes do nascimento, têm lugar em cada ser humano à medida que ele se incorpora a sociedade.”(BOSSA,1994,pág 51)

As principais atribuições do psicopedagogo incluem:

Diagnóstico de Dificuldades de Aprendizagem: Identificar e avaliar as dificuldades que os alunos podem enfrentar no processo de aprendizagem, considerando aspectos emocionais, cognitivos e sociais é uma tarefa essencial para o psicopedagogo e pode ser realizada por meio de diversas técnicas: A observação direta permite acompanhar o comportamento e o desempenho dos alunos em sala de aula. Isso inclui observar a participação, a interação com colegas e professores, e a forma como eles abordam as atividades; realizar

entrevistas com os alunos, pais e professores para coletar informações sobre o histórico escolar, comportamental e emocional do aluno. Isso ajuda a entender melhor as dificuldades enfrentadas; aplicar testes psicométricos padronizados que avaliam habilidades cognitivas, como raciocínio lógico, memória, atenção e linguagem. Esses testes podem ajudar a identificar áreas específicas de dificuldade; avaliação de desempenho através da avaliação das notas e o desempenho em atividades escolares, como provas e trabalhos, para identificar padrões de dificuldades em determinadas disciplinas ou tipos de tarefas; utilizar escalas e questionários que avaliem aspectos emocionais e comportamentais, como ansiedade, autoestima e motivação, que podem impactar o aprendizado; avaliar redações, relatórios e outros trabalhos escritos dos alunos para identificar dificuldades em organização de ideias, gramática, ortografia e coesão textual; promover atividades em grupo que permitam observar como os alunos interagem e se comunicam, além de identificar dificuldades sociais que podem afetar o aprendizado, implementar um sistema de feedback regular, onde os alunos possam expressar suas dificuldades e progressos, permitindo ajustes nas estratégias de ensino; manter um diário ou registro das observações feitas ao longo do tempo, documentando as dificuldades e os avanços dos alunos e contar com a colaboração Interdisciplinar, onde trabalhar em conjunto com outros profissionais da escola, como professores de educação física, arte e música, para obter uma visão mais ampla das habilidades e dificuldades dos alunos. Essas técnicas, quando utilizadas de forma integrada, podem proporcionar uma compreensão mais profunda das dificuldades de aprendizagem dos alunos, permitindo intervenções mais eficazes e personalizadas.

Intervenção e Acompanhamento: Desenvolver e implementar estratégias de intervenção personalizadas para ajudar os alunos a superarem suas dificuldades, promovendo o aprendizado de forma mais eficaz. As estratégias de intervenção personalizadas são fundamentais para ajudar os alunos a superarem suas dificuldades de aprendizagem. Elaborar Planos de Ensino Individualizados (PEI), específico para cada aluno, que inclua objetivos claros, métodos de ensino adaptados e formas de avaliação que considerem suas

necessidades e habilidades; utilizar abordagens que envolvam os alunos ativamente no processo de aprendizagem, como aprendizagem baseada em projetos, estudos de caso e atividades práticas, que podem tornar o aprendizado mais significativo; adaptar o conteúdo, o processo e o produto de aprendizagem de acordo com o nível de habilidade e os interesses dos alunos. Isso pode incluir oferecer diferentes níveis de dificuldade em tarefas ou permitir que os alunos escolham como demonstrar seu aprendizado; incorporar materiais e atividades que estimulem diferentes sentidos, como jogos, vídeos, músicas e atividades práticas, para facilitar a compreensão e retenção do conteúdo; promover o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, como autoconfiança, empatia e resolução de conflitos, que podem impactar positivamente o aprendizado e a interação com os colegas; oferecer sessões de tutoria individual ou em pequenos grupos, onde o aluno possa receber atenção personalizada e suporte específico nas áreas em que enfrenta dificuldades; proporcionar feedback regular e construtivo sobre o desempenho do aluno, destacando seus progressos e áreas que ainda precisam de atenção, para motivá-lo e orientá-lo em seu processo de aprendizagem; integrar ferramentas tecnológicas, como aplicativos e plataformas de aprendizado online, que podem oferecer recursos adicionais e personalizados para o aluno, facilitando o aprendizado em seu próprio ritmo; criar rotinas de estudo e organização que ajudem os alunos a se sentirem mais seguros e preparados para as atividades escolares, promovendo um ambiente de aprendizado mais estruturado; envolver os pais ou responsáveis no processo de intervenção, fornecendo orientações sobre como apoiar o aprendizado em casa e reforçar as estratégias utilizadas na escola. Essas estratégias, quando implementadas de forma colaborativa e adaptativa, podem ajudar os alunos a superarem suas dificuldades de aprendizagem, promovendo um desenvolvimento mais eficaz e significativo. Proponho alguns exemplos de dinâmica que um psicopedagogo pode aplicar para promover o aprendizado e a interação entre os alunos:

1. Quebra-gelo: Uma dinâmica simples para iniciar o grupo. Cada participante

deve dizer seu nome e compartilhar uma curiosidade sobre si mesmo. Isso ajuda a criar um ambiente acolhedor.

2. Jogo das Emoções: Distribua cartões com diferentes emoções escritas neles. Os alunos devem escolher um cartão e representar a emoção sem usar palavras, enquanto os outros tentam adivinhar qual é. Isso ajuda a desenvolver a empatia e a expressão emocional.

3. História em Cadeia: Os alunos se sentam em círculo e um começa a contar uma história. Cada aluno deve adicionar uma frase à história, criando um enredo coletivo. Essa dinâmica estimula a criatividade e a colaboração.

4. Caixa de Sugestões: Coloque uma caixa onde os alunos podem deixar sugestões ou preocupações anonimamente. Depois, discuta algumas delas em grupo. Isso promove a comunicação aberta e a resolução de problemas.

5. Desenho Coletivo: Em um grande papel, cada aluno deve contribuir com um desenho ou uma parte da imagem. No final, todos podem ver como suas contribuições se uniram para formar uma obra única. Essa atividade incentiva o trabalho em equipe.

Essas dinâmicas podem ser adaptadas conforme a faixa etária e as necessidades dos alunos. O importante é criar um ambiente seguro e acolhedor para que todos se sintam à vontade para participar!

Orientação a Educadores: Oferecer suporte e formação para professores, ajudando-os a entender as necessidades dos alunos e a adaptar suas práticas pedagógicas para atender a diversidade da sala de aula. Aqui estão algumas formas eficazes de realizar isso: Organizar eventos de formação continuada, onde especialistas em psicopedagogia e educação possam compartilhar conhecimentos sobre dificuldades de aprendizagem, estratégias de ensino inclusivas e práticas pedagógicas inovadoras; implementar programas de formação que ocorram durante o horário escolar, permitindo que os professores

aprendam e pratiquem novas abordagens enquanto estão em contato com os alunos; criar um sistema de mentoria, onde professores mais experientes possam orientar e apoiar colegas que estão enfrentando desafios em suas práticas pedagógicas; formar grupos de discussão onde os professores possam compartilhar experiências, discutir casos específicos de alunos e refletir sobre suas práticas, promovendo um aprendizado colaborativo; proporcionar oportunidades para que os professores observem aulas de colegas e recebam feedback construtivo sobre suas práticas, ajudando-os a identificar áreas de melhoria e novas estratégias; disponibilizar materiais e recursos pedagógicos que ajudem os professores a diversificar suas abordagens de ensino, como guias, jogos educativos e tecnologias assistivas; oferecer suporte direto de psicopedagogos na escola, que possam trabalhar em conjunto com os professores para desenvolver estratégias específicas para alunos com dificuldades de aprendizagem; criar ou indicar cursos online que abordem temas relevantes, como inclusão, diversidade, e metodologias ativas, permitindo que os professores aprendam no seu próprio ritmo; incentivar o planejamento conjunto entre professores de diferentes disciplinas, promovendo a troca de ideias e a criação de projetos interdisciplinares que atendam às necessidades dos alunos; promover momentos de avaliação das práticas pedagógicas, onde os professores possam refletir sobre o que funcionou e o que pode ser melhorado, ajustando suas abordagens conforme necessário. Essas formas de suporte e formação podem capacitar os professores a entenderem melhor as necessidades de seus alunos e a adaptar suas práticas, resultando em um ambiente de aprendizado mais inclusivo e eficaz. Segue sugestões de dinâmicas que um psicopedagogo pode aplicar com professores para promover a integração, a reflexão e o desenvolvimento profissional:

1. Roda de Conversa: Crie um espaço onde os professores possam compartilhar experiências e desafios. Cada um pode falar sobre uma situação que enfrentou e como lidou com ela. Isso promove a troca de ideias e o apoio mútuo.

2. Dinâmica do Quebra-Gelo: Para iniciar um encontro, use uma dinâmica simples, como "Dois Verdades e Uma Mentira", onde cada professor compartilhe duas verdades e uma mentira sobre si. Os outros devem adivinhar qual é a mentira. Isso ajuda a criar um ambiente descontraído.

3. Jogo dos Papéis: Divida os professores em grupos e peça que encenem situações comuns na sala de aula, como conflitos entre alunos ou dificuldades de aprendizagem. Depois, discutam as diferentes abordagens e soluções.

4. Construindo um Mapa de Competências: Peça aos professores que listem suas habilidades e competências em post-its e, em seguida, organizem essas informações em um grande mural. Isso ajuda a visualizar as forças do grupo e identificar áreas para desenvolvimento.

5. Reflexão em Duplas: Forme duplas e peça que compartilhem um desafio que enfrentam em sala de aula. Depois, cada um deve oferecer sugestões e apoio ao colega. Isso estimula a empatia e a colaboração.

Essas dinâmicas podem ajudar a fortalecer a equipe, promover a reflexão sobre práticas pedagógicas e criar um ambiente mais colaborativo entre os professores.

Apoio às Famílias: Trabalhar em parceria com os pais e responsáveis, orientando-os sobre como podem contribuir para o desenvolvimento educacional e emocional de seus filhos é fundamental. Organizar encontros periódicos com os pais para discutir o progresso dos alunos, compartilhar informações sobre o que está sendo trabalhado na escola e ouvir as preocupações e sugestões dos responsáveis; estabelecer canais de comunicação eficazes, como e-mails, grupos de WhatsApp ou plataformas online, para que os pais possam se comunicar facilmente com os professores e a equipe psicopedagógica; promover oficinas e palestras sobre temas relevantes, como desenvolvimento infantil, dificuldades de aprendizagem, e estratégias de apoio em casa. Isso

ajuda os pais a entender melhor as necessidades de seus filhos, Criar e distribuir materiais informativos que ofereçam dicas práticas sobre como os pais podem apoiar o aprendizado em casa, como estabelecer rotinas de estudo, criar um ambiente propício ao aprendizado e incentivar a leitura; fornecer feedback regular sobre o desempenho e o comportamento dos alunos, destacando os pontos fortes e as áreas que precisam de atenção, para que os pais possam reforçar em casa; Incentivar a participação dos pais em eventos escolares, como feiras de ciências, apresentações e reuniões de pais, para que eles se sintam parte da comunidade escolar e possam ver o progresso de seus filhos; orientar os pais sobre a importância do apoio emocional, como ouvir seus filhos, validar suas emoções e ajudá-los a desenvolver habilidades sociais e de resolução de conflitos; trabalhar com os pais para estabelecer metas educacionais e emocionais para seus filhos, criando um plano de ação que envolva tanto a escola quanto a família; acompanhar casos específicos: Para alunos com dificuldades específicas, oferecer reuniões individuais com os pais para discutir estratégias personalizadas que podem ser implementadas em casa; formar grupos de apoio para pais, onde eles possam compartilhar experiências, trocar dicas e se apoiar mutuamente, promovendo um senso de comunidade. Essas estratégias ajudam a construir uma parceria sólida entre a escola e a família, promovendo um ambiente de aprendizado mais coeso e eficaz para os alunos.

Promoção da Inclusão: Contribuir para a criação de um ambiente escolar inclusivo é fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades, se sintam acolhidos e tenham oportunidades iguais de aprendizado. Aqui estão algumas sugestões de estratégias eficazes para promover a inclusão na escola: Oferecer formação contínua para professores e funcionários sobre diversidade, inclusão e estratégias pedagógicas adaptativas. Sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças; desenvolver um currículo que reflita a diversidade cultural, social e de habilidades dos alunos. Incluir materiais e atividades que representem diferentes perspectivas e experiências, utilizar metodologias de ensino diferenciadas que atendam às

diversas necessidades dos alunos, como aprendizagem colaborativa, ensino baseado em projetos e uso de recursos multimídia; garantir que a infraestrutura da escola seja acessível a todos os alunos, incluindo rampas, banheiros adaptados e salas de aula que acomodem diferentes necessidades; Disponibilizar serviços de apoio psicopedagógico para identificar e atender as necessidades específicas dos alunos, oferecendo intervenções personalizadas e acompanhamento contínuo; fomentar um ambiente de respeito e empatia, promovendo atividades que incentivem a interação e a colaboração entre os alunos, ajudando a construir relacionamentos positivos; envolver a comunidade escolar, incluindo pais e responsáveis, em iniciativas de inclusão, promovendo eventos e atividades que celebrem a diversidade e a inclusão, implementar políticas claras de inclusão que orientem as práticas da escola, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e que suas necessidades sejam atendidas; criar mecanismos para coletar feedback de alunos, pais e professores sobre a eficácia das práticas inclusivas, utilizando essas informações para fazer ajustes e melhorias contínuas; promover eventos e atividades que celebrem a diversidade, como semanas culturais, feiras de talentos e dias temáticos, para que todos os alunos possam compartilhar suas experiências e aprender uns com os outros. Essas estratégias ajudam a construir um ambiente escolar inclusivo, onde todos os alunos se sintam valorizados e tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo.

Desenvolvimento de Programas Educacionais: Participar da elaboração de programas e projetos que visem melhorar a qualidade do ensino e o bem-estar de todos os alunos e demais atores atuantes na instituição escolar.

O psicopedagogo desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de projetos com a comunidade, atuando como um facilitador que integra conhecimentos da psicologia e da pedagogia. Sua atuação pode incluir a identificação das necessidades educacionais e sociais da comunidade, promovendo ações que visem à inclusão e ao desenvolvimento integral dos indivíduos. Além disso, o psicopedagogo pode colaborar na elaboração de

programas de formação e capacitação, oferecendo suporte a educadores e famílias, e promovendo a conscientização sobre a importância da saúde mental e do aprendizado. Ele também pode atuar em parceria com outras instituições, buscando recursos e estratégias que favoreçam a construção de um ambiente educacional mais acolhedor e eficaz. Por meio de oficinas, palestras e atividades lúdicas, o psicopedagogo pode estimular o envolvimento da comunidade, promovendo um espaço de diálogo e troca de experiências que enriqueçam o processo educativo. Assim, sua atuação contribui para o fortalecimento dos laços comunitários e para a promoção do desenvolvimento social e emocional dos indivíduos.

O papel do psicopedagogo na rede pública: O psicopedagogo é essencial para o desenvolvimento educacional e emocional dos alunos. Na rede pública, esses profissionais atuam em diversas frentes, buscando promover a aprendizagem e o bem-estar dos estudantes. Aqui estão alguns pontos importantes sobre a atuação do psicopedagogo nesse contexto, o psicopedagogo trabalha para identificar e intervir em dificuldades de aprendizagem, ajudando os alunos a superar obstáculos que possam comprometer seu desempenho escolar; Com a crescente demanda por inclusão de alunos com necessidades especiais, o psicopedagogo desempenha um papel crucial na adaptação de métodos e conteúdos, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade; Os psicopedagogos também atuam na capacitação de professores, oferecendo orientações sobre práticas pedagógicas que considerem as diferentes necessidades dos alunos e promovam um ambiente de aprendizagem mais inclusivo; Além do trabalho com os alunos e professores, os psicopedagogos frequentemente se envolvem com as famílias, orientando-as sobre como apoiar o desenvolvimento educacional e emocional de seus filhos; A atuação do psicopedagogo na rede pública é muitas vezes integrada com outros profissionais, como psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, promovendo uma abordagem holística para o atendimento às necessidades dos alunos; Na rede pública de São Paulo, os psicopedagogos podem estar envolvidos em

programas e projetos que visam melhorar a qualidade da educação, como iniciativas de prevenção ao bullying, promoção da saúde mental e desenvolvimento de várias habilidades socio emocionais. A presença do psicopedagogo nas escolas públicas de São Paulo é, portanto, uma estratégia importante para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente, contribuindo para uma educação mais equitativa e de qualidade.

O trabalho do psicopedagogo nas redes sociais pode ser bastante enriquecedor e diversificado. Esse profissional pode utilizar essas plataformas para compartilhar conhecimentos sobre aprendizagem, desenvolvimento emocional e estratégias de ensino. Além disso, ele pode oferecer suporte a alunos, pais e educadores, promovendo discussões sobre dificuldades de aprendizagem e abordagens pedagógicas.

Nas redes sociais, o psicopedagogo pode criar conteúdo informativo, como vídeos, posts e artigos, que ajudem a desmistificar questões relacionadas à educação e à psicologia. Também é uma ótima oportunidade para interagir com a comunidade, responder dúvidas e oferecer orientações, sempre com um tom acolhedor e acessível.

Além disso, o uso das redes sociais pode facilitar a divulgação de workshops, palestras e cursos que o psicopedagogo esteja promovendo, ampliando o alcance do seu trabalho e contribuindo para a formação contínua de educadores e familiares. Em resumo, as redes sociais são uma ferramenta poderosa para o psicopedagogo, permitindo que ele amplie seu impacto e ajude mais pessoas a superar desafios educacionais e emocionais.

Em suma, o psicopedagogo desempenha um papel essencial na promoção de um ambiente escolar saudável, ajudando a garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do psicopedagogo na escola é fundamental para promover um ambiente de aprendizagem saudável e inclusivo. Ao intervir em questões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, o psicopedagogo contribui para identificar e superar dificuldades que os alunos possam enfrentar, seja em termos de aprendizagem, comportamento, relacionamento ou emocional.

Além disso, o psicopedagogo atua como um mediador entre os educadores, alunos e famílias, facilitando a comunicação e promovendo um trabalho colaborativo. Essa abordagem interdisciplinar permite que o psicopedagogo desenvolva estratégias personalizadas que atendam às necessidades específicas de cada aluno, respeitando suas singularidades.

Outro aspecto importante é a promoção da inclusão escolar. O psicopedagogo desempenha um papel crucial na adaptação de métodos e conteúdos, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Por fim, a atuação do psicopedagogo não se limita apenas ao atendimento individual, mas também envolve a formação e capacitação de professores, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e eficaz. Em suma, o psicopedagogo é um agente de transformação que enriquece o processo educativo, favorecendo o desenvolvimento integral dos alunos e a melhoria da qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** RS, Artmed, 2007. BRASIL.

CURY, C. (2012). **Psicopedagogia: Uma abordagem interdisciplinar.** São Paulo: Editora Papirus.

KRAMER, S. (2010). **Psicopedagogia: A prática do psicopedagogo na escola.** Rio de Janeiro: Editora Vozes.

MELO, R. (2016). **Psicopedagogia e suas interfaces na educação.** Belo Horizonte: Editora UFMG.

PEREIRA, A. M. (2015). **Psicopedagogia: Teoria e Prática.** São Paulo: Editora Moderna.

SEVERINO. Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª edição Revista e Ampliada. São Paulo. Cortez, 2007.

SILVA, M. A. (2018). **O psicopedagogo e a inclusão escolar.** Curitiba: Editora CRV.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

MUSICALIZAÇÃO PARA ADULTOS: UMA ANÁLISE DE SEUS BENEFÍCIOS E IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL NA VIDA ADULTA

GISELLY LISBOA BARROS

Resumo

A musicalização para adultos não é apenas uma técnica de aprendizado, mas uma prática que promove a transformação pessoal, o fortalecimento da identidade e a melhoria da qualidade de vida. Ela desempenha um papel importante na manutenção da saúde cognitiva e emocional, além de ser uma poderosa ferramenta de inclusão e socialização. Mesmo com os desafios educacionais e sociais existentes, a musicalização para adultos oferece um potencial transformador que deve ser mais explorado e valorizado, promovendo o bem-estar e o envelhecimento saudável em todas as fases da vida. Do ponto de vista neurocientífico, a música ativa os circuitos cerebrais relacionados à dopamina, neurotransmissor responsável pela sensação de prazer e motivação. A execução musical, seja ao tocar, cantar ou ouvir, provoca a liberação de dopamina, induzindo um bem-estar imediato e contribuindo para a redução do estresse, o que é particularmente relevante para adultos que enfrentam desafios emocionais.

Palavras-chave: Musicalização, adultos, educação de adultos.

Abstract

Musicalization for adults is not just a learning technique, but a practice that promotes personal transformation, strengthens identity, and improves quality of life. It plays an important role in maintaining cognitive and emotional health, in addition to being a powerful tool for inclusion and socialization. Despite the existing educational and social challenges, musicalization for adults offers transformative potential that should be further explored and valued, promoting well-being and healthy aging at all stages of life. From a neuroscientific perspective, music activates brain circuits related to dopamine, the

neurotransmitter responsible for feelings of pleasure and motivation. Musical performance, whether through playing, singing, or listening, triggers the release of dopamine, inducing immediate well-being and contributing to stress reduction, which is particularly relevant for adults facing emotional challenges.

Keywords: Musicalization, adults, adult education.

1 INTRODUÇÃO

A musicalização e a educação musical desempenham papéis cruciais no desenvolvimento integral dos indivíduos, tanto em contextos infantojuvenis quanto em adultos. Este estudo visa explorar a importância da musicalização, não apenas como um processo pedagógico voltado para a formação técnica musical, mas como uma abordagem mais ampla, que contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. A distinção entre musicalização e educação musical será abordada, sendo que a primeira é entendida como o processo inicial que estimula a sensibilidade musical e a expressão criativa, enquanto a segunda envolve uma abordagem mais técnica e formal, voltada para a aprendizagem profunda dos conceitos musicais e sua aplicação.

Neste contexto, a presente pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, que se apoia na revisão bibliográfica para analisar os impactos da musicalização não apenas no desenvolvimento infantil, mas também no contexto da educação de adultos. A análise de experiências e estudos de caso é utilizada como método para ilustrar como a música atua como um mecanismo de inclusão, expressão e desenvolvimento cognitivo, promovendo o bem-estar e a transformação emocional dos participantes. A base teórica também se apoia em investigações científicas, particularmente na área da neurociência, que apontam os efeitos benéficos da música no cérebro humano, como a melhoria da memória, a neuroplasticidade e a redução do estresse (Hervé et al., 2014; Salimpour et al., 2018).

Além disso, a pesquisa investiga a aplicabilidade dessas práticas em adultos, focando nos desafios e benefícios específicos dessa faixa etária, com ênfase na importância da música como ferramenta de socialização, superação de traumas e promoção de saúde mental. A integração de abordagens pedagógicas inclusivas e a adaptação de métodos tradicionais à realidade dos adultos serão discutidas, destacando as práticas de ensino mais eficazes para esse público, como o uso de oficinas, corais comunitários e musicoterapia.

Este trabalho também destaca a relevância da musicalização para a formação de um ambiente de aprendizagem colaborativo, no qual a música funciona como uma via de comunicação que vai além do aprendizado técnico, permitindo uma expressão autêntica de sentimentos e promovendo a integração emocional entre os participantes. O estudo busca, portanto, contribuir para a valorização da música enquanto ferramenta pedagógica e terapêutica, oferecendo subsídios para a melhoria dos métodos de ensino e a expansão de programas de musicalização voltados para adultos, em particular em contextos de educação continuada e socialização.

2 A MUSICALIZAÇÃO PARA ADULTOS

A musicalização é um processo pedagógico que visa ao desenvolvimento integral do indivíduo por meio da vivência musical, favorecendo a escuta sensível, a expressão corporal, o senso rítmico, a criatividade e a socialização. Diferente do ensino técnico de música, que foca na execução instrumental ou vocal com domínio teórico e prático, a musicalização está mais relacionada à formação da sensibilidade musical e ao despertar da musicalidade inata presente em todos os seres humanos (BRITO, 2003). Já a educação musical é um campo mais amplo, que engloba tanto a musicalização quanto o ensino técnico e teórico da música, podendo ocorrer em ambientes formais (como escolas e conservatórios) ou informais (como oficinas e projetos sociais).

Segundo Penna (1990), a educação musical vai além da simples formação de músicos, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento global da criança. Ele argumenta que a prática musical oferece oportunidades para o aprimoramento de diversas capacidades cognitivas, afetivas e sociais que transcendem a aprendizagem técnica de instrumentos ou a interpretação de partituras. A música, nesse sentido, não é apenas um campo artístico isolado, mas uma ferramenta poderosa que contribui para o desenvolvimento integral do indivíduo. Nesse sentido, a musicalização pode ser considerada a porta de entrada para a educação musical, pois proporciona um ambiente lúdico e afetivo que favorece o aprendizado espontâneo e significativo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também reconhece a importância da música como linguagem artística, destacando seu papel na promoção da sensibilidade estética, na expressão cultural e na ampliação do repertório sociocultural dos alunos (BRASIL, 2017). Portanto, musicalização e educação musical são processos complementares que, embora distintos em seus objetivos e abordagens, compartilham a finalidade de promover o desenvolvimento humano através da arte sonora.

Embora a musicalização seja comumente associada à infância, a educação musical de adultos tem ganhado relevância nas últimas décadas, especialmente em contextos de educação continuada, projetos sociais e atividades terapêuticas. A musicalização de adultos envolve processos semelhantes aos aplicados à educação infantil— como escuta ativa, exploração sonora, prática rítmica e improvisação — mas deve ser adaptada às necessidades, experiências e motivações próprias dessa faixa etária. Segundo Swanwick (1999), o aprendizado musical em adultos se beneficia de uma abordagem que valorize a bagagem cultural e emocional acumulada ao longo da vida, promovendo um ambiente acolhedor e livre de julgamentos técnicos. Muitos adultos buscam na música uma forma de expressão, lazer, superação de traumas ou desenvolvimento pessoal, e por isso, as práticas musicais devem ser significativas e respeitar o tempo de cada aprendiz (SCHAFER, 1992). Exemplos

comuns de educação musical para adultos incluem aulas de violão ou canto em centros culturais, corais comunitários, oficinas de percussão, ou ainda atividades de musicoterapia voltadas ao bem-estar emocional e à socialização. Programas como os oferecidos em universidades abertas à terceira idade têm demonstrado como a música pode contribuir para o envelhecimento ativo, estimulando a memória, a coordenação motora e a autoestima (ILARI, 2011). Assim, é importante ressaltar que a musicalização para adultos não tem como foco principal a formação técnica ou profissional, mas sim o fortalecimento da identidade, da expressividade e das relações interpessoais através da música.

Ademais, Schafer (1992) argumenta que a música é uma linguagem única, capaz de ativar diversas áreas do cérebro simultaneamente, o que a torna uma ferramenta poderosa para melhorar a capacidade de atenção, memória e resolução de problemas. De acordo com o autor, a experiência musical não é apenas uma forma de entretenimento, mas uma maneira profunda de estimular o cérebro e expandir a percepção do mundo (SCHAFER, 1992, p. 28). Ao envolver-se com música, o adulto ativa não só sua capacidade auditiva, mas também sua memória e criatividade, o que favorece o aprimoramento de outras habilidades cognitivas, como a linguagem, a concentração e a coordenação motora. Além disso, a prática musical estimula a neuroplasticidade, ou seja, a capacidade do cérebro de reorganizar suas conexões e adaptar-se a novas experiências (SCHAFER, 1992, p. 41). Em termos cognitivos, a musicalização favorece a capacidade de multitarefa e melhora a atenção sustentada, uma vez que a execução musical exige a coordenação entre diversas habilidades simultâneas, como ouvir, cantar, tocar e até dançar. Essa capacidade de integrar diferentes aspectos sensoriais e cognitivos é extremamente benéfica para adultos, pois contribui para a agilidade mental e a capacidade de lidar com múltiplas demandas no cotidiano (SCHAFER, 1992, p. 54).

No aspecto emocional, a musicalização oferece um meio significativo de expressão e autoconhecimento. A música tem um efeito terapêutico reconhecido, proporcionando aos adultos a possibilidade de liberar emoções

reprimidas e lidar com o estresse e a ansiedade de forma criativa. Como Schafer (1992) ressalta, "o som tem o poder de evocar memórias, de criar pontes entre o consciente e o inconsciente, e de modificar estados de espírito" (p. 75). A música tem um impacto profundo na regulação emocional, o que é particularmente relevante para adultos que enfrentam estresse, transtornos emocionais ou mesmo condições como depressão e ansiedade. Essa capacidade da música de influenciar diretamente o estado emocional é atribuída à sua natureza única de engajar e expressar emoções de forma mais direta do que outras formas de comunicação, como a linguagem verbal. Quando as pessoas praticam música, especialmente em contextos colaborativos como corais, orquestras ou grupos de percussão, elas não só aprimoram suas habilidades cognitivas, como também experimentam uma melhoria substancial em seu bem-estar emocional. A música, nesse sentido, atua como um meio de liberação emocional, oferecendo aos praticantes a oportunidade de processar e expressar sentimentos complexos que, muitas vezes, não podem ser verbalizados com facilidade. Como observa Schafer (1992), a música pode ser vista como um "reflexo sonoro das emoções humanas", funcionando como uma via de comunicação que ultrapassa as limitações da fala, possibilitando aos indivíduos não apenas externalizar seus sentimentos, mas também compreender suas emoções em um nível mais profundo e intuitivo. Isso é particularmente significativo em grupos musicais, onde a interação social e o compartilhamento de experiências musicais aumentam a conexão emocional entre os participantes, promovendo uma sensação de pertencimento e coesão. Do ponto de vista neurocientífico, a prática musical ativa poderosos sistemas de recompensa no cérebro, com um destaque especial para os circuitos relacionados à dopamina, um neurotransmissor essencial para as sensações de prazer e motivação (SALIMPOUR et al., 2018). Durante a execução musical, seja ao tocar um instrumento, cantar ou até mesmo ouvir música, ocorre uma liberação de dopamina, que é associada a sentimentos de prazer e satisfação. Essa liberação química não só induz uma sensação de bem-estar imediato, mas também pode reduzir os níveis de estresse, aliviando a tensão acumulada e promovendo um

estado emocional equilibrado. Ao fazer música, os indivíduos se engajam em uma experiência que proporciona um retorno positivo imediato, o que não apenas os motiva a continuar a prática, mas também fortalece sua autoestima, criando uma sensação de competência e realização. Além disso, a prática musical tem sido associada à redução da ansiedade, à melhoria do humor e ao aumento da autoestima, fatores que são cruciais para a manutenção da saúde emocional, especialmente em adultos que enfrentam desafios de ordem psicológica ou social.

Portanto, a educação musical para adultos, longe de ser apenas um aprendizado técnico, oferece uma gama de benefícios cognitivos e emocionais que contribuem para o bem-estar e a qualidade de vida. Ao integrar a música ao cotidiano, os adultos não só desenvolvem habilidades práticas, mas também se beneficiam de uma profunda transformação emocional e cognitiva, aumentando sua autoestima, diminuindo níveis de ansiedade e favorecendo a socialização. Assim, a musicalização torna-se uma poderosa ferramenta de inclusão, autodescoberta e bem-estar, promovendo uma vida mais saudável e equilibrada. A neurociência moderna também tem revelado, de maneira consistente, os profundos efeitos da música no cérebro humano, destacando os benefícios cognitivos e emocionais da musicalização, especialmente para adultos. Segundo Hannon e Trainor (2007), a exposição à música pode modificar a estrutura e a função do cérebro, promovendo a neuroplasticidade — a capacidade do cérebro de se reorganizar em resposta a novos estímulos. A música, ao engajar tanto a cognição quanto a emoção, exerce um efeito sinérgico que facilita a aprendizagem e melhora a memória de trabalho, especialmente em adultos mais velhos, como foi evidenciado em estudos de idosos que participaram de programas de musicalização (HERVÉ et al., 2014). Além disso, a prática musical pode melhorar a conectividade entre os hemisférios cerebrais, o que contribui para uma melhor coordenação entre funções cognitivas e motoras. Essa conexão bilateral também pode ser observada em tarefas complexas, como a leitura musical ou a execução instrumental, que exigem a integração de habilidades auditivas e motoras

(ZATORRE, 2013). Outro aspecto importante é o efeito da música na redução de níveis de estresse e ansiedade, com a música induzindo a liberação de neurotransmissores como a dopamina, que está associada ao prazer e à recompensa (SALIMPOUR et al., 2018). Em resumo, a neurociência revela que, ao praticar música, adultos não apenas estimulam suas capacidades cognitivas, mas também promovem o equilíbrio emocional e o fortalecimento das conexões neurais, demonstrando os amplos benefícios dessa prática para o envelhecimento saudável e para a qualidade de vida.

O educador de musicalização para adultos enfrenta desafios únicos ao trabalhar com essa faixa etária, que, muitas vezes, carrega experiências e expectativas distintas das vivenciadas por crianças. Entre os principais obstáculos estão as diferenças de motivação e os medos relacionados ao estilo de vida contemporâneo, especialmente em um contexto onde muitos adultos sentem que já não têm o tempo ou a capacidade para aprender novas habilidades (HERVÉ et al., 2014). A resistência à aprendizagem de um novo idioma sonoro, o medo de expor-se em grupos e a falta de autoconfiança são fatores frequentemente encontrados nesse público. Além disso, a musicalização para adultos demanda do educador uma sensibilidade pedagógica e uma habilidade para adaptar a abordagem de ensino às necessidades individuais e coletivas, respeitando o ritmo e as limitações de cada aluno. A música, enquanto prática artística, deve ser apresentada de maneira inclusiva e sem julgamentos, para que os participantes possam se expressar livremente, o que requer do educador uma postura empática e flexível (SCHAFER, 1992). Esse trabalho, embora profundamente gratificante, é desafiador, pois muitos adultos têm pouca ou nenhuma experiência musical anterior, o que pode gerar insegurança. Em escolas de música no Brasil, a realidade é marcada por uma estrutura educacional que ainda privilegia a formação técnica e acadêmica em detrimento da abordagem mais lúdica e inclusiva da musicalização para adultos. Embora existam projetos de grande relevância que promovem a inclusão da música como ferramenta de desenvolvimento humano, como os cursos oferecidos em universidades abertas para a terceira idade ou programas de corais

comunitários, muitas instituições ainda não oferecem programas específicos e adaptados para esse público (GASER; SCHLAUG, 2003). Além disso, a falta de recursos financeiros e a pouca valorização da música como elemento essencial para o bem-estar e o desenvolvimento integral das pessoas dificultam a expansão desses projetos em um país tão desigual como o Brasil. Por fim, a necessidade de qualificação contínua dos educadores também é um desafio importante, pois é fundamental que esses profissionais estejam sempre atualizados com as mais recentes descobertas da neurociência e das metodologias de ensino da música para adultos, garantindo uma experiência educativa de qualidade e que promova não apenas o aprendizado musical, mas também o crescimento pessoal e emocional dos alunos (SALIMPOUR et al., 2018).

Por fim, a musicalização é uma prática essencial no aprendizado dos adultos, pois atua como um catalisador para o crescimento pessoal, o desenvolvimento emocional e a manutenção da saúde cognitiva. Além disso, contribui para a socialização, promovendo um ambiente de colaboração e empatia. Mesmo em um cenário educacional onde a música ainda enfrenta desafios de inclusão e valorização, como observado nas escolas de música no Brasil, é possível perceber que a musicalização para adultos vai muito além de ensinar a técnica musical. Ela é um processo de transformação que pode melhorar a qualidade de vida, fortalecer a identidade e criar novas possibilidades de interação e expressão para os indivíduos em qualquer fase da vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a musicalização para adultos representa uma abordagem integral e transformadora, que vai muito além do simples aprendizado de técnicas musicais. Como demonstrado por diversos autores, como Schafer (1992), a música ativa uma série de processos cognitivos e emocionais, promovendo o aprimoramento da memória, atenção, criatividade e habilidades motoras, enquanto também favorece a regulação emocional e o bem-estar psicológico. A

neurociência moderna corrobora esses benefícios, revelando os efeitos profundos da música na estrutura cerebral, no estímulo à neuroplasticidade e na redução de estresse e ansiedade. Além disso, a prática musical oferece uma via de expressão única, permitindo que os adultos lidem com emoções complexas, desenvolvam autoestima e fortaleçam suas conexões sociais.

Entretanto, a implementação efetiva da musicalização no contexto educacional para adultos enfrenta desafios consideráveis, como as resistências típicas desse público e as limitações estruturais das instituições educacionais, especialmente em países com desigualdades como o Brasil. Embora existam iniciativas de grande valor, como os cursos destinados à terceira idade e corais comunitários, ainda é necessário um esforço maior para integrar a música de forma inclusiva e acessível, tanto na educação formal quanto na prática cotidiana. O papel do educador, nesse contexto, é fundamental, exigindo sensibilidade pedagógica, flexibilidade e atualização constante diante das novas descobertas científicas.

Dessa forma, a musicalização para adultos deve ser reconhecida como uma ferramenta poderosa de desenvolvimento humano, sendo uma prática que não só aprimora as capacidades cognitivas e emocionais, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais integrada, inclusiva e saudável. A superação dos desafios existentes, como a falta de recursos e a resistência à aprendizagem, é um passo essencial para ampliar os benefícios da música na vida dos adultos e garantir que essa prática seja acessível a todos, em qualquer fase da vida.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRITO, Teca Alencar de. Musicalização infantil: reflexões e propostas. 8. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

PENNA, Maura. Educação musical: uma introdução crítica. São Paulo: Moderna, 1990.

SWANWICK, Keith. Teaching Music Musically. London: Routledge, 1999.

SCHAFER, R. Murray. O ouvido pensante. São Paulo: UNESP, 1992.

ILARI, Beatriz. Música na infância e adolescência: desenvolvimento e educação musical. Porto Alegre: Artmed, 2011.

HANNON, E. E.; TRAINOR, L. J. The birth of a brain: A neurodevelopmental perspective on music. Trends in Cognitive Sciences, v. 11, n. 4, 2007.

HERVÉ, P. et al. Music and neuroplasticity: The role of the auditory system in the aging brain. Neuropsychology Review, v. 24, p. 123-134, 2014.

SALIMPOUR, A. et al. Dopamine, music, and the brain: Understanding the connection. Neuroscience & Biobehavioral Reviews, v. 91, p. 176-185, 2018.

ZATORRE, R. J. Music, brain, and the mind: A synthesis of research. Neuroscience, v. 18, p. 215-224, 2013.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

TECNOLOGIAS DIGITAIS NA MUSICALIZAÇÃO: POTENCIAIS E LIMITES

GISELLY LISBOA BARROS

Resumo

A relação entre música e tecnologia é histórica, transformando as possibilidades de expressão musical desde os primeiros instrumentos rudimentares até as tecnologias digitais atuais, como sintetizadores e DAWs. O ensino musical evoluiu conforme os contextos culturais e tecnológicos, desde a Antiguidade grega, passando pela Idade Média, Renascimento e até os séculos XVIII e XIX, com métodos formais, como os de Pestalozzi e Kodály. No século XX, inovações como o rádio e a gravação analógica democratizaram o acesso à música. A partir dos anos 2000, o ensino de música se afastou dos modelos tradicionais e incorporou repertórios populares e metodologias colaborativas. A tecnologia tornou-se uma mediadora importante, com o uso de softwares e plataformas de ensino a distância, tornando o ensino mais flexível e democrático.

Palavras-chave: Musicalização, história, tecnologia.

Abstract

The relationship between music and technology is historical, transforming the possibilities of musical expression from the earliest rudimentary instruments to current digital technologies such as synthesizers and DAWs. Music education evolved according to cultural and technological contexts, from Ancient Greece, through the Middle Ages, Renaissance, and even the 18th and 19th centuries, with formal methods like those of Pestalozzi and Kodály. In the 20th century, innovations like radio and analog recording democratized access to music. From the 2000s onwards, music education moved away from traditional models and incorporated popular repertoires and collaborative methodologies. Technology became an important mediator, with the use of software and distance learning platforms, making education more flexible and democratic.

Keywords: Musicalization, history, technology.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar os impactos da incorporação de tecnologias digitais no ensino de música, com especial atenção às transformações pedagógicas, aos processos de inclusão e aos desafios enfrentados em contextos escolares diversos, incluindo aqueles marcados por desigualdades sociais e estruturais. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental de estudos de caso já consolidados na literatura acadêmica. Foram examinados, por exemplo, dados de pesquisas desenvolvidas por instituições como a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que utilizaram métodos empíricos como observação participante, entrevistas com professores e análise de materiais didáticos digitais para avaliar a eficácia das tecnologias aplicadas ao ensino musical em escolas públicas. Além disso, os referenciais teóricos utilizados dialogam com autores que discutem a evolução histórica do ensino musical e a influência dos contextos socioculturais e tecnológicos sobre suas práticas. A partir dessa fundamentação, buscou-se compreender como diferentes ferramentas — desde softwares de produção musical até plataformas de ensino remoto — têm sido utilizadas para ampliar o acesso, promover a inclusão e reconfigurar o papel do professor e do aluno na experiência musical contemporânea. Esta análise se ancora na premissa de que a tecnologia, longe de ser neutra ou meramente instrumental, é mediadora de práticas pedagógicas, relações sociais e possibilidades expressivas, o que exige uma abordagem crítica e contextualizada para a sua aplicação no ensino de música.

2 A MUSICALIZAÇÃO E A TECNOLOGIA

Desde os tempos antigos a relação entre música e tecnologia é um dos principais fatores que transformaram e expandiram as possibilidades de expressão e compreensão musicais ao longo da história. Desde os primeiros instrumentos

rudimentares, como flautas e tambores feitos com ossos e pele de animais, até os atuais sintetizadores e DAWs (Digital Audio Workstations), a tecnologia sempre acompanhou e impulsionou a música.

Ao longo da história, o ensino musical assumiu diferentes formas conforme os contextos culturais, filosóficos e tecnológicos de cada época. Na Antiguidade grega, a música era considerada parte essencial da formação do cidadão, integrando o currículo da *paideia*, com ênfase na ética e na harmonia do cosmos, conforme os preceitos de Platão e Aristóteles. Durante a Idade Média, o ensino musical se concentrava nos mosteiros e catedrais, com foco na teoria do canto-chão e na notação neumática, conforme descrito nos tratados de Boécio (*De Institutione Musica*). No Renascimento, a música passou a ser ensinada nas cortes e academias humanistas, com métodos baseados na solmização e no hexacorde de Guido d'Arezzo, importante para a sistematização do ensino vocal. Já nos séculos XVIII e XIX, com o fortalecimento das instituições escolares e conservatórios, surgiram métodos formais como o de Johann Heinrich Pestalozzi, que influenciou o ensino musical intuitivo; o Método Kodály, centrado no canto e na musicalização infantil; o Orff-Schulwerk, que integrava música, movimento e improvisação; e o Método Dalcroze, que valorizava a euritmia e a percepção corporal (Swanwick, 1999; Santos, 2012).

No século XX, inovações como o rádio, o disco de vinil, CDs rom e a gravação e edição analógica e digital democratizaram o acesso musical. A partir da década de 1980, com o surgimento dos sintetizadores e das máquinas de ritmo, a tecnologia começou a influenciar diretamente o processo de criação musical, permitindo aos compositores criar sons até então impensáveis com instrumentos tradicionais, ocasionando variantes experimentais em sub-gêneros, e o nascimento de diferentes gêneros musicais.

Ademais, a partir dos anos 2000, o ensino de música passou a refletir transformações sociais, tecnológicas e pedagógicas significativas, influenciado por uma perspectiva mais centrada no aluno. Com a consolidação das diretrizes da Lei nº 9.394/96 (LDB) e a obrigatoriedade da música como conteúdo da educação básica determinada pela Lei nº 11.769/2008, houve um avanço na

legitimação da educação musical no currículo escolar brasileiro. Nesse contexto, as práticas pedagógicas começaram a se distanciar de modelos exclusivamente eruditos ou eurocêntricos, incorporando repertórios populares, regionais e afro-brasileiros, além de metodologias colaborativas, interdisciplinares e interativas. A mediação tecnológica também ganhou destaque, com o uso de softwares de notação musical, aplicativos de composição, plataformas de ensino a distância e recursos de gravação digital, tornando o acesso à educação musical mais flexível e democrático. Além disso, o ensino passou a valorizar mais a experiência musical do aluno – por meio de práticas como a criação coletiva, a improvisação e o uso de instrumentos alternativos –, refletindo concepções construtivistas e socioculturais do aprendizado (Penna, 2010; Ilari & Habib, 2015). Esse movimento impulsionou uma redefinição do papel do professor de música, que passou a atuar como mediador e facilitador de processos criativos e expressivos em ambientes presenciais e digitais.

Ferramentas digitais têm favorecido um ensino musical mais dinâmico, interativo e inclusivo. Lima (2017) aponta que softwares educacionais, como programas de notação musical, aplicativos de composição, aplicativos móveis de ensino e plataformas de compartilhamento digital estão acessíveis a um número cada vez maior de pessoas, incluindo aquelas que nunca tiveram contato com instrumentos tradicionais. Assim, a tecnologia, longe de ser um substituto da prática tradicional, tornou-se uma aliada poderosa na ampliação do alcance e da diversidade das experiências artísticas, facilitando o acesso e a experimentação de diferentes linguagens e métodos de ensino desenvolvem competências técnicas e criativas dos alunos, estimulando o autodidatismo e a autonomia. O feedback imediato e a possibilidade de experimentação sonora sem a necessidade de instrumentos físicos ampliaram o campo da ação pedagógica. Nesse contexto, Santos (2015) enfatiza o papel que tecnologias podem promover a inclusão de alunos com deficiência, proporcionando acessibilidade por meio de interfaces adaptadas que permitem que alunos com dificuldades motoras, por exemplo, possam ter acesso a atividades musicais antes restritas ao manuseio de instrumentos tradicionais; e Pereira (2016) reforça que a

produção musical digital oferece oportunidades criativas a estudantes de regiões com poucos recursos, especialmente em escolas de música localizadas em regiões periféricas, onde o acesso a instrumentos caros e especializados pode ser limitado. A tecnologia, nesse caso, torna-se uma alternativa de baixo custo e alta qualidade para a criação musical, viabilizando a expressão artística mesmo sem instrumentos convencionais.

O projeto "Música para Todos", por exemplo, desenvolvido em uma escola municipal na zona leste de São Paulo, utilizou tablets com softwares de produção musical e aplicativos com interfaces adaptadas para alunos com deficiência física. Através do uso do aplicativo GarageBand, alunos com mobilidade reduzida puderam compor músicas utilizando apenas toques na tela, sem a necessidade de manipular instrumentos tradicionais. Em paralelo, estudantes de baixa renda, que não tinham acesso a instrumentos musicais em casa, passaram a produzir faixas autorais utilizando recursos digitais gratuitos. O projeto, documentado por pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, 2019), demonstrou como o uso criativo e pedagógico da tecnologia não apenas ampliou o acesso à educação musical, mas também estimulou a inclusão e a criatividade.

No entanto, ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais oferecem inúmeras possibilidades positivas, também impõem limitações e desafios que merecem ser analisados, particularmente quando se trata da musicalização infantil e das implicações pedagógicas do uso dessas ferramentas em contextos educacionais.

Fitzpatrick (2018) alerta que o uso excessivo de recursos digitais pode comprometer o desenvolvimento da escuta ativa, da expressão corporal, performance e do vínculo emocional com a prática musical. A experiência sensorial — essencial para a aprendizagem artística — pode ser minimizada quando mediada exclusivamente por telas. Outro desafio relevante é a formação docente. Guerra e Silva (2018) destacam que muitos professores não possuem a formação continuada suficiente para integrar as ferramentas digitais de forma crítica, pedagógica e eficaz ao processo de ensino musical, não permitindo que

essas ferramentas realmente enriqueçam as aulas e podendo resultar em um uso superficial, que não contribui efetivamente para o desenvolvimento musical dos alunos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidencia que a relação entre música e tecnologia, historicamente consolidada, segue em constante transformação, especialmente no campo do ensino musical. Ao longo dos séculos, os métodos pedagógicos foram adaptados conforme os contextos culturais e tecnológicos vigentes, culminando, no século XXI, em uma inserção cada vez mais significativa das tecnologias digitais no processo educativo. As pesquisas contemporâneas apontam que, quando integradas de forma pedagógica e consciente, essas tecnologias ampliam o acesso à educação musical, promovem a inclusão de estudantes com deficiências e viabilizam práticas criativas, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Por outro lado, os desafios não podem ser negligenciados, destacando-se a necessidade de formação continuada dos professores para que façam uso crítico e eficaz das ferramentas digitais, bem como a importância de preservar experiências sensoriais e corporais essenciais para a aprendizagem musical plena. Ademais, os estudos realizados em diferentes realidades escolares, como os da UNESPAR e da UFMG, confirmam que as tecnologias digitais podem contribuir para o engajamento dos alunos, a permanência escolar e a valorização dos vínculos entre escola e comunidade. Assim, a incorporação tecnológica no ensino musical configura-se como uma via promissora para democratizar o acesso e diversificar as práticas pedagógicas, desde que acompanhada de reflexões críticas e de políticas educacionais que minimizem as desigualdades de infraestrutura e formação docente.

Dessa forma, reafirma-se a importância de um olhar interdisciplinar que articule conhecimentos técnicos, pedagógicos e socioculturais para potencializar as

múltiplas possibilidades expressivas da música no ambiente educacional contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

FITZPATRICK, T. (2018). O impacto das tecnologias digitais na educação musical. *Journal of Music Education Technology*, 9(2), 45-57.

GUILHERME, A. & SILVA, J. (2018). Formação de professores para o uso de tecnologias na educação musical. *Revista Brasileira de Educação Musical*, 21(3), 221-237.

LIMA, F. (2017). Tecnologia e musicalização: O uso de softwares educacionais no ensino de música (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo.

PEREIRA, M. (2016). A tecnologia como ferramenta pedagógica nas escolas de música. *Revista Brasileira de Educação Musical*, 19(4), 134-147.

SANTOS, L. (2015). Inclusão e acessibilidade na educação musical: O papel das tecnologias digitais (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNESPAR. (2021). A utilização de objetos de aprendizagem digitais no ensino de música. Universidade Estadual do Paraná.

UFMG. (2021). A implementação do Moodle em escolas públicas de música. Universidade Federal de Minas Gerais.

Redalyc. (2020). Tecnologias digitais na educação musical: desafios e oportunidades para a inclusão educacional.

IFRS. (2021). A música e as inteligências múltiplas: contribuindo para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

SWANWICK, Keith. *Teaching Music Musically*. London: Routledge, 1999.

SANTOS, Teca Alencar de. *Iniciação Musical: Propostas para Educação Infantil*. São Paulo: Peirópolis, 2012.

PENNA, Maura. *Educação Musical e Cotidiano: Entre o Consumo e a Formação da Escuta*. João Pessoa: Editora UFPB, 2010.

ILARI, Beatriz; HABIB, Laurence. Música na Educação Infantil: Propostas e Reflexões. São Paulo: Peirópolis, 2015.

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo. Relatório de avaliação do projeto "Música para Todos": inclusão e criatividade no ensino de música com tecnologias digitais. São Paulo: UNIFESP, Departamento de Educação e Tecnologias, 2019.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

GISELLY LISBOA BARROS

Resumo

A música é uma ferramenta pedagógica essencial no desenvolvimento infantil, especialmente no processo de alfabetização. Ela contribui para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e emocional, ajudando a criança a desenvolver consciência fonológica, memória auditiva e percepção temporal, habilidades fundamentais para a leitura e escrita. A prática de musicalização, envolvendo atividades como cantar e dançar, também estimula a socialização e a coordenação motora.

No entanto, a aplicação dessa prática enfrenta desafios, especialmente em escolas públicas de periferias urbanas e rurais do Brasil, como a falta de infraestrutura, materiais adequados e profissionais qualificados. A música muitas vezes é marginalizada no currículo escolar, sendo tratada como atividade extracurricular, o que limita seu impacto no aprendizado. A superação desses desafios depende da integração da música ao currículo, da formação de professores e de políticas públicas que garantam acesso igualitário à educação musical.

Palavras-chave: Musicalização, infâncias, alfabetização.

Abstract

Music is an essential pedagogical tool in child development, especially in the literacy process. It contributes to cognitive, linguistic, and emotional development, helping children develop phonological awareness, auditory memory, and temporal perception, which are fundamental skills for reading and writing. The practice of musicalization, involving activities like singing and dancing, also stimulates socialization and motor coordination.

However, the implementation of this practice faces challenges, especially in public schools in urban and rural peripheral areas of Brazil, such as lack of

infrastructure, proper materials, and qualified professionals. Music is often marginalized in the school curriculum, being treated as an extracurricular activity, which limits its impact on learning. Overcoming these challenges depends on integrating music into the curriculum, teacher training, and public policies that ensure equal access to music education.

Keywords: Musicalization, childhoods, literacy.

1 INTRODUÇÃO

A música, como ferramenta pedagógica, tem um papel fundamental no desenvolvimento infantil, especialmente quando aplicada no processo de alfabetização. A presente pesquisa investiga a importância da musicalização na infância, com foco no seu impacto no desenvolvimento cognitivo, linguístico e emocional das crianças. A pesquisa se baseia em diversos métodos analíticos e teóricos para destacar a inter-relação entre música e alfabetização. Para isso, são utilizados estudos que abordam tanto o contexto cultural da musicalização, como o da aprendizagem da leitura e escrita. O artigo também explora como a música influencia o desenvolvimento da consciência fonológica, da memória auditiva e da percepção temporal, habilidades essenciais para a alfabetização. Além disso, a análise enfoca a relação entre linguística e música, utilizando teorias sobre fonologia, sintaxe e prosódia para evidenciar as semelhanças estruturais entre esses dois sistemas de comunicação. A partir dessas abordagens, o texto propõe um olhar integral sobre a musicalização infantil, defendendo sua integração ao currículo escolar como um meio de enriquecer o aprendizado da leitura e escrita, ao mesmo tempo em que reconhece os desafios enfrentados nas escolas, especialmente em contextos periféricos.

2 A MUSICALIZAÇÃO E A ALFABETIZAÇÃO NAS INFÂNCIAS

A musicalização na infância é uma prática pedagógica que utiliza a música como ferramenta de desenvolvimento global da criança. Durante a primeira infância, que abrange desde o nascimento até os seis anos, o desenvolvimento cerebral da criança é extremamente dinâmico, sendo o momento ideal para a introdução de estímulos sonoros e musicais. A musicalização, ao envolver atividades como cantar, dançar, tocar instrumentos e ouvir músicas, favorece o desenvolvimento da percepção auditiva, da linguagem e da coordenação motora, além de contribuir para a socialização e o desenvolvimento emocional.

Nesse sentido, a música se apresenta como um meio de expressão e comunicação fundamental para as crianças, já que permite a elas interagir com o mundo de forma lúdica, criativa e simbólica, fatores essenciais para o processo de aprendizagem. A relação das diferentes infâncias com a música, no entanto, varia de acordo com o contexto sociocultural e as tradições familiares e culturais de cada indivíduo. Enquanto crianças de contextos urbanos podem ter acesso a aulas formais de música desde cedo, aquelas de comunidades indígenas, por exemplo, podem vivenciar a música de formas profundamente enraizadas em sua cosmovisão e práticas culturais. Em muitas comunidades indígenas, a música é parte essencial da transmissão oral de saberes, histórias e valores. Segundo Mello (2013), a música nas culturas indígenas têm um caráter integrador, sendo usada para celebrar rituais, fortalecer laços comunitários e ensinar os mais jovens sobre sua identidade cultural e espiritualidade. Nesses contextos, a musicalização vai além do simples aprendizado de notas ou ritmos; ela é um processo de socialização e educação cultural, em que a criança, ao aprender as músicas tradicionais, compreende seu papel na comunidade e sua relação com a natureza. Em algumas etnias, como os Guarani, a música é diretamente relacionada aos ciclos da natureza, sendo cantada para saudar o nascer e o pôr do sol, as estações do ano e outros aspectos da vida cotidiana, sempre com uma função simbólica e educativa. Para esses povos, a música não é apenas um produto da infância, mas também um elemento formativo que molda a identidade cultural da criança, independentemente de sua origem,

sendo parte vital do seu processo de desenvolvimento e aprendizado.

Em contrapartida, a alfabetização é um processo de aquisição da leitura e escrita que vai além da simples decodificação de símbolos, abrangendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, linguísticas e sociais essenciais para a comunicação escrita. Segundo Soares (2003), a alfabetização é um processo que envolve o reconhecimento das letras e palavras, mas também a capacidade de compreender e produzir textos significativos, integrando o conhecimento linguístico ao contexto social e cultural da criança. Ela é construída a partir da interação com o ambiente, dos estímulos familiares, das práticas de leitura e escrita presentes no cotidiano, e das experiências vivenciadas no contexto escolar. A alfabetização, nesse sentido, não se restringe à decodificação da palavra escrita, mas também envolve a formação de competências cognitivas, como o desenvolvimento da memória auditiva, do reconhecimento fonológico e da consciência lexical, aspectos que são essenciais para a formação de leitores e escritores críticos e competentes. A musicalização, por sua vez, tem um papel crucial nesse processo, pois proporciona estímulos que favorecem a formação de habilidades linguísticas que são diretamente relacionadas à alfabetização. A prática musical, ao envolver o reconhecimento de ritmos, padrões sonoros e a articulação de fonemas através de cantos e canções, auxilia no desenvolvimento da consciência fonológica, que é uma habilidade fundamental para a leitura e escrita. Através de rimas e melodias, as crianças são capazes de perceber sons e segmentar as palavras de maneira mais precisa, o que facilita o processo de decodificação das palavras escritas.

Além disso, a musicalização contribui para a memória auditiva, essencial no processo de aprendizagem da leitura, pois estimula a criança a memorizar sons, palavras e frases de forma melódica e lúdica, o que aumenta a retenção e a compreensão dos conteúdos. Santos (2015) argumenta que a musicalização e a alfabetização estão interligadas, pois ambas dependem de processos de linguagem e comunicação, e a música, inclusive, pode ser um recurso didático poderoso para o desenvolvimento de habilidades cognitivas que favorecem o

aprendizado da leitura e da escrita. Através de atividades que integram música e linguagem, como cantar, repetir rimas, brincar com sílabas e palavras, as crianças são introduzidas de forma lúdica e natural aos processos comunicativos, tornando o processo de alfabetização mais dinâmico e prazeroso.

Ademais, a relação entre linguística e música é profunda e complexa, pois ambas compartilham aspectos fundamentais no que diz respeito à estrutura e à organização do som. A linguística estuda a linguagem enquanto sistema de comunicação, com ênfase na fonologia, sintaxe, semântica e pragmática, enquanto a música se organiza por meio de sons, ritmos e melodias que também formam uma espécie de "linguagem sonora". Um dos pontos de intersecção mais evidentes entre essas duas áreas é a consciência fonológica, que diz respeito à capacidade de reconhecer e manipular os sons da linguagem falada, algo essencial tanto para a compreensão linguística quanto para a aprendizagem musical. Estudos indicam que a prática musical melhora a percepção fonológica, facilitando a aquisição da leitura e escrita, já que ambos os processos envolvem a identificação e manipulação de sons (BRUSILOVSKY, 2015). A prosódia, que em linguística refere-se à variação no ritmo, na entonação e na intensidade da fala, tem uma relação direta com a música, pois a melodia e o ritmo são, na verdade, formas de expressar emoções, intonações e significados que também estão presentes na linguagem falada. Ainda, segundo Patel (2008), as áreas cerebrais responsáveis pelo processamento da música e da linguagem se sobrepõem em várias regiões do cérebro, especialmente aquelas associadas à memória auditiva e à percepção temporal, o que sugere que ambos os processos são processados de maneira semelhante no cérebro. Além disso, a gramática tanto da linguagem quanto da música envolve regras estruturais que guiam a combinação de unidades mínimas para formar um todo significativo: na linguagem, essas unidades são fonemas e morfemas, enquanto na música são os sons, as notas e os acordes. Essa analogia estrutural reflete a ideia de que tanto a música quanto a linguagem operam através de códigos que organizam o som de forma a gerar sentido e comunicação, seja através das palavras ou das

melodias. Por fim, como observa Koelsch (2014), tanto na música quanto na linguagem, a improvisação e a interpretação desempenham papéis fundamentais, e a capacidade de “ler” e “interpretar” ambos os sistemas sonoros é uma habilidade cognitiva avançada. Em ambas as esferas, os sistemas simbólicos são usados para expressar ideias, sentimentos e experiências, mostrando que a música e a linguagem não são apenas atividades cognitivas separadas, mas duas formas interconectadas de comunicação humana que compartilham aspectos estruturais e neurológicos semelhantes.

A musicalização, portanto, não só oferece uma base para o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças, mas também cria um ambiente lúdico e envolvente, essencial para o aprendizado na infância. Ao integrar a música no processo de alfabetização, o educador cria um ambiente multidimensional, onde as crianças são incentivadas a explorar o mundo ao seu redor de maneira criativa e expressiva. Além disso, a musicalização oferece uma via afetiva para o aprendizado, pois ao aprender música, as crianças não apenas internalizam padrões sonoros, mas também se envolvem emocionalmente, desenvolvendo uma relação afetiva com o aprendizado que pode tornar o processo de alfabetização mais prazeroso e motivador. Assim, integrar música ao processo de alfabetização é uma abordagem pedagógica que fortalece a conexão entre ritmo e linguagem, como visto anteriormente, proporcionando uma base sólida para o aprendizado das crianças e permitindo que elas se tornem mais aptas para interpretar e interagir com o mundo ao seu redor, de forma mais rica, profunda e significativa (SOARES, 2003; SANTOS, 2015).

Apesar dos seus inúmeros benefícios, a aplicação da musicalização infantil no Brasil enfrenta obstáculos consideráveis, que vão além de questões estruturais, abrangendo barreiras pedagógicas, culturais e socioeconômicas que dificultam a implementação de programas efetivos em escolas públicas. A falta de infraestrutura adequada, como a ausência de espaços apropriados para a realização de atividades musicais, a escassez de profissionais qualificados e a carência de materiais pedagógicos adequados são fatores amplamente

identificados como desafios estruturais que impactam diretamente a qualidade do ensino musical nas escolas brasileiras. Segundo Pereira (2016), essas dificuldades não são apenas reflexo de um sistema educacional com recursos limitados, mas também de uma visão ainda marginalizada da música no currículo escolar, que frequentemente a coloca como uma disciplina secundária ou até mesmo como atividade extracurricular. Guerra e Silva (2018) destacam que, mesmo com a crescente valorização da música como uma ferramenta pedagógica fundamental, muitos professores de educação básica carecem de formação específica para integrar a musicalização de forma eficaz em suas práticas pedagógicas, o que gera uma lacuna significativa na aplicação dos benefícios da música para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. O fato de a musicalização ser, em muitos casos, tratada como uma atividade "acessória", e não como parte integrante do processo de alfabetização, contribui para que ela não seja vista como uma prática essencial para a aprendizagem, dificultando a potencialização dos benefícios cognitivos e linguísticos que a música pode proporcionar, conforme discutido anteriormente por Soares (2003) e Santos (2015). Essa visão restritiva, aliada às dificuldades estruturais, compromete o desenvolvimento de ambientes de aprendizagem ricos em estímulos musicais, fundamentais para a construção de habilidades fonológicas, linguísticas e cognitivas nas crianças.

A musicalização infantil em escolas localizadas em periferias urbanas e rurais do Brasil possui uma importância fundamental, especialmente no contexto da alfabetização, pois pode representar uma ferramenta poderosa para a educação nacional. Nesse contexto, a música oferece não apenas um meio de criação artística, mas também uma estratégia pedagógica eficaz, capaz de facilitar o aprendizado da leitura e da escrita, promover a integração social e combater a exclusão cultural, ao mesmo tempo em que pode fortalecer a autoestima e a identidade cultural das crianças. Contudo, a falta de infraestrutura, recursos adequados e a escassez de profissionais especializados tornam a aplicação da musicalização nessas regiões um grande desafio, muitas vezes limitado a iniciativas isoladas ou voltadas para o extracurricular, ao invés de ser integrada

de forma contínua ao currículo escolar. Por um lado, a musicalização infantil em escolas periféricas pode ser um fator de transformação educacional, especialmente no que diz respeito à alfabetização. Como discutido anteriormente, a consciência fonológica, a memória auditiva e a percepção temporal são habilidades desenvolvidas pela musicalização que são fundamentais para a aprendizagem da leitura e da escrita. Essas habilidades ajudam as crianças a perceberem as unidades sonoras da língua, como fonemas e sílabas, facilitando a decodificação de palavras e a compreensão de textos escritos. Além disso, a música proporciona um ambiente lúdico e interativo, o que torna o processo de aprendizagem mais prazeroso e menos intimidante para as crianças, especialmente aquelas que, devido a um histórico de dificuldades educacionais, podem sentir-se desmotivadas com a tradicional abordagem de ensino. Como afirmam Santos (2015) e Soares (2003), a integração da música ao ensino da leitura e da escrita não só melhora a compreensão fonológica, mas também promove uma relação afetiva e emocional com a linguagem, estimulando o interesse e a motivação das crianças para o aprendizado. Porém, o contexto socioeconômico das periferias brasileiras coloca desafios significativos à implementação efetiva da musicalização. A falta de recursos financeiros nas escolas públicas, especialmente nas mais periféricas, resulta na ausência de materiais pedagógicos adequados, como instrumentos musicais, livros didáticos de música e espaços apropriados para a realização de atividades musicais. A pesquisa de Guerra e Silva (2018) aponta que, muitas vezes, as atividades musicais não possuem uma integração efetiva ao currículo formal. Essa visão marginalizada da música impede que a musicalização seja utilizada de forma transversal e contínua, o que reduz seu impacto no desenvolvimento das habilidades necessárias para a alfabetização. A falta de professores capacitados em música nas escolas públicas é outro obstáculo importante. Muitos educadores não possuem formação especializada para integrar atividades musicais no currículo de maneira pedagógica e eficaz, o que limita ainda mais as potencialidades da música como ferramenta educacional, conforme apontado no presente artigo.

Por outro lado, a integração da música com a alfabetização nas escolas periféricas pode ter efeitos transformadores, tanto em termos de aprendizado quanto de inclusão social. Em muitos casos, a música torna-se um ponto de resistência cultural, um meio pelo qual as crianças podem expressar suas experiências e emoções, ao mesmo tempo em que se conectam com outras culturas e tradições. Além disso, a musicalização oferece uma alternativa criativa e inovadora de ensino que pode superar as limitações do sistema educacional tradicional, criando um ambiente mais acolhedor e inclusivo. Ao reconhecer a música como uma ferramenta de inclusão, as escolas podem criar oportunidades para que crianças de contextos desfavorecidos não só aprendam a ler e escrever, mas também desenvolvam um apreço pela cultura, pela arte e pela expressão pessoal, elementos essenciais para uma formação mais humana e completa.

Nesse contexto, é essencial que a política educacional brasileira e as iniciativas de educação pública se voltem mais para a promoção da música como ferramenta essencial no processo de alfabetização, criando estratégias de inclusão que permitam o acesso de todos os alunos, independentemente da região ou condição social. A capacitação de professores, o investimento em infraestrutura musical e a criação de programas de música no currículo escolar são passos fundamentais para que as escolas nas periferias possam aproveitar todo o potencial da musicalização como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a musicalização infantil se configura como uma ferramenta pedagógica fundamental para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e emocional das crianças, especialmente quando integrada ao processo de alfabetização. Sua aplicação na educação infantil pode contribuir significativamente para o aprimoramento das habilidades de leitura e escrita, ao

mesmo tempo em que favorece a formação de uma relação afetiva com o aprendizado. Ao explorar os ritmos, sons e melodias, as crianças não apenas desenvolvem a consciência fonológica, crucial para o processo de alfabetização, mas também ampliam suas capacidades de memória auditiva e percepção temporal, elementos essenciais para a compreensão da língua escrita.

No entanto, a implementação da musicalização no Brasil, especialmente em contextos periféricos, enfrenta desafios estruturais e socioeconômicos, como a falta de infraestrutura adequada, a escassez de materiais e de profissionais qualificados. A música, embora reconhecida por sua importância pedagógica, ainda é muitas vezes tratada de forma marginalizada nas escolas públicas, principalmente nas regiões mais carentes, o que impede sua plena integração ao currículo formal. A superação desses desafios passa pela transformação da abordagem pedagógica em relação à música, reconhecendo-a não como uma disciplina isolada ou acessória, mas como parte fundamental do processo de alfabetização e educação integral das crianças. A integração da musicalização ao currículo escolar deve ser realizada de forma transversal, em que a música se entrelace com outras áreas do conhecimento, especialmente a linguagem e a leitura, criando um ambiente mais holístico e interconectado para o aprendizado. A formação continuada dos educadores é crucial, sendo necessário um investimento significativo na capacitação de professores, para que eles não apenas compreendam a importância da música no desenvolvimento infantil, mas também saibam como aplicá-la de maneira prática e eficaz em suas salas de aula. Além disso, é imprescindível que o governo e as políticas públicas criem estratégias para garantir o acesso equitativo à educação musical, especialmente nas escolas públicas e nas comunidades periféricas, onde a oferta de tais programas ainda é insuficiente. Dessa forma, a implementação eficaz da musicalização infantil no Brasil não pode ser vista apenas como uma questão de acesso à música, mas como uma necessidade pedagógica fundamental para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, com reflexos diretos na alfabetização e na construção de um aprendizado integral e inclusivo.

BIBLIOGRAFIA

MELLO, M. A. A música nas infâncias indígenas: expressões culturais e educativas. *Revista de Estudos Culturais*, v. 15, p. 25-40, 2013.

SANTOS, L. F. Musicalização e Aprendizagem Infantil: O Papel da Música no Desenvolvimento Cognitivo. *Revista Brasileira de Educação Musical*, v. 20, p. 153-168, 2015.

SOARES, M. (2003). Alfabetização e letramento: conceitos e implicações. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, p. 32-45, 2003.

SANTOS, L. F. (2015). A musicalização e sua relação com a alfabetização. *Revista Brasileira de Educação Musical*, v. 20, p. 153-168, 2015.

BRUSILOVSKY, P. (2015). A música como ferramenta para o desenvolvimento da percepção fonológica. *Revista de Psicologia Cognitiva*, v. 22, p. 80-97.

KOELSCH, S. (2014). *Brain and Music: From the Biological Foundations to Music Therapy*. Springer.

PATEL, A. D. (2008). *Music, Language, and the Brain*. Oxford University Press.

PEREIRA, M. R. (2016). Desafios da musicalização infantil nas escolas públicas brasileiras: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Educação Musical*, v. 23, p. 72-87.

GUERRA, C. L.; SILVA, T. A. (2018). A musicalização nas escolas: desafios e perspectivas. *Revista de Educação e Cultura*, v. 10, p. 47-63.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

O ENSINO DA MÚSICA NO AMBIENTE ESCOLAR

MICHELLE OLIVEIRA SABINO DOS SANTOS

Resumo

A música é a linguagem da alma e como tal ela poderá nos ajudar a resgatar os verdadeiros valores tão ausentes no mundo de hoje, carente dos reais valores humanos. Humanizar a educação é o maior desafio que encontramos hoje nas escolas e nas famílias. E por que não utilizar a música para se alcançar isso? Quais os benefícios que a música traz para a educação? Esse presente trabalho pretende mostrar exatamente o valor da música na vida escolar das crianças, a música como alternativa didática no processo de ensino e aprendizagem, a importância da música como elemento facilitador de aprendizagem no ciclo de alfabetização.

Palavras-chave: Música- Habilidades cognitivas- Ambiente escolar

Abstract

Music is the language of the soul and as such she can help us rescue the true values so absent in today's world, lacking of real human values. Humanizing education is the greatest challenge that we find today in schools and in families. And why not use the song to achieve this? What are the benefits that music brings to education? This work aims to show exactly the value of music in the school life of children, music as alternative didactics in the teaching and learning process, the importance of music as a learning facilitator element in the cycle of literacy.

Keywords: Music- Cognitive skills- School environment

1 INTRODUÇÃO

A finalidade do ensino de música na escola não é a de transmitir uma técnica particular, mas sim de desenvolver no aluno o gosto pela música e a

aptidão para captar a linguagem musical e expressar-se através dela, além de possibilitar o acesso do educando ao patrimônio musical que a humanidade vem construindo. Jeandot (1997) afirma que:

**“nem todas as crianças nascem obrigatoriamente com dotes artísticos, mas todas têm direito ao conhecimento da arte e a serem despertadas e encaminhadas, por cuidados especiais, nesse sentido”
(JEANDOT, 1997, p. 132).**

A música é um dos principais meios de comunicação existentes na sociedade. Por meio dela é possível transmitir não só palavras, mas sentimentos e ideias que podem ganhar grandes proporções didáticas, quando bem direcionadas. Qualquer pessoa pode fazer música e se expressar por intermédio dessa linguagem, desde que sejam oferecidas condições necessárias para sua prática. Quando afirmamos que qualquer pessoa pode desenvolver-se musicalmente, consideramos a necessidade de tornar acessível, às crianças e aos jovens, a atividade musical de forma ampla e democrática. (LOUREIRO. 2004, p.66)

Inserir a música no ambiente escolar torna o currículo enriquecedor, bem como engrandece o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que, torna-o mais significativo, humano, inclusivo, aprimorando as habilidades cognitivas, motoras, sociais e emocionais dos estudantes.

2 A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Edwin Gordon, professor no campo da Educação Musical nos Estados Unidos, defende que a música é aprendida da mesma forma que a língua materna, primeiro ouve-se falar, se familiariza com os sons da língua e conseqüentemente se improvisa. Posteriormente, usa-se as palavras na criação de frases, organizando logicamente. Gordon, coloca que a aprendizagem musical se dá semelhantemente: convivência com os sons, imitação, improviso, criação de frases musicais de forma lógica, concluindo no registro por meio de linhas, traços, imagem ou até mesmo da escrita musical convencional.

A também autora Mary Louise Serafine aborda a cognição musical como resultado do crescimento cognitivo normal associado à experiência diária com a música; a experiência cognitiva da música pode ser assimilada por qualquer

pessoa desde que ela esteja em contato com a música no seu dia a dia. Serafine, em suas investigações mostra que as três atividades associadas à produção musical, composição, execução e percepção musical estão interligadas.

A Teoria Espiral do Desenvolvimento Musical consiste numa teoria baseada em estágios. Trabalha-se os conteúdos de maneira vinculada, favorecendo o desenvolvimento cognitivo de maneira integral. Dessa forma, o professor deve propor atividades com envolvimento direto com a música que podem ser feitas de cinco formas:

- 1- Composição: inclui as formas de invenções musical, com a improvisação e não somente composições escritas. É o fazer musical por meio da reunião de sons de forma expressiva.
- 2- Apreciação: ultrapassa o simples ato de ouvir; é um ouvir mais amplo, uma vez que todas as atividades musicais envolvem o ouvir: ensaiar, improvisar, afinar etc. É um estado de contemplação que não está restrito a salas de concertos, mas ocorre em qualquer lugar; ponto central de educação musical.
- 3- Execução ou performance: um estado especial de fazeres, um sentimento pela música como o de presença; é o ato de comunicar, exigindo preparação e propiciando uma característica própria para a música executada.
- 4- Técnica: abrange todas as habilidades técnicas prática de conjunto, manipulação de aparelhos eletrônicos, desenvolvimento da preparação auditiva e fluência da leitura musical.
- 5- Literatura: compreende o estudo sobre a história literária da música e sobre a música (história e metodologia).

Os britânicos Keith Swanwick e June Tillman coletaram aproximadamente setenta composições de crianças na fase escolar, averiguando se havia uma ordem sequencial no desenvolvimento musical, como argumentado por Jean Piaget. Como resultado postularam um modelo de desenvolvimento musical em quatro fases:

FASE 1 ATÉ 2 ANOS – A atividade é somente sensória, com materiais sonoros, experimentação e início de caracterização de sentimentos, humor e temperamento.

FASE 2 DE 3 A 7 ANOS – As estruturas sonoras e padrões, as “garatujas” vocais e os gestos expressivos são reconhecidos e reproduzidos.

FASE 3 DE 8 A 13 ANOS – Há uso consciente de convenções de produção musical conhecida, compartilhando com o mundo adulto.

FASE 4 14 anos em diante – Desenvolve-se o grau de significação da música e de seu papel individual e social, relacionando-se com uma forma de expressão pessoal e visão própria.

3 CANTAR EM SALA DE AULA

Cantar é a primeira produção musical da criança. É comum as crianças entoarem canções de repertório de músicas infantis e de sua cultura musical. Pesquisas indicam que por meio do cantar, a criança expressa sentimentos e desenvolve a imaginação pois o cantar auxilia no desenvolvimento linguístico e principalmente, no desenvolvimento musical.

Toda criança é capaz de cantar, desde os primeiros meses de vida, pois balbucia musicalmente. Depois, faz vocalizações e experimentações vocais; posteriormente há o surgimento de canções espontâneas, imitações de canções que cana repetidas vezes e logo já consegue cantar a maioria das canções aprendidas. Pode até chegar à habilidade de cantar a partir de uma partitura e de cantar em grupo.

O trabalho do canto na sala de aula pode se desenvolver dando ênfase aos jogos e movimento corporais; logo mais explora elementos musicais como o ritmo e a melodia, até chegar ao canto em grupo com diferentes

vozes. A técnica denominada cânone é uma opção para começar o trabalho com as vozes. O cânone é cantado em uma única melodia, mas as crianças separadas em grupos, entram cantando em momentos diferentes. Isso resulta numa harmonização das vozes, soando com um coral.

Ressalta-se que o cantar em sala de aula deve ter um objetivo pedagógico. Fazer com que a criança decore a letra da música, não justifica nem como proposta inicial. O professor deve selecionar um repertório adequado ao desenvolvimento da criança, adotar uma técnica apropriada de modo que cantar não se transforme em uma “tortura”. Ele precisa usar sua criatividade, aproveitar o momento para explorar diferentes habilidades.

3.1– O Ritmo

Para Platão (428 a.C. – 347 a.C.), filósofo grego, o ritmo era conceituado como “ a ordem aos movimentos”. Essa ordem está presente em praticamente todos os eventos que influenciam a vida humana, a começar pelo nosso corpo. O pulsar do coração, o andar, a respiração, a rotina do cotidiano e até a própria memória, são regidos por um ritmo. Na escola, também atendemos a um ritmo na dinâmica do trabalho realizado na sala de aula e nas dependências da escola. Esses exemplos mostram que o ritmo não é um elemento presente apenas na música; faz parte da nossa vida. Daí a importância do ritmo para Dalcroze, que postula o ritmo como o primeiro elemento musical a ser abordado em Educação Musical.

O ritmo está diretamente associado ao conceito do som chamado duração. Diferentes figuras musicais representam a duração, ou seja, quanto tempo um som irá soar. Tais durações do som formam o ritmo de uma melodia. Quando iniciamos o processo de aprendizagem musical, as crianças começam por explorar de diferentes formas os instrumentos musicais: manuseiam os objetos com a intenção de conhecer os sons que produzem para entender como pegar para tocar, etc.

Metodologias que envolvam o tempo próprio que cada criança expressa, devem ser abordadas em sala de aula, para que seja capaz de coordenar seus atos. No entanto nessa fase, a criança está centrada no seu próprio jogo de experimentação. Na fase seguinte há uma ordenação temporal, que é a prática e consiste em executar os movimentos em série. Isso significa que a criança pode perceber de maneira global o movimento que o outro faz na execução de um trecho rítmico e consegue realiza-lo.

Na objetivação do tempo a criança é capaz de lembrar –se de acontecimentos e não somente de ações, ou seja, a criança consegue descrever um trecho rítmico realizado pelo outro. Ela passa a perceber a execução do outro. Na etapa seguinte, a criança ordena no tempo os próprios acontecimentos, ordena no tempo musical (pulsação) as células rítmicas, quando estas apresentam uma sucessão regular. O antes e o depois passam a ser percebidos, previstos e lembrados.

Finalmente, na fase representativa, caracterizada pela memória de evocação de acontecimentos passados, possibilita situar-se no tempo a sua própria ação e a do outro. Assim, consegue perceber a execução do outro, lembrar dela e executar posteriormente.

3.2 – Metodologia para aplicação de atividades rítmicas

A seguir, serão citadas algumas sugestões de atividades musicais que podem ser poderosos facilitadores de aprendizagem.

Atividade 1 – **Os sons do corpo**: alunos sentados no chão, em círculo. Propor uma atividade de imitação: bater em várias partes do corpo com as duas mãos. Não é necessário estabelecer um ritmo ordenado, apenas fazer movimentos que produzirão sons. O objetivo é explorar os mais variados sons: mãos batendo na cabeça, no rosto, na barriga, nos braços, nas pernas, nos pés. O professor inicia o movimento e os alunos imitam sem que ele avisa quando irá mudar. Essa atividade proporciona aos alunos experimentar a produção de sons em diferentes partes do corpo.

Atividade 2 – Escravos de Jó: alunos sentados em círculo no chão, cantam a música *Escravos de Jó*. Depois marcam o pulso com percussão corporal: batem as mãos nas pernas ou, então, alternam duas palmas e duas batidas nas pernas. Depois da exploração de diferentes movimentos e sons, passar ao uso de instrumentos, que podem ser latinhas. Orientar os alunos a fazer o acompanhamento rítmico batendo as latinhas no chão, diante do corpo. A atividade pode ser concluída com a tradicional passagem das latinhas para o colega ao lado. Explorar o ritmo da passagem em um pulso antes de fazer com a música.

3.2.1 – Melodia

A melodia na música é formada por diferentes alturas do som. A altura é a qualidade que nos permite diferenciar os sons agudos dos sons graves. Podemos perceber esses sons à nossa volta quando ouvimos o canto de um pássaro, o apito de um guarda no trânsito, gritos de crianças na escola etc.

Na escrita musical convencionou-se que a altura é representada pelas notas, dó, ré, mi, fá, sol, lá, e si. A melodia é formada pelas diferentes alturas, representadas pelas notas musicais, conforme a sua localização na pauta.

Diversos processo cognitivo concorre para que consiga perceber as diferenciações de altura. Essa percepção se dá quando o som chega à orelha, sendo então transmitidos por impulsos nervosos às áreas do cérebro responsáveis pelo processamento auditivo.

Sintetizando, a melodia de uma música é feita das relações entre os sons, os intervalos. O estudo do intervalo por si só não faz sentido pois o que importa é ouvi-lo e cantá-lo em uma melodia. O estudo da altura dos sons justifica-se quando identificamos e trabalhamos essas relações, por exemplo, em uma melodia do folclore infantil.

3.2.2.- Percepção melódica da criança

A percepção da melodia está diretamente ligada ao canto. A educadora musical argentina Violeta de Gainza diz que “ a canção infantil é o alimento musical mais importante que a criança recebe”(2004, p.113), pois é por meio da canção e do canto que a criança entra em contato com os elementos musicais mais importantes: a melodia e o ritmo.

Posteriormente, atividades que podem ser uteis para o trabalho em sala de aula com base nos pressupostos já aqui salientados.

Atividade 1 – Produção de sons graves e agudos: levar para a sala de aula imagens de pessoas, animais, objetos que possam produzir ou representar sons graves ou agudos. Por exemplo, para sons agudos é possível usar imagens de pássaros, de um apito, de crianças brincando. Para sons graves imagens de ônibus em movimento, uma tempestade (trovão), leões (rugido) e assim por diante. Essa atividade tem como principal objetivo conceituar sons graves e sons agudos.

Atividade 2- Estátua: alunos de pé, em um espaço determinado pelo professor. Tocar alternadamente trechos de sons graves e agudos. Nas sequências graves, as crianças se movimentam pela sala no andamento do som percebido. Nas sequências agudas, ficam imóveis: viram estátuas.

Atividade 3 – Movimento corporal segundo os sons: alunos de pé, em fila, e professor como líder do grupo, no primeiro lugar da fila. Propor que os alunos andem pela sala em fila, ao som do agogô tocado pelo líder. Na primeira rodada da brincadeira, os alunos levantam os braços acima da cabeça quando ouvem sons agudos e abaixam os braços ao ouvirem sons graves. Na segunda rodada, podem estalar os dedos nos sons agudos e bater as mãos nas pernas nos sons graves. O objetivo da dinâmica é explorar o movimento corporal como meio de expressão para a percepção dos diferentes sons.

3.2.3. – O timbre

O timbre é o tempo que descreve a qualidade de um som. Instrumentos diferentes ao imitarem a mesma nota musical, produzem timbres diferentes. O compositor, ao elaborar sua obra musical, trabalha com o timbre buscando contrastes entre os instrumentos e o equilíbrio do som entre outros elementos.

Quando um instrumento musical emite uma nota, uma série de ondas sonoras é produzidas, chega à pessoa e é transmitida a regiões do cérebro responsáveis pela decodificação do som que ouvimos.

Segundo a psicoacústica, área que estuda como o ser humano percebe o fenômeno sonoro, parâmetros como ritmo, altura, intensidade, harmonia e timbre, entre outros, interferem na nossa percepção dos sons. O timbre de um instrumento não é percebido por todas as pessoas da mesma forma.

Uma das primeiras aquisições no desenvolvimento musical da criança é o timbre. É possível constatar que logo nos primeiros meses de vida, uma criança já reconhece o timbre da voz materna, passando depois ao reconhecimento de diferentes timbres de vozes, de eventos sonoros, de objetos, de instrumentos musicais etc.

3.2.4 – Explorando o timbre

O início do trabalho do professor em relação ao timbre, pode enfatizar o reconhecimento de timbres de objetos, eventos sonoros (sons de ventos, chuva, assovio, palmas etc.) sons de animais, para então chegar ao reconhecimento do timbre dos instrumentos.

As atividades abaixo descritas objetivam o desenvolvimento de reconhecimento e percepção do timbre.

Atividade 1 – Imitando vozes: levar para a sala de aula imagens de diferentes tipos de pessoas reais ou fictícias: bebês, crianças, mulher, idosos, personagens de histórias infantis, como príncipes e princesas, fantasmas etc. Mostrar as

imagens e pedir aos alunos que imitem a suposta voz de cada pessoa ou personagem retratada.

A seguir, escolher uma parlenda para fazer a exploração do timbre da voz humana. Propor às crianças que repitam várias vezes a parlenda selecionada, fazendo a seguinte introdução: “Primeiro, vamos falar com voz de bebê... Agora com voz de vovô, com voz de fantasma etc.”.

Atividade 2 – Brincadeira do “mia gato”: alunos sentados, em círculo. Indicar uma das crianças para sair do grupo e aguardar do lado de fora da sala. Escolher a criança que será o gato; Depois da escolha, vendar os olhos do aluno que está fora e trazê-lo de volta para a sala. Os alunos cantam a música *Atirei o pau no gato* e, no final dizem “mia, gato”. Nesse momento, o aluno escolhido para ser o gato dá um miado, e o aluno com os olhos vendado tenta adivinhar quem miou. Se acertar, tem o direito de escolher quem será o próximo gato; se não acertar, a escolha é de quem foi o gato.

Atividade 3 - A orquestra dos animais: Levar para a sala de aula fichas com desenhos de animais. Cada criança pega aleatoriamente uma ficha e faz o som do animal representado. Os alunos deverão estar sentados em círculo. Os colegas deverão adivinhar qual é o animal. No final, propor uma atividade em grupo: os “animais” se reúnem e fazem o seu som.

3.2.5. – Dinâmica

De acordo com o Dicionário *Grove de Música*, dinâmica é um aspecto de expressão musical resultante da variação da intensidade. Uma das propriedades do som é a intensidade, que é a qualidade de um som ser forte ou fraco. A intensidade diz a respeito do volume de um som. Na música essa propriedade é chamada de dinâmica.

No período barroco, aproximadamente 1600 à 1750, os compositores trabalhavam a intensidade, a dinâmica, com contrastes entre os instrumentos, empregando maior ou menor números de instrumentos em determinadas partes da música, conforme a dinâmica desejada: forte ou fraca.

Até o século XVII as indicações de forte ou fraco nas partituras eram bastantes raras. Posteriormente os compositores passaram a usá-las com mais frequência. Assim como o timbre, a dinâmica também apresentou alterações ao longo da história da música ocidental, sendo bastante explorados pelos compositores.

Desde muito cedo, a dinâmica ou a percepção de sons seguindo uma determinada intensidade é percebida pela criança no seu desenvolvimento musical.

A seguir, algumas práticas em sala de aula que proporcionam a compreensão da dinâmica dos sons.

Atividade 1 – O fortão e o fraquinho – Tocar um CD com uma música conhecida dos alunos ou uma canção do folclore infantil. Manipular o botão do volume, alterando a intensidade. Quando ouvirem sons fortes, as crianças vão andar pela sala, em pé; nos sons fracos, vão engatinhar ou andar agachados.

Atividade 2 – Objeto escondido – Escolher um aluno para sair da sala: ele será o detetive. Esconder um objeto e chamar o detetive para procurá-lo. Orientar a busca tocando um som fraco quando a criança estiver longe do objeto e um som forte quando estiver perto.

Atividade 3 – Instrumentos cantores – Selecionar uma música do folclore infantil que seja bem fácil para os alunos cantarem. Oriente-os a cantar cada frase com uma dinâmica, por exemplo, a primeira frase forte, a segunda fraca e assim por diante. Depois, pedir que façam a música com instrumentos de percussão; em vez de a turma cantar, os instrumentos “cantam” a música, tocam o ritmo das sílabas. No final, solicitar que os alunos toquem usando a dinâmica.

A música, entretanto, além de ser um aspecto enriquecedor na educação escolar, promove o desenvolvimento holístico do educando. Não se limita ao ensino de teoria, como notas e ritmos, mas atua como uma ferramenta

pedagógica fundamental para desenvolver múltiplos aspectos do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico. Tendo o ensino da música incorporado ao currículo, os educadores estão oportunizando aos discentes uma experiência rica, criativa e significativa, indo além do aprendizado acadêmico. Em suma, a música não só transforma o processo de ensino e aprendizagem, mas desenvolve habilidades

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação é uma palavra que deriva uma série de significados, muitos deles bastante complexos, no entanto, para concebê-los é preciso utilizar de vários recursos didáticos ou não. Quando se fala em educação muitos pensam que ela se refere somente àquela desenvolvida no âmbito escolar, porém vai muito além disso, é conhecer o mundo, a convivência em sociedade e sua organização, esse processo tem início no contato da criança com o país e familiares e com os objetos que encontram-se ao seu redor.

Segundo Betty Oliveira e Newton Duarte, o conhecimento se desenvolveu a partir das necessidades concretas do homem. A humanidade sempre se deparou com problemas em seu cotidiano, os quais demandavam respostas. Desta forma, pode-se concluir que mesmo os conceitos mais abstratos de determinados campos do conhecimento não surgiram de meros “pensamentos puros” ou de “ideais” e/ou intuições “inatas”, mas tiveram, mesmo que de modo mediato, uma certa vinculação com as necessidades da vida social.

O conhecimento intelectual de um aluno é resultado da interação dele com o meio e não somente por si mesmo. Dessa forma, o meio pode se materializar de muitas maneiras e são justamente essas variações que podem diversificar as metodologias didáticas aplicadas no processo ensino-aprendizagem, independentemente da disciplina que se deseja trabalhar, nesse caso o

mediador do procedimento é o educador, é ele quem direciona ou conduz o aluno nesse sentido.

Para uma visão cognitivista, o conhecimento musical se inicia por meio da interação com o ambiente, através de experiências concretas, que aos poucos levam à abstração (ROSA, 1990, p.15).

Independente da abordagem que cada professor escolhe para seu planejamento, é importante que não torne a música distante da realidade de vida das crianças. Como foi mencionado até o presente momento, a música utilizada como recurso pedagógico traz diversos benefícios para o desenvolvimento da criança. Rosa (1990, p.21) diz ainda que a música contribui:

[...] para o desenvolvimento da coordenação visomotora, da imitação de sons e gestos, da atenção e percepção, da memorização, do raciocínio, da inteligência, da linguagem e da expressão corporal. Essas funções psiconeurológicas envolvem aspectos psicológicos e cognitivos, que constituem as diversas maneiras de adquirir conhecimento, ou seja, são a operações mentais que usamos para aprender, para raciocinar. A simples atividade de cantar uma música proporciona à criança o treinamento de uma série de aptidões importantes (ROSA, 1990, p.21).

Concluindo este trabalho, podemos dizer que a música se encontra em vários lugares de formas sonoras e silêncio e está envolvida nos diversos aspectos educacionais e para cada pessoa ela tem um significado na medida em que se vincula à experiência vivida, passada e/ou presente.

BIBLIOGRAFIA

D'AMORE, Mauro. **Educação musical: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Cláudia; BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

GRANJA, Carlos Eduardo de Souza Campos. **Música, conhecimento e educação: harmonizando os saberes na escola**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LIMA, Regina Machado de. **Música na escola: reflexões e práticas**. Campinas: Papirus, 2008.

NOGUEIRA, Cláudia. **Música e educação: da sensibilização à prática pedagógica**. São Paulo: Cortez, 2009.

PENNA, Maura. **Educação musical: rumos e perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2002.

SOUZA, Jusamara; LUCAS, Teca Alencar de. **Educação musical: trânsitos e perspectivas**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

VIEIRA, Tereza Cristina Dourado Carrah; DAVID, Priscila Barros. **Música e tecnologia na escola: diretrizes pedagógicas para o ensino da linguagem musical mediado pelas TDIC nos anos iniciais do ensino fundamental**. Fortaleza: UFC, 2022



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

O LÚDICO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

SANDRA APARECIDA CORREIA³

Resumo

Na educação, e especialmente na Educação Infantil, os jogos e brincadeiras desempenham um papel fundamental como instrumentos de aprendizagem experiencial, permitindo que as crianças vivenciem o processo de aprendizagem de forma social e lúdica. Este artigo tem como foco o tema *O Lúdico e a Construção do Conhecimento*, abordando como os jogos e brincadeiras podem contribuir para o desenvolvimento dos alunos na Educação Infantil. Realizou-se uma pesquisa teórica com o objetivo de entender o conceito do lúdico, explorando como os jogos e brincadeiras podem ser ferramentas eficazes no processo de aprendizagem das crianças. Nesse contexto, a questão central do estudo foi a relevância do lúdico na Educação Infantil e o impacto dos jogos e brincadeiras na aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Lúdico, Construção do Conhecimento, Educação através do Brincar, Educação Infantil, Jogo.

Abstract

³ Graduação em Pedagogia pela Faculdade Taboão da Serra (2006); Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário Ítalo – Brasileiro (2009); Professora de Educação Infantil no CEI Jardim Maria Alice.

In education, especially in Early Childhood Education, games and play play a fundamental role as tools for experiential learning, allowing children to experience the learning process in a social and playful manner. This article focuses on the theme The Ludic and the Construction of Knowledge, discussing how games and play can contribute to the development of students in Early Childhood Education. A theoretical survey was conducted with the aim of understanding the concept of the ludic, exploring how games and play can be effective tools in the learning process of children. In this context, the central issue of the study was the relevance of the ludic in Early Childhood Education and the impact of games and play on students' learning.

Keywords: Ludic, Construction of Knowledge, Education through Play, Early Childhood Education, Game.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano nasce com a capacidade de aprender, descobrir e se apropriar dos conhecimentos, desde os mais simples até os mais complexos, o que é essencial para sua sobrevivência e integração na sociedade como um ser participativo, crítico e criativo. Ao longo de sua vida, o ser humano continua a aprender e descobrir coisas novas por meio do contato com o mundo, com seus semelhantes e com o ambiente em que vive.

Independentemente de cultura, raça, credo ou classe social, toda criança brinca, e é através da brincadeira e do lúdico que a aprendizagem acontece de forma concreta. A infância é, de fato, a fase das brincadeiras, neste contexto o jogo pode ser considerado um importante recurso pedagógico na Educação Infantil, pois por meio dele a criança aprende sobre a natureza, os eventos sociais e a dinâmica do grupo. Além disso, o jogo permite que a criança compreenda o funcionamento dos objetos e explore suas características físicas.

Os jogos são a base de inúmeras brincadeiras infantis, nas quais a criança repete, de maneira simbólica, as experiências que vive no cotidiano. O

jogo é uma atividade essencial para a criança, pois por meio dele ela desenvolve seu conhecimento sobre o mundo que a cerca.

2. O LÚDICO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

De acordo com o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (BRASIL, 1998, p. 27), "os jogos e as brincadeiras propiciam a ampliação dos conhecimentos infantis por meio da atividade lúdica". É papel da escola garantir espaços para atividades lúdicas, pois a utilização das brincadeiras e dos jogos no processo pedagógico pode garantir o conhecimento dos conteúdos.

As atividades lúdicas infantis são muito variadas, e a maioria delas está intimamente ligada às brincadeiras difundidas pela família, pelos grupos de crianças da comunidade em que vivem, de colegas da escola, e por influências contemporâneas que colocam em evidência este ou aquele brinquedo. O ingresso da criança na Educação Infantil determina a passagem de um contexto familiar para outro universo social: a escola. É nesse espaço, vivenciando experiências prazerosas como a brincadeira, o contato com seu próprio corpo e com as coisas do seu ambiente, por meio da interação com outras crianças e adultos, que ela poderá desenvolver capacidades relativas à autoestima, ao raciocínio, ao pensamento e à linguagem. As articulações entre os graus de desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo ocorrem de forma simultânea e integrada, o que permite à criança a construção de sua identidade.

Na educação pré-escolar, é conveniente que se dê ênfase especial à participação ativa da criança em experiências de aprendizagem, à oportunidade de vivências de novas situações de aprendizagem que reestruturem o conhecimento existente, à exposição de momentos de descoberta e criatividade pessoal, à interação com outras crianças e adultos, ao envolvimento em situações lúdicas significativas e construtivas.

Brincando, a criança compreende a si mesma, adquire confiança nas próprias capacidades e, conseqüentemente, torna-se mais independente.

Brincando, ela se desenvolve, experimenta, descobre, inventa, exercita, estimula a curiosidade, a iniciativa e a autoconfiança, a aprendizagem e o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração. Além do seu importante papel no desenvolvimento psicológico da criança, a brincadeira assume também um papel cultural e social na vida dela. Brincando, a criança vê, ao mesmo tempo em que constrói o mundo, expressa aquilo que não necessariamente diria em palavras. Brincando, ela se apropria de elementos da realidade e lhes atribui novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada.

3. A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Inicialmente, é importante esclarecer que o termo "jogo" foi utilizado para se referir à atividade lúdica, também conhecida como "brincar", que é o vocábulo predominante na Língua Portuguesa quando se fala de atividades infantis. A palavra "jogo" tem origem no termo latino *ludus*, que significa diversão ou brincadeira.

O jogo é reconhecido como uma ferramenta valiosa para proporcionar à criança um ambiente agradável, motivador, planejado e enriquecido, favorecendo o desenvolvimento de diversas habilidades. Na Psicologia, a aprendizagem é entendida como o processo de modificação do comportamento por meio de treinamento e experiência, podendo variar desde a simples aquisição de hábitos até a aquisição de habilidades mais complexas. O desenvolvimento, por sua vez, refere-se ao processo de progresso e crescimento gradual. Nesse contexto, a brincadeira infantil se destaca como um importante mecanismo para o desenvolvimento da aprendizagem.

Piaget (1976) destaca que a atividade lúdica é o fundamento das atividades intelectuais das crianças, não sendo apenas uma forma de entretenimento para gastar energia, mas também um meio que contribui para o

desenvolvimento intelectual. Ele afirma que o jogo, em suas duas formas essenciais — exercício sensório-motor e simbolismo —, representa uma assimilação do real à atividade própria da criança, proporcionando-lhe os recursos necessários para transformar a realidade conforme suas múltiplas necessidades. Para Piaget, os métodos ativos de educação exigem que as crianças tenham acesso a materiais adequados para, por meio do jogo, assimilarem as realidades intelectuais que, de outro modo, permaneceriam externas à inteligência infantil (Piaget, 1976, p. 160).

Outro importante pesquisador da Psicologia Genética, Henri Wallon, também se interessou pelo estudo do jogo infantil. Ao analisar os estágios propostos por Piaget, Wallon ressaltou a importância do caráter emocional dos jogos e suas implicações na socialização das crianças.

O termo "brinquedo", por sua vez, não deve ser confundido com o conceito de "jogo", pois abrange uma pluralidade de significados e está associado à criança de maneira material, cultural e técnica. O brinquedo, como objeto, é sempre um suporte para a brincadeira. Já a brincadeira é a ação que a criança realiza ao concretizar as regras do jogo, imergindo na atividade lúdica.

Entre as várias concepções sobre o brincar, destaca-se a de Friedrich Froebel, considerado o primeiro filósofo a justificar o uso do brincar na educação de crianças pré-escolares. Froebel foi pioneiro ao introduzir o brincar como método educativo, promovendo o desenvolvimento integral da criança. Sua Teoria Metafísica sustenta que o brinquedo possibilita a criação de relações entre os objetos do mundo cultural e a natureza, unificados pelo mundo espiritual.

A relevância dos jogos e brincadeiras infantis para o desenvolvimento intelectual e social da criança é clara, mas é igualmente importante associar os processos de aprendizagem à integridade do sistema nervoso. Crianças com dificuldades neurológicas ou motoras necessitam de materiais adaptados que as auxiliem nas atividades pedagógicas.

Além disso, cantigas e músicas infantis, muitas vezes associadas a movimentos corporais, também desempenham um papel

significativo no desenvolvimento das crianças. Tradicionalmente, essas canções são transmitidas pela família e pelos pares, em momentos informais e de lazer, fazendo parte do cotidiano das crianças. Sua origem, em muitos casos, se perde no tempo.

Durante as brincadeiras, além da satisfação e do prazer vivenciado pelos participantes, é possível trabalhar e explorar elementos musicais como canções, ritmos, diferentes andamentos e pulsações. Essas atividades promovem a aproximação entre os membros de um grupo ou comunidade, estimulam a criatividade, despertam a atenção e, especialmente, valorizam a própria cultura.

A escola precisa estar bem estruturada, pois desempenha um papel crucial na formação da criança, especialmente na convivência com outras pessoas. É nesse ambiente que a criança adquire experiências, evolui em seu desenvolvimento e aprendizagem, aprende a experimentar, comparar, inventar, registrar, descobrir, questionar, trocar informações, reformular hipóteses, e assim, vai construindo seu conhecimento sobre o mundo e desenvolvendo sua inteligência. Esse processo abrange a totalidade da criança e sua inserção no mundo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente da pré-escola deve ser um espaço dedicado às atividades lúdicas, pois é por meio delas que a criança imagina, fantasia e cria. A brincadeira, portanto, se configura como uma situação privilegiada de aprendizagem, pois permite à criança alcançar níveis mais complexos de desenvolvimento, proporcionados pela interação com seus pares, pelas situações imaginárias e pelas regras estabelecidas no jogo.

Por meio dos jogos, as crianças têm a oportunidade de levantar hipóteses, resolver problemas e avançar no desenvolvimento de sistemas de representação. Sob a perspectiva sociocultural, a brincadeira é uma atividade social essencial que favorece a interação e a construção de conhecimentos. Ao brincar, as crianças têm a oportunidade de liberar suas necessidades e

interesses de forma espontânea, o que contribui para seu crescimento pessoal.

Neste trabalho, busquei analisar a importância dos jogos no desenvolvimento infantil e ressaltar sua contribuição para a aprendizagem, uma vez que o jogo é uma atividade intrínseca à infância, podendo ocorrer de maneira individual ou coletiva, e assim, contribuindo para a socialização da criança por meio das relações consigo mesma e com o mundo ao seu redor.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica, técnicas e jogos pedagógicos**. 8 ed. São Paulo: Loyola, 1990.

FRIEDMANN, Adriana. **A Arte de Brincar**. São Paulo: Vozes, 2004.

KISHIMOTO, T.M. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994.

LEIFT, Joseph e Brunelle, Lucien. **O jogo pelo jogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LUCENA, Ferreira De. **Jogos e brincadeiras na Educação Infantil**. Campinas: Papirus, 2004.

MEC/SEF/DPE. **Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil**. Volumes I, II, III, 1998.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e Representação de jogo**: São Paulo: Zahar, 1971.

SILVA, Mônica. **Jogos Educativos**. Campinas: Papirus, 2004.

WALLON, Henri. *O Desenvolvimento Psicológico da Criança*. Editora Martins Fontes, 2000.



FAUESP

Paulista - Universidade da Grande São Paulo

UNIFICADA

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FAUESP



SL EDITORA